



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

Aline Sanders da Silva

**ACESSIBILIDADE FÍSICA NA BIBLIOTECA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO,
ARQUITETURA E CENTRAL DA UFRGS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA**

Porto Alegre

2013

Aline Sanders da Silva

**ACESSIBILIDADE FÍSICA NA BIBLIOTECA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO,
ARQUITETURA E CENTRAL DA UFRGS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Eliane Lourdes da Silva Moro

Porto Alegre

2013

Aline Sanders da Silva

**ACESSIBILIDADE FÍSICA NA BIBLIOTECA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO,
ARQUITETURA E CENTRAL DA UFRGS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia, pelo Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em ____ de _____ 2013.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Eliane Lourdes da Silva Moro – UFRGS/DCI
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Maria do Rocio Fontoura Teixeira – UFRGS/DCI
Examinadora

Prof.^a Dr.^a Helen Beatriz Frota Rozados – UFRGS/DCI
Examinadora

Prof.^a Dr.^a Lizandra Brasil Estabel – IFRS/POA
Examinadora

Porto Alegre
2013

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha mãe, Denise e as minhas irmãs, Gabriela e Caroline, que são as pessoas mais importantes da minha vida, que sempre estiveram ao meu lado me apoiando e me dando amor. Palavras são insuficientes para demonstrar a dimensão de certos sentimentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter permitido que eu realizasse essa conquista.

Agradeço a todos que contribuíram para que a realização desse trabalho fosse possível, especialmente para minha família maravilhosa.

À minha mãe, Denise, por ser a mãe mais maravilhosa que alguém poderia ter, que sempre está ao meu lado em todos os momentos, me dando amor e me apoiando. Muito obrigada por tudo que fez e faz por mim e pelas minhas irmãs, pela amizade, amor, carinho, incentivo. Você é meu grande exemplo, te admiro e te amo muito!

Às minhas irmãs queridas, Gabriela e Caroline, pela amizade, amor, carinho, apoio, por serem as irmãs mais maravilhosas que eu poderia ter. Amo muito vocês!

À minha querida orientadora, Eliane Moro, pela atenção, orientação e apoio nesse momento tão significativo.

Às professoras Maria do Rocio, Helen Rozados e Lizandra Estabel por terem aceitado fazer parte da minha banca, enriquecendo esse momento com suas presenças.

Às professoras que foram fundamentais na minha trajetória acadêmica, compartilhando seus conhecimentos e sendo exemplos de competência profissional e aos colegas que fizeram parte desse período inesquecível de minha vida.

Por fim, quero agradecer a Universidade Federal do Rio Grande do Sul por ter possibilitado que eu realizasse uma graduação de qualidade e por ter vivido uma fase fundamental da minha vida.

EPÍGRAFE

*A melhor forma de tratar todos com igualdade é respeitando as
diferenças.*

RESUMO

A acessibilidade física é fundamental para garantir a inclusão social de pessoas com deficiência. É necessário proporcionar condições igualitárias de acesso aos espaços universitários para que todos possam usufruir de seus direitos. O presente trabalho é um estudo de caso realizado em três bibliotecas do Campus Central da UFRGS - Biblioteca Central, Biblioteca da Faculdade de Educação e Biblioteca da Arquitetura. Esse estudo tem como objetivo verificar as condições de acessibilidade física a pessoas com deficiência física no acesso aos prédios públicos das bibliotecas universitárias, identificar as possíveis barreiras internas e externas enfrentadas por cadeirantes, bem como averiguar se as bibliotecas seguem os padrões de acessibilidade em suas edificações, espaços e mobiliário. No referencial teórico são abordados assuntos fundamentais para o estudo como deficiência, acessibilidade, desenho universal, bibliotecas universitárias e inclusão social. Esse estudo constitui-se num estudo de caso, de caráter exploratório, com abordagem qualitativa. Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados o Checklist de Avaliação das Condições de Acessibilidade em Bibliotecas e entrevistas semiestruturadas com os bibliotecários-chefe das três bibliotecas selecionadas. Nas considerações finais destaca-se a importância da acessibilidade para a inclusão de deficientes físicos, bem como sugere melhorias na infraestrutura dos prédios públicos das bibliotecas universitárias que visem à adequação aos padrões de acessibilidade.

Palavras-chave: Bibliotecas Universitárias. Acessibilidade. Deficiência física. Desenho Universal. Inclusão.

ABSTRACT

Physical accessibility is critical to ensure the social inclusion of people with disabilities. It is necessary to provide equal conditions of access to university spaces for everyone to enjoy their rights. This paper is a case study conducted in three libraries located in the Campus Central, UFRGS - Central Library, the faculty of Education's Library and the faculty of Architecture's Library. This study aims to determine the conditions of accessibility to people with disabilities to access university libraries located in public buildings, identify potential internal and external barriers faced by wheelchair users, as well as determine if the libraries follow accessibility standards in their buildings spaces and furniture. In the theoretical framework are addressed fundamental issues for the study as disability, accessibility, universal design, university libraries and social inclusion. This study was based on a case study, in an exploratory manner, utilizing a qualitative approach. Were used as instruments of data collection a Checklist for Evaluating Libraries accessibility conditions and semi-structured interviews with chief librarians of the three selected libraries. In the final considerations it is highlighted the importance of accessibility for the inclusion of disabled people. It is also suggested improvements in the infrastructure of the aforementioned libraries aimed at adapt them to the accessibility standards.

Keywords: University Libraries. Accessibility. Physical disabilities. Universal Design. Inclusion.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
BC – Biblioteca Central
BIBARQ – Biblioteca da Faculdade de Arquitetura
BIBFACED – Biblioteca da Faculdade de Educação
BPC - Benefício da Prestação Continuada
BU – Biblioteca Universitária
COMUT - Comutação Bibliográfica
CONADE - Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
FACED – Faculdade de Educação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES – Instituições de Ensino Superior
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
IFLA – Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
MEC – Ministério da Educação
NBR – Norma Reguladora Brasileira
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PNEs – Pessoas com Necessidades Especiais
SABI - Sistema de Automação de Bibliotecas
SBU – Sistema de Bibliotecas da UFRGS
SDH - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SEESP - Secretaria de Educação Especial
SESU – Secretaria de Educação Superior
SIA - Símbolo Internacional de Acesso
SUINFRA – Superintendência de Infra-estrutura
TAs - Tecnologias Assistivas
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1 INTRODUÇÃO | 10 |
| 2 COMPREENDENDO A DEFICIÊNCIA | 17 |
| 3 ACESSIBILIDADE | 24 |
| 3.1 COMPREENDENDO A ACESSIBILIDADE | 24 |
| 3.2 HISTÓRICO DA ACESSIBILIDADE | 28 |
| 3.3 ACESSIBILIDADE EM PRÉDIOS PÚBLICOS | 31 |
| 4 PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL PARA GARANTIA DA ACESSIBILIDADE EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE NÍVEL SUPERIOR (IFES) | 36 |
| 5 A BIBLIOTECA, O BIBLIOTECÁRIO E A ACESSIBILIDADE | 39 |
| 6 METODOLOGIA | 43 |
| 6.1 ABORDAGEM E TIPO DE ESTUDO | 43 |
| 6.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS..... | 44 |
| 6.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS..... | 45 |
| 7 CONTEXTO DO ESTUDO | 46 |
| 7.1 BIBLIOTECA CENTRAL (BC) | 47 |
| 7.2 BIBLIOTECA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO (BIBFACED) | 48 |
| 7.3 BIBLIOTECA DA FACULDADE DE ARQUITETURA (BIBARQ) | 49 |
| 8 SUJEITOS DO ESTUDO | 51 |
| 9 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS | 52 |
| 9.1 ENTREVISTA COM BIBLIOTECÁRIOS-CHEFE DAS UNIDADES..... | 52 |
| 9.2 CHECKLIST DE AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS..... | 64 |
| 9.2.1 Acessibilidade Arquitetônica..... | 64 |
| 9.2.2 Acessibilidade do Mobiliário e Equipamentos | 119 |
| 10 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 131 |
| REFERÊNCIAS | 136 |
| APÊNDICE A – CHECKLIST DE AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS | 143 |
| APÊNDICE B – ENTREVISTA SOBRE ACESSIBILIDADE COM BIBLIOTECÁRIOS-CHEFE DAS UNIDADES | 151 |
| APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO | 153 |

1 INTRODUÇÃO

O acesso à informação é um direito de todos. A Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Instituições (IFLA) declara que “a liberdade de acesso à informação, independente de meios e fronteiras, é uma das responsabilidades primordiais da biblioteca e dos profissionais da informação”. (IFLA, 2002, p.3).¹ O acesso universal e igualitário da informação é essencial para o bem estar social, educacional, cultural, democrático e econômico dos indivíduos, comunidades e organizações.

O bibliotecário como profissional da informação deve proporcionar a todos, com suas diferenças e limitações, o direito ao acesso e ao uso da informação, ou seja, que todos possuam condições igualitárias de acesso às bibliotecas e possam acessá-la de forma autônoma e independente.

A Portaria Nº 3.284 (BRASIL, 2003) do Ministério da Educação (MEC), de 7 de novembro de 2003, garante o direito ao acesso à educação em todos os níveis a pessoas com deficiência, em instituições públicas ou privadas, sendo assegurado o atendimento das necessidades do aluno até a conclusão do curso.

O art. 1º da Portaria Nº 3.284 do MEC,

determina que sejam incluídos nos instrumentos destinados a avaliar as condições de oferta de cursos superiores, para fins de autorização e reconhecimento e de credenciamento de instituições de ensino superior, bem como para renovação, conforme as normas em vigor, requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais.

O acesso ao ensino superior é assegurado a todos, sem distinção. No entanto, na prática, pode-se observar que existem muitas barreiras que impedem a continuidade dos alunos no ensino superior, dentre elas a falta de acessibilidade.

Pupo e Vicentini (1998, p.3) afirmam que muitos alunos “iniciam uma atividade de pesquisa na universidade e são barrados pela inexistência de uma infraestrutura adequada”. Dessa forma, para que a acessibilidade seja assegurada, é preciso remover toda e qualquer barreira que impeça a plena utilização por pessoas com deficiência, sejam elas barreiras arquitetônicas ou atitudinais.

¹ Documento eletrônico.

A preocupação com a acessibilidade é fundamental para promoção de uma sociedade mais democrática e justa, na qual pessoas com suas diferentes características são respeitadas e nunca discriminadas.

As bibliotecas, sejam elas escolares, universitárias ou especializadas, devem estar aptas a atender às necessidades informacionais de todo e qualquer indivíduo, contemplando suas necessidades.

O acesso à informação deve ser garantido a todos, por isso a conscientização dos bibliotecários quanto ao papel social de sua profissão é primordial. Promover a integração e inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais (PNEs), através do acesso à informação, é fundamental para que elas possam ter as mesmas oportunidades que qualquer outro indivíduo, exercendo seus direitos e sua cidadania.

A fim de se conhecer as condições de acessibilidade física a pessoas com deficiência física como cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida em bibliotecas universitárias, selecionaram-se três bibliotecas localizadas no Campus Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foi desenvolvido um estudo de caso, com aplicação de um Checklist de Avaliação das Condições de Acessibilidade em Bibliotecas e a realização de entrevistas semiestruturadas com os bibliotecários-chefe de cada Unidade.

As três bibliotecas escolhidas para realização do estudo sobre acessibilidade – Biblioteca da Arquitetura (BIBARQ), da Educação (BIBFACED) e Central (BC), são freqüentadas por alunos dos mais diversos cursos de graduação e pós-graduação da UFRGS, bem como por pesquisadores, professores e pela comunidade em geral. Fez-se necessário verificar se essas bibliotecas estavam aptas a atender pessoas com deficiência física, identificar as barreiras internas e externas existentes, bem como se os bibliotecários que nelas trabalham possuíam conhecimento sobre a importância da acessibilidade.

O presente estudo buscou verificar as condições de acessibilidade física existente nas bibliotecas com o intuito de sugerir melhorias na acessibilidade que visem à promoção da inclusão de usuários com deficiência física nas bibliotecas. A identificação das dificuldades que as pessoas com deficiência física enfrentam para acessar as bibliotecas e a verificação dos obstáculos (arquitetônicos, urbanísticos) enfrentados por elas são essenciais para que possam ser encontradas soluções que tornem a biblioteca mais acessível, eliminando as barreiras que impedem sua

utilização plena e contribuindo para a inclusão e cidadania das pessoas com deficiência física nas Universidades.

Este estudo se justifica, primeiramente, por ser um trabalho que pretende contribuir com a Acessibilidade à Educação de pessoas com deficiência física, verificando as barreiras que precisam ser removidas, promovendo a inclusão social e, conseqüentemente, contribuindo para um mundo mais justo e igualitário.

Visando aprofundar o conhecimento sobre o tema do estudo, nas seções que se seguem serão abordados alguns conceitos de extrema importância para este estudo, como a deficiência, as leis sobre acessibilidade, a acessibilidade em prédios públicos, os programas desenvolvidos pelo Governo Federal para promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência à Educação Superior, Bibliotecas Universitárias e a importância do bibliotecário e da biblioteca na inclusão de PNEs.

Como problema de pesquisa partiu-se da seguinte questão: quais são as condições de acessibilidade física que as bibliotecas da Arquitetura (BIBARQ), da Educação (BIBFACED) e a Biblioteca Central (BC) da Universidade Federal do Rio Grande do SUL (UFRGS) oferecem às pessoas com deficiência física?

O estudo apresenta como objetivo geral verificar as condições de acessibilidade física a pessoas com deficiência física no acesso as prédios públicos das bibliotecas universitárias (BIBARQ, BIBFACED, BC), situadas no Campus Central da UFRGS e, como objetivos específicos, identificar as possíveis barreiras arquitetônicas internas e externas enfrentadas pelos cadeirantes e por pessoas com mobilidade reduzida no acesso às bibliotecas selecionadas do Campus Central da UFRGS; averiguar se as bibliotecas seguem os padrões de acessibilidade em suas edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos; avaliar, através dos instrumentos de pesquisa, as condições de acesso de pessoas com deficiência física aos espaços das bibliotecas universitárias selecionadas para o estudo e sugerir revisão e adequação, se necessários, às normas de acessibilidade para prédios públicos.

A definição dos principais termos utilizados no estudo é fundamental para a compreensão dos mesmos, a saber:

- a) Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.

- b) **Acessibilidade física:** possibilidade e condição da pessoa com deficiência ter acesso seguro e com autonomia aos espaços, transporte e meios de comunicação.
- c) **Acessível:** espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. O termo acessível implica tanto acessibilidade física como de comunicação.
- d) **Adaptável:** espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características possam ser alteradas para que se torne acessível.
- e) **Adaptado:** espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características originais foram alteradas posteriormente para serem acessíveis.
- f) **Adequado:** espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características foram originalmente planejadas para serem acessíveis.
- g) **Área de aproximação:** espaço sem obstáculos para que pessoa que utiliza cadeira de rodas possa manobrar, deslocar-se, aproximar-se e utilizar o mobiliário ou o elemento com autonomia e segurança.
- h) **Área de transferência:** espaço necessário para que uma pessoa utilizando cadeira de rodas possa posicionar-se próximo ao mobiliário para o qual necessita transferir-se.
- i) **Barreira arquitetônica, urbanística ou ambiental:** qualquer elemento natural, instalado ou edificado que impeça a aproximação, transferência ou circulação no espaço, mobiliário ou equipamento urbano.
- j) **Bibliotecas universitárias:** estabelecimento de ensino superior que é responsável por selecionar, administrar, organizar, gerar informação e conhecimento, destinado a um público constituído pelo corpo docente e discente das Instituições de ensino superior, podendo ser acessível a comunidade externa.
- k) **Cadeirantes:** pessoas que necessitam do auxílio da cadeira de rodas para se locomoverem de um local para outro.

- l) Calçada rebaixada: rampa construída ou implantada na calçada ou passeio destinada a promover a concordância de nível entre estes e o leito carroçável.
- m) Circulação externa: espaço coberto ou descoberto, situado fora dos limites de uma edificação, destinado à circulação de pedestres. As áreas de circulação externa incluem, mas não necessariamente se limitam a áreas públicas, como passeios, calçadas, vias de pedestres, faixas de travessia de pedestres, caminhos, passagens, calçadas verdes e pisos drenantes entre outros, bem como espaços de circulação externa em edificações e conjuntos industriais, comerciais ou residenciais e centros comerciais.
- n) Deficiência: redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e de utilização de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em caráter temporário ou permanente.
- o) Deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;
- p) Desenho universal ou *design universal*: aquele que visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população;
- q) Equipamento urbano: todos os bens públicos e privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados;
- r) Espaço acessível: espaço que pode ser percebido e utilizado em sua totalidade por todas as pessoas, inclusive aquelas com mobilidade reduzida.
- s) Mobiliário urbano: todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem urbana, de natureza utilitária ou não, implantados mediante autorização do poder público em espaços públicos e privados;

- t) Módulo de Referência (M.R.): projeção de 0,80m por 1,20 m no piso, ocupada por uma pessoa utilizando cadeira de rodas;
- u) Passeio: parte da calçada ou da pista de rolamento, nesse último caso separada por pintura ou elemento físico, livre de interferências, destinada á circulação exclusiva de pedestres e, excepcionalmente, de ciclistas – Código Brasileiro de Trânsito;
- v) Prédios públicos ou edifício público: imóvel especialmente construído ou adaptado para albergar serviços administrativos ou outros destinados a servir o público;
- w) Pessoa com mobilidade reduzida: aquela que, temporária ou permanentemente, tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo. Entende-se por pessoa com mobilidade reduzida, a pessoa com deficiência, idosa, obesa, gestante, entre outros;
- x) Pessoa com necessidade especial (PNE);
- y) Rampa: inclinação da superfície de piso, longitudinal ao sentido do caminhamento. Consideram-se rampas aquelas com declividade igual ou superior a 5%;
- z) Rota acessível: trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que possa ser utilizado de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência. A rota acessível externa pode incorporar corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores;
- aa) Uso público: espaços, salas ou elementos externos ou internos que são disponibilizados para o público em geral. O uso público pode ocorrer em edificações ou equipamentos de propriedade pública ou privada.

O referencial teórico apresenta assuntos fundamentais para a compreensão e embasamento do presente estudo, divididos em quatro seções: Compreendendo a Deficiência; Acessibilidade: compreendendo a acessibilidade, histórico e acessibilidade a prédios públicos; Programas do Governo Federal para garantia da Acessibilidade em Instituições Federais de Nível Superior (IFES); A biblioteca, o bibliotecário e a acessibilidade.

Na primeira seção do referencial teórico são apresentados conceitos sobre a deficiência fundamentais para sua compreensão. Na segunda seção são expostos conceitos e legislação sobre Acessibilidade, bem como são apresentados os

princípios do Desenho Universal. A segunda seção traz ainda as Normas de Acessibilidade a Prédios Públicos, recomendadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Na terceira seção são apresentados os Programas desenvolvidos pelo Governo Federal para promoção de Acessibilidade em Instituições de Ensino Superior (IFES). Na última parte do referencial teórico, são abordados assuntos como a importância da Biblioteca Universitária, do bibliotecário e as relações dos mesmos com a promoção da Acessibilidade.

Após o referencial teórico é exposta a metodologia utilizada, o contexto do estudo e os sujeitos do estudo. Posteriormente apresenta os dados com suas análises, concluindo com as considerações finais do estudo.

2 COMPREENDENDO A DEFICIÊNCIA

Segundo a norma de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos o termo deficiência pode ser entendido como

redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e de utilização de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em caráter temporário ou permanente. (NBR 9050, 2004, p.3).

De acordo com a definição da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que hoje integra a Constituição Federal de 1988, pessoas com deficiência são:

aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (Decreto Nº 6.949/09, art. 1º).

O termo deficiência deve ser distinguido do termo incapacidade, visto que são diferentes. O termo deficiência significa uma limitação física, sensorial ou mental, que não se confunde com incapacidade, uma vez que a incapacidade para determinada tarefa como andar, ver, ouvir é consequência da deficiência, não implicando incapacidade para outras tarefas.

Existem diversos tipos de deficiência entre as quais estão as deficiências física, auditiva, visual, mental ou intelectual, ou múltipla.

Deficiência física pode ser compreendida como:

alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (Decreto Nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, "a", c/c Decreto Nº 3.298/99, art. 4º, I).

Deficiência auditiva pode ser entendida como sendo a perda bilateral, parcial ou total, de 41 decibéis (Db) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (Decreto Nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, "b", c/c Decreto Nº 5.298/99, art. 4º, II).

Deficiência visual, segundo o Decreto Nº 3.298/99 e o Decreto Nº 5.296/04, conceitua-se como:

- a) Cegueira – na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica;
- b) Baixa Visão – significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica. São aquelas que, mesmo usando óculos comuns, lentes de contato, ou implantes de lentes intraoculares, não conseguem ter uma visão nítida. As pessoas com baixa visão podem ter sensibilidade ao contraste, percepção das cores e intolerância à luminosidade, dependendo da patologia causadora da perda visual;
- c) Os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º;
- d) Ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

Deficiência mental, de acordo com o Decreto Nº 3.298/99, alterado pelo Decreto nº 5.296/04, conceitua-se como:

funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; trabalho. (Decreto Nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, “d”; e Decreto Nº 3.298/99, art. 4º, I).²

A deficiência múltipla é conceituada como associação de duas ou mais deficiências, conforme o Decreto Nº 3.298/99.

Segundo dados do censo populacional de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil existem cerca de 24,6 milhões de pessoas com alguma deficiência, o que significa 14,5% da população. Sendo que desse total, 48% de pessoas com deficiência visual, 23% com deficiência motora, 17% com deficiência auditiva, 8% com deficiência intelectual e 4% com deficiência física. Ainda de acordo com o Censo de 2000 (BRASIL, 2000), os brasileiros que possuem alguma deficiência podem ser distribuídos em seis tipos. (Tabela 1).

² Documento eletrônico.

Tabela 1 – Dados do Censo Demográfico do Brasil do ano de 2000 e 2010

| DADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO – BRASIL | | | |
|--|---|--------------------------------|--|
| 2000 | | 2010 | |
| Tipo de Deficiência | Porcentagem da população com deficiência | Tipo de Deficiência | Porcentagem da população com deficiência |
| Deficiência Visual | 48% | Deficiência Visual | 18,8% 35.791.488 |
| Deficiência Motora | 23% | Deficiência Motora | 7% 13.273.969 |
| Deficiência Auditiva | 17% | Deficiência Auditiva | 5,1% 9.722.163 |
| Deficiência Mental/Intelectual | 8% | Deficiência Mental/Intelectual | 1,4% 2.617.025 |
| Deficiência Física | 8% | _____ | ----- |
| TOTAL | 14% da população (24,6 milhões de pessoas) | TOTAL | 23,9% da população (45,6 milhões de pessoas) |

Fonte: dados do Censo do IBGE (2000/2010).

Em 2010, foi realizado novo Censo Demográfico, revelando que 23,9% da população possui algum tipo de deficiência, o que significa, aproximadamente, 45,6 milhões de pessoas. Dentre esse total, a maior parte possui deficiência visual em diferentes graus de severidade, em torno de 7% dos brasileiros possui deficiência motora em algum grau, o que equivale a aproximadamente, 13,2 milhões de

brasileiros, ficando em segundo lugar nos relatos da população. Já a deficiência auditiva apareceu em terceiro lugar acometendo cerca de 5,1% da população. Por último a deficiência mental ou intelectual foi declarada por 2,6 milhões de brasileiros, aproximadamente.

Na Tabela 1 são demonstrados os resultados obtidos no Censo Demográfico de 2000 e 2010, no que concerne a distribuição de pessoas por tipo de deficiência, possibilitando a comparação na apresentação dos dados em relação à estatística. Com a observação dos dados do Censo de 2000 e 2010, é possível verificar que houve um aumento do número de pessoas que declararam que possuem algum tipo de deficiência, nesse período de 10 anos. A maior parcela da população brasileira, de acordo com os dados do Censo do IBGE, possui deficiência visual. No entanto, outras deficiências como a deficiência motora também são encontradas em grande parcela da população brasileira. Dentre as pessoas com deficiência motora, mais de 4,4 milhões de pessoas possuem deficiência motora severa, destas 734,4 mil não conseguem caminhar ou subir escadas de forma alguma e, mais de 3,6 milhões apresentam grande dificuldade de locomoção.

O censo de 2010 classificou as deficiências em quatro tipos visual, auditiva, motora e mental/intelectual, diferentemente da classificação de deficiências realizada no Censo de 2000, que apresentava cinco tipos: visual, motora, auditiva, mental/intelectual e física. No Censo de 2010 a categoria deficiência física foi suprimida, uma vez que houve a reunião das categorias deficiência física e motora em uma só categoria: deficiência motora, já que estão intimamente relacionadas.

A deficiência física é também denominada de deficiência mecânica ou motora. Deficiência motora pode ser entendida como qualquer déficit ou anomalia que tenha como consequência a dificuldade ou a impossibilidade de mexer, controlar ou coordenar algum tipo de movimento motor. A incapacitante pode ser transitória ou permanente, congênita ou adquirida em virtude de acidente ou doença. Existem diversos graus de deficiência motora, quanto maior o grau de deficiência, maior será o nível de movimentos afetados pela mesma. As alterações dos movimentos podem ser originadas de alterações dos grupos musculares, estrutura óssea, estrutura ósseo-articular ou em anomalias do Sistema Nervoso Central. Entre as principais causas da deficiência motora, estão a Ataxia de Friedreich; Distrofia Muscular; Doença de Lyme; Esclerose lateral amiotrófica; Esclerose Múltipla; Espinha Bífida; Insuficiência Cardíaca; Lesão Cerebral; Lesão do Plexo Braquial; Lesão Vértebro-

Medular; Leucodistrofia; Malformação Arteriovenosa; Mielite Transversa; Paralisia cerebral; Síndrome de Guillain-Barré; Síndrome Pós-Pólio; Tumor na Medula Espinhal.

Existem vários tipos de deficiências físico/motoras como a monoplegia, monoparesia, hemiplegia, hemiparesia, paraplegia, paraparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia e amputação.

Para maior compreensão, são apresentadas as definições de cada tipo de deficiência física:

- a) Amputação – perda total ou parcial de um determinado membro;
- b) Paraplegia – perda total das funções motoras dos membros inferiores;
- c) Paraparesia – perda parcial das funções motoras dos membros inferiores;
- d) Monoplegia – perda total das funções motoras de um só membro (inferior ou superior);
- e) Monoparesia – perda parcial das funções motoras de um só membro (inferior ou superior);
- f) Tetraplegia – perda total das funções motoras dos membros inferiores e superiores;
- g) Tetraparesia – perda parcial das funções motoras dos membros inferiores e superiores;
- h) Triplegia – perda total das funções motoras em três membros;
- i) Triparesia – perda parcial das funções motoras em três membros;
- j) Hemiplegia – perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo);
- k) Hemiparesia – perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo);
- l) Ostomia – intervenção cirúrgica que cria um ostoma (abertura, ostio) na parede abdominal para adaptação de bolsa de fezes e/ou urina; processo cirúrgico que visa à construção de um caminho alternativo e novo na eliminação de fezes e urina para o exterior do corpo humano (colostomia: ostoma intestinal; urostomia: desvio urinário);
- m) Paralisia Cerebral – lesão de uma ou mais áreas do sistema nervoso central, tendo como conseqüência alterações psicomotoras, podendo ou não causar deficiência mental;
- n) Nanismo – deficiência acentuada no crescimento. É importante ter em mente que o conceito de deficiência inclui a incapacidade relativa, parcial ou total, para o desempenho da atividade dentro do padrão considerado normal para o ser humano. Esclarecemos que a pessoa com deficiência pode desenvolver atividades laborais desde que tenha condições e apoios adequados às suas características. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2007, p.23 e 24).³

Segundo o Art. 5º do Decreto Nº.296 de 2004, a deficiência física pode ser entendida como

uma alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia,

³ Documento eletrônico.

ostemia amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

Entre as pessoas com deficiência física encontram-se as pessoas usuárias de cadeiras de rodas, popularmente chamadas de cadeirantes, que são pessoas que possuem alguma dificuldade de locomoção, necessitando do auxílio de cadeiras de rodas para seu deslocamento.

Existem pessoas que enfrentam problemas com o ambiente, mas que não possuem deficiência, por exemplo, pessoas com mobilidade reduzida que enfrentam problemas no acesso e na utilização de ambientes construídos. Dessa forma, essa expressão inclui tanto pessoas com deficiência como também idosos, obesos, gestantes, pessoas carregando pacotes, empurrando carrinhos de bebê, carrinhos de compras, bem como pessoas que estão com alguma lesão temporária. (CAMBIAGHI, 2007).

Segundo a NBR 9050 de 2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) pessoa com mobilidade reduzida é

aquela que, temporária ou permanentemente, tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo. Entende-se por pessoa com mobilidade reduzida, pessoa com deficiência, idosa, obesa, gestante, entre outros. (NBR 9050/2004, p.4).

Pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida encontram diversos obstáculos que dificultam ou mesmo impedem sua locomoção e seu acesso a espaços urbanos. Esses entraves ao deslocamento constituem-se em barreiras físicas (arquitetônicas), que são as mais comuns encontradas nas edificações.

Alguns exemplos de barreiras físicas (arquitetônicas) encontradas nas edificações são: escadas como único acesso a locais com grandes desníveis ou com dois ou mais pavimentos, inexistência de rampas de acesso, rampas com inclinação muito acima das recomendadas, portas e circulações estreitas que não permitem passagens e manobras; inexistência de banheiros acessíveis; balcões de atendimento com altura inadequada – muito altos para o acesso de pessoas com baixa estatura ou utilizando cadeira de rodas, pavimentação inadequada (deslizante, irregular ou danificada) que causam trepidação e perigo para usuário de cadeira de rodas.

Essas barreiras existem por não ter sido utilizado o conceito de desenho universal no momento da elaboração do projeto e construção desses espaços. Por isso, o desenho universal liga-se intimamente à questão da inclusão de pessoas com deficiência e a possibilidade de eliminação de barreiras torna o ambiente acessível para todos.

3 ACESSIBILIDADE

Esta seção apresenta conceitos sobre acessibilidade, buscando a melhor compreensão do tema do presente estudo. Aborda as principais leis e normas referentes à acessibilidade, bem como traz o conceito do desenho universal.

3.1 COMPREENDENDO A ACESSIBILIDADE

De acordo com o Art.8º do Decreto Federal Nº5.296 (BRASIL, 2004),⁴ acessibilidade pode ser entendida como

condição para utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Segundo a ABNT (2004, p.2), acessibilidade é a “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”. Um espaço acessível é aquele que permite o acesso de qualquer indivíduo, de forma segura e autônoma.

Conforme Sarraf (2012, p. 62),

a acessibilidade é uma forma de concepção de ambientes que considera o uso de todos os indivíduos independente de suas limitações físicas e sensoriais, desenvolvida a partir dos conceitos de Inclusão Social. Os benefícios da acessibilidade possibilitam a melhoria da qualidade de vida da população com e sem deficiência, proporcionando liberdade de escolhas e abertura de horizontes pessoais, profissionais e acadêmicos.

A acessibilidade é condição fundamental para inclusão social dos deficientes e está intimamente ligada à questão da cidadania, o termo engloba não somente os aspectos físicos e arquitetônicos, possuindo uma dimensão bem mais ampla.

Melo (2008, p. 30 e 31) divide a acessibilidade em seis categorias:

1) Arquitetônica: não deve haver barreiras ambientais físicas nas casas, nos edifícios, nos espaços ou equipamentos urbanos e nos meios de transportes individuais ou coletivos;

⁴ Documento eletrônico.

- 2) Acessibilidade Comunicacional: não deve haver barreiras na comunicação interpessoal, escrita e virtual;
- 3) Acessibilidade Metodológica: não deve haver barreiras nos métodos e técnicas de estudo, de trabalho, de ação comunitária e de educação dos filhos;
- 4) Acessibilidade Instrumental: não deve haver barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo, de trabalho e de lazer ou recreação;
- 5) Acessibilidade Programática: não deve haver barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas e normas ou regulamentos;
- 6) Acessibilidade Atitudinal: não deve haver preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

Segundo a NBR 9050/2004 promover acessibilidade significa remover barreiras arquitetônicas, urbanísticas ou ambientais que impeçam a aproximação, transferência ou circulação. Ainda segundo a Norma, espaço acessível é aquele que pode ser percebido e utilizado por qualquer pessoa, inclusive por aquelas com mobilidade reduzida.

Existem espaços que são verdadeiramente acessíveis, enquanto outros são apenas adaptáveis. O Manual de Acessibilidade para Espaços Internos, elaborado pela Prefeitura São José dos Campos - SP distingue os conceitos acessível e adaptável:

Adaptável: Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características possam ser alteradas para que se torne acessível.
Acessível: Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. (SÃO PAULO, 2011, p.3).⁵

Os espaços projetados para atender a maior diversidade de pessoas, com suas diferentes características são aqueles construídos sob os moldes do Desenho Universal, que tem por objetivo promover à inclusão. Um espaço que sofre adaptações para proporcionar a integração é diferente de um espaço acessível, enquanto o primeiro foi construído sem levar em conta às necessidades da diversidade humana; o último é pensado para proporcionar o acesso de todo indivíduo, com suas diferentes características.

Conforme o Decreto-lei Nº 5296, de 02 de dezembro de 2004, Desenho Universal significa:

Concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade.

⁵ Documento eletrônico.

Segundo a NBR 9050 (2004, p.3), desenho universal é “aquele que visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população”. Dessa forma, o Desenho Universal objetiva atender todo e qualquer indivíduo, já que torna os espaços utilizáveis por pessoas com características diversas, ou seja, amplia a utilização dos espaços.

Carletto e Cambiaghi (2008, p.10) explicam que

os produtos universais acomodam uma escala larga de preferências e de habilidades individuais ou sensoriais dos usuários. A meta é que qualquer ambiente ou produto poderá ser alcançado, manipulado e usado, independentemente do tamanho do corpo do indivíduo, sua postura ou sua mobilidade. O Desenho Universal não é uma tecnologia direcionada apenas aos que dele necessitam; é desenhado para todas as pessoas. A idéia do Desenho Universal é, justamente, evitar a necessidade de ambientes e produtos especiais para pessoas com deficiências, assegurando que todos possam utilizar com segurança e autonomia os diversos espaços construídos e objetos.

Uma biblioteca construída sob os moldes do Desenho Universal é uma biblioteca verdadeiramente acessível, ela não exclui ninguém, mas inclui a maior gama de usuários possíveis, levando em conta suas diferenças antropométricas e sensoriais. Uma biblioteca acessível não é aquela que permite o acesso somente de deficientes, mas sim um espaço pensado e projetado para atender a todos, independentemente de qualquer característica que possuam. No desenho universal não são criados produtos e serviços somente para deficientes, o que seria uma forma de discriminação, mas sim, são desenvolvidos produtos e serviços para a coletividade, de forma amais abrangente possível.

São sete os princípios do Desenho Universal:

- 1)Uso equitativo: o design é útil e comercializável para pessoas com habilidades diversas;
- 2)Flexibilidade no uso: o design acomoda uma ampla variedade de preferências e habilidades individuais;
- 3)Simples e intuitivo: o uso do design é de fácil de entender, independentemente de experiência, do conhecimento, das habilidades lingüísticas ou do nível de concentração corrente do usuário;
- 4)Informação perceptível: o design comunica a informação necessária efetivamente ao usuário, independentemente das condições do ambiente ou das habilidades sensoriais do usuário;
- 5)Tolerância ao erro: o design minimiza perigos e conseqüências adversas de ações acidentais ou não intencionais;
- 6) Baixo esforço físico: o design pode ser utilizado eficientemente, confortavelmente e com um mínimo de fadiga;
- 7) Tamanho e espaço para aproximação e uso: tamanho apropriado e espaço são oferecidos para aproximação, alcance, manipulação e uso, independentemente de tamanho do corpo, postura ou mobilidade do usuário. (MELO, 2008, p. 31 e 32).

Espaço acessível difere de espaço adaptado. Espaço acessível é aquele pode ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. Enquanto espaço adaptado é aquele cujas características originais foram alteradas posteriormente a fim de tornarem-se acessíveis.

Em bibliotecas, é comum a adaptação do edifício cuja construção já foi finalizada, a chamada pós-ocupação. Segundo Ferrés (2008) a pós-ocupação causa limitações para transformar e identificar a instalação como acessível. A acessibilidade liga-se intimamente a configuração original do prédio onde a biblioteca está localizada. Ainda segundo o autor, os ambientes podem ser classificados em quatro tipos:

1) Ambiente Acessível: ambiente que se ajusta aos requerimentos funcionais e dimensionais, possibilitando a utilização autônoma, cômoda e segura para todos, ou seja, é o ambiente que segue os ditames do Desenho universal.

2) Ambiente Praticável: ambiente que apesar de não se ajustar a todos os requerimentos de acessibilidade propostos pela legislação, ainda assim, permite a utilização autônoma por qualquer pessoa.

3) Ambiente Adaptável: ambiente que mediante algumas modificações que não afetam suas configurações essenciais, pode ser transformado, tornando-se, ao menos, praticável.

4) Ambiente Não-Acessível: é o ambiente que não apresenta requisitos necessários para acessibilidade.

A acessibilidade física e a espacial estão interligadas. Acessibilidade física pode ser entendida como possibilidade e condição da pessoa com deficiência ter acesso seguro e com autonomia aos espaços, transporte e meios de comunicação. De acordo com Bins Ely et al (2001) a acessibilidade espacial é a possibilidade de compreensão da função, da organização e das relações espaciais que o ambiente estabelece, e a participação das atividades que ali ocorrem, fazendo uso dos equipamentos disponíveis com segurança e autonomia. Possui ligação ao conceito de cidadania e participação, uma vez que para exercer seus direitos como cidadão, é preciso que o espaço esteja adequado para utilização por diferentes pessoas, com ou sem deficiência, de forma autônoma e independente.

3.2 HISTÓRICO DA ACESSIBILIDADE

A primeira norma técnica em relação ao tema Acessibilidade foi desenvolvida em 1985, pela ABNT, a NBR9050 – Adequação das Edificações, Equipamentos e Mobiliário Urbano à Pessoa Portadora de Deficiência. Essa norma tinha por objetivo assegurar o acesso das pessoas com deficiência aos ambientes construídos, mas foi com a redação da Constituição Federal de 1988, que o tema acessibilidade passou a ganhar maior destaque no Brasil, como se pode observar no 2º parágrafo do Artigo N°227 que afirma

[...] a lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência. (BRASIL, 1988, p.148).⁶

No ano de 1989, mais progressos foram alcançados com a redação da Lei 7.853, de 24 de outubro, que teve sua origem na Constituição de 1988 e dispõe sobre:

apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.(BRASIL, 1989).⁷

Essa Lei estabelece normas que visam assegurar o exercício pleno dos direitos sociais das pessoas portadoras de deficiência, proporcionando sua efetiva integração social. As normas também têm por objetivo garantir ações governamentais necessárias ao seu cumprimento, bem como ao cumprimento das demais disposições constitucionais e legais concernentes a mesma, afastadas qualquer tipo de discriminações e preconceitos. Sendo a matéria da Lei entendida como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade como um todo. Os deficientes são assegurados pelo Poder Público quanto ao pleno exercício de seus direitos básicos, como direito à saúde, educação, trabalho, lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar, tanto pessoal como social e econômico.

⁶ Documento eletrônico.

⁷ Documento eletrônico.

No ano 2000, houve outro grande avanço no que concerne ao tema acessibilidade com a criação do Comitê Brasileiro de Acessibilidade (CB-40), da ABNT, com três comissões: meio e edificações, transporte e comunicações. Esse Comitê foi responsável pelo desenvolvimento de doze normas sobre Acessibilidade.

Em 19 de dezembro de 2000, foi sancionada a Lei Federal nº 10.098, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. Essa Lei foi de grande importância para a promoção da acessibilidade no país, visto que é bastante abrangente, envolvendo tanto ambiente físico, como também as edificações e transportes.

Em 7 de novembro de 2003, com a publicação da Portaria nº 3.284 do Ministério da Educação (MEC), foi garantido o direito à acessibilidade à educação em todos os níveis, a pessoas com deficiência, em instituições públicas ou privadas, sendo assegurado o atendimento das necessidades do aluno até a conclusão do curso. Essa portaria estabelece requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições, o que foi um grande progresso para assegurar às pessoas com deficiência o direito à educação.

O Art. 1º da Portaria Nº3.284 do MEC determina que

sejam incluídos nos instrumentos destinados a avaliar as condições de oferta de cursos superiores, para fins de autorização e reconhecimento e de credenciamento de instituições de ensino superior, bem como para renovação, conforme as normas em vigor, requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais. (BRASIL, 2003).⁸

Dessa forma, com essa Portaria, somente as Instituições que possuírem os requisitos necessários de acessibilidade a pessoas com necessidades especiais, terão seu funcionamento autorizado. Assim, o direito à educação e cidadania é garantido às pessoas com alguma deficiência.

Segundo o § 1º da Portaria, os requisitos de acessibilidade no que diz respeito a alunos portadores de deficiência física compreenderão no mínimo:

⁸ Documento eletrônico.

- a) eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo;
- b) reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço;
- c) construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- d) adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- e) colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros. (BRASIL, 2003).⁹

Com a publicação de leis e normas referentes à Acessibilidade, houve um grande avanço no país, uma vez que proporcionar a Acessibilidade é permitir que as pessoas com deficiência possam exercer seus direitos à educação, cidadania, lazer, de forma que haja a diminuição das desigualdades e da exclusão social desses indivíduos, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva.

A acessibilidade ganhou ainda maior visibilidade em 2004, quando a ABNT realizou revisão da norma NBR 9050 – Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos, cujos principais objetivos são de estabelecer critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade. (NBR9050/2004).

A NBR9050/2004 tem por objetivo proporcionar à maior quantidade de indivíduos, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização de maneira autônoma e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos. Para que um espaço seja considerado acessível, em seu projeto, construção, reforma ou ampliação de edificações, o disposto na NBR9050 deverá ser seguido.

Dessa forma, a elaboração de uma Norma específica sobre Acessibilidade como a NBR9050/2004 foi de suma importância para garantia dos direitos fundamentais dos deficientes na sociedade. Um espaço construído seguindo o que a norma NBR9050 estabelece como requisitos fundamentais proporciona a inclusão de pessoas nos ambientes, espaços e a utilização plena de equipamentos, mobiliário, sendo considerada uma das normas mais importantes na promoção de acessibilidade no país, devido a sua abrangência (espaços, equipamentos, mobiliário e transporte) e especificidade.

⁹ Documento eletrônico.

Um espaço acessível é espaço livre de quaisquer barreiras, sejam elas arquitetônicas, ambientais ou urbanísticas, que podem ser entendidas como “qualquer elemento natural, instalado ou edificado que impeça a aproximação, transferência ou circulação no espaço, mobiliário ou equipamento urbano.”(NBR9050/2004, p.2).

Superar as barreiras que impedem ou dificultam o acesso aos espaços universitários é uma questão primordial para promover a igualdade de oportunidades às pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida. A Universidade deve ser um espaço de oferta igualdade de condições de acesso a todas as pessoas, assim como os espaços que compõe a mesma.

A biblioteca universitária, como parte integrante do sistema educacional, deve proporcionar a inclusão de todos, visando cumprir sua missão maior que é a de dar suporte informacional a toda comunidade acadêmica, não podendo constituir-se, em nenhuma hipótese, de local de exclusão social. Como declara a Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Instituições (IFLA, 2002)¹⁰, “a liberdade de acesso à informação, independente de meios e fronteiras, é uma das responsabilidades primordiais da biblioteca e dos profissionais da informação”. O acesso às bibliotecas universitárias é fundamental para a promoção da democratização da informação, que não pode restringir-se a alguns considerados “normais”, mas deve abranger a população, em sua totalidade, sempre respeitando as diferenças e peculiaridades de cada indivíduo.

3.3 ACESSIBILIDADE EM PRÉDIOS PÚBLICOS

A fim de se assegurar que as necessidades das pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida sejam atendidas, torna-se necessário o planejamento dos espaços urbanos, seguindo os princípios do Desenho Universal, proporcionando o livre acesso às edificações, principalmente, as de uso público. A norma NBR9050/2004, bem como as Leis Federais N° 10.098/2000 e seu Decreto Regulamentador N° 5.296/2004, tornam obrigatório o atendimento das adequações em edificações públicas e de uso coletivo, edifícios comerciais e de serviços, bem como nas vias e transportes coletivos.

¹⁰ Documento eletrônico.

A Lei Federal Nº 10.098/ 2000 – Promoção de Acessibilidade aos Portadores de Deficiência, em seu 4º capítulo – Acessibilidade nos Edifícios Públicos ou de Uso Coletivo, nos Artigos de Nº11 e Nº12, determina que :

Art. 11. A construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, na construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser observados, pelo menos, os seguintes requisitos de acessibilidade:

I – nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas a garagem e a estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção permanente;

II – pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

III – pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverá cumprir os requisitos de acessibilidade de que trata esta Lei; e

IV – os edifícios deverão dispor, pelo menos, de um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 12. Os locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar deverão dispor de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas, e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com a ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação. (LEI Nº10.098, 2000, Art.Nº11 e Nº12).¹¹

Conforme o disposto na referida Lei, a acessibilidade aos edifícios públicos e privados de uso coletivo é garantida, com recursos assegurados para que as adaptações e supressões de barreiras arquitetônicas sejam realizadas. Como podemos observar no Artigo 23:

A Administração Pública federal direta e indireta destinará, anualmente, dotação orçamentária para as adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas existentes nos edifícios de uso público de sua propriedade e naqueles que estejam sob sua administração ou uso. (LEI Nº 10.098, 2000, Art.23).¹²

¹¹ Documento eletrônico.

¹² Documento eletrônico.

As barreiras podem ser compreendidas como qualquer tipo de obstáculo ou entrave que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação segura das pessoas. Podem ser classificadas em quatro tipos:

- a) barreiras arquitetônicas urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;
- b) barreiras arquitetônicas na edificação: as existentes no interior dos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras arquitetônicas nos transportes: as existentes nos meios de transportes;
- d) barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa; (LEI FEDERAL 10.098/2000).¹³

Além das leis federais mencionadas, a NBR9050/2004 Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos, elaborada no Comitê Brasileiro de Acessibilidade (ABNT/CB-40) e pela Comissão de Edificações e Meio (CE-40:001.01), também serve de parâmetro para construção (ou reforma) de espaços acessíveis. Estabelece critérios e parâmetros técnicos que deverão ser observados no projeto, na construção, instalação e adaptação de edificações, bem como nos mobiliários, espaços e equipamentos urbanos no que tange às condições de acessibilidade. Todo projeto, construção, reforma e adaptações de um espaço deverão seguir os parâmetros impostos pela Norma, a fim de serem considerados acessíveis.

Com o intuito de identificar se existe acessibilidade na edificação, mobiliário, espaço ou equipamento urbano, faz-se necessário a utilização do Símbolo Internacional de Acesso (SIA). Este símbolo consiste em um pictograma branco sobre um fundo azul, ou também, pode ser representado em preto e branco, sempre representado voltado para o lado direito. (Figura 1)

Figura 1 – Símbolo Internacional de Acesso (SIA)



Fonte: NBR9050/2004.

¹³ Documento eletrônico.

A finalidade do SIA é fazer a identificação de espaços, mobiliário e equipamentos urbanos, que disponham de elementos acessíveis ou utilizáveis por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

De acordo com a NBR9050/2004, o símbolo deve ser fixado em local visível ao público, com aplicação principalmente nos seguintes locais (se acessíveis):

- a) entradas;
- b) áreas e vagas de estacionamento de veículos;
- c) áreas acessíveis de embarque/desembarque;
- d) sanitários; ABNT NBR 9050:2004
- e) áreas de assistência para resgate, áreas de refúgio, saídas de emergência;
- f) áreas reservadas para pessoas em cadeira de rodas;
- g) equipamentos exclusivos para o uso de pessoas portadoras de deficiência.

Se os locais não possuírem condições de acessibilidade, é necessário que disponibilizem através de informação visual, o local mais próximo que atenda as condições de acessibilidade. Os sanitários acessíveis também precisam ser identificados através de símbolos fixados junto a sua entrada.

As edificações e equipamentos urbanos devem possuir entradas acessíveis, além de possuírem rotas interligadas às principais funções do edifício. Equipamentos Urbanos são “todos os bens públicos e privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados.” (NBR9050/2004, p.3).

Recente levantamento realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) demonstrou a pouca acessibilidade a prédios públicos. Um dos fatores mais significativos para que isso ocorra seria a falta de fiscalização de normas de acessibilidade no momento da concessão de alvarás de funcionamento das edificações de atendimento público, outro fator que contribui para isso seria a carência de mecanismos de incentivo para que os órgãos promovam melhorias de acessibilidade em instalações físicas voltadas para este fim.

Com o intuito de assegurar o acesso aos serviços públicos a uma parcela maior da população brasileira, o TCU condicionará a aprovação das contas de órgãos públicos à adaptação dos prédios públicos às normas da ABNT. Com essa iniciativa, todas as obras que utilizam recursos federais, a partir do ano de 2012, deverão garantir o acesso a pessoas com deficiência. Dessa forma, com essa iniciativa do TCU, a acessibilidade às edificações será garantida.

A falta de acessibilidade atinge também os prédios das Instituições de Ensino (IES). De acordo com dados do censo da Educação, 45,7% dos cursos realizados em Instituições Federais não apresenta condições e infra-estrutura adequada para atendimento de Pessoas com Necessidades Especiais (PNEs).

Sem as condições de acesso, essas pessoas ficam impossibilitadas de freqüentar a Universidade, exercer seus direitos, causando prejuízos em diversos setores de suas vidas, tanto pessoal como profissionalmente. Dessa forma, o Governo Federal visando incluir os deficientes na sociedade, elaborou programas para garantia de acessibilidade em diversos âmbitos como saúde, educação, moradia.

4 PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL PARA GARANTIA DA ACESSIBILIDADE EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE NÍVEL SUPERIOR (IFES)

O governo federal lançou o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, através do Decreto Nº 7.612, em 17 de novembro de 2011. Esse Plano demonstra a preocupação com a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade, para que a deficiência não seja impedimento para o exercício da cidadania, da realização de projetos e sonhos.

O Plano Viver Sem Limites destaca o compromisso do Brasil com as prerrogativas da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU, que foi ratificado pelo Brasil com equivalência de emenda constitucional. O Plano Viver sem Limite está organizado em 4 eixos: Acesso à Educação, Inclusão Social, Saúde e Acessibilidade.

O primeiro eixo, Acesso à Educação, prevê ações como a ampliação do direito à educação para crianças e adolescentes com deficiência, de 0 a 18 anos, a disponibilização do transporte escolar acessível, a adequação arquitetônica de escolas públicas e instituições federais de ensino superior, a implantação de novas salas de recursos multifuncionais e a atualização das já existentes, a oferta de 5% das vagas para pessoas com deficiência em cursos federais de formação profissional e tecnológica, a contratação de professores e tradutores/ intérpretes de libras e a oferta de 27 cursos letras/ libras para educação bilíngüe.

O eixo Inclusão Social é responsável por realizar a implantação de Centros de Referência para oferecer apoio às pessoas com deficiência em situação de risco, também pela criação de residências inclusivas, para apoiar o desenvolvimento pessoal de jovens e adultos com deficiência em situação de dependência. Em relação às atividades profissionais, serão inseridos 50 mil beneficiários no mercado de trabalho, com a garantia do retorno ao Benefício da Prestação Continuada (BPC) Trabalho, no caso de desemprego e a possibilidade de acúmulo do benefício com a renda da aprendizagem. Serão desenvolvidas diversas ações com intuito de inserção social, beneficiando a população.

Em relação à Saúde serão ampliadas ações que previnem deficiências. Será desenvolvido um sistema nacional que realizará o monitoramento e a busca ativa da triagem neonatal, com um maior número de exames no Teste do Pezinho. Também será criado um sistema de transporte de acesso à saúde, que tem por

objetivo atender a população que possui dificuldade para acessar os locais de reabilitação. Haverá, também, o fortalecimento de ações de habilitação e reabilitação, o atendimento odontológico, a ampliação das redes de produção e acesso a órtese e prótese. As ações clínicas e terapêuticas serão reforçadas, através da publicação de protocolos e diretrizes de várias patologias associadas à deficiência.

O eixo do Plano Viver Sem Limites que se refere à Acessibilidade prevê ações conjuntas entre União, Estados e Municípios. As moradias projetadas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida 2, terão possibilidade de adaptação, em sua totalidade, ou seja, 1,2 milhão de unidades. Serão desenvolvidos cinco centros tecnológicos para a formação, em nível técnico, de treinadores e instrutores de cães-guias. Também serão realizadas ações de mobilidade urbana através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) e da Copa de 2014, que cumprirão os requisitos de acessibilidade. Além disso, estão previstos recursos no valor de até R\$ 25 mil, com juros de 0,64 ao mês, para apoiar programas de inovação tecnológica e para aquisição de tecnologias assistivas.

As ações do Programa Viver Sem Limites têm metas para serem implantadas até 2014 e previsão orçamentária de R\$ 7,6 bilhões, com coordenação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR).

O Plano foi desenvolvido com a participação de mais de quinze Ministérios, em conjunto com o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE). Sua meta é a de fazer com que a Convenção seja colocada em prática na vida das pessoas, através da articulação de políticas governamentais de acesso à educação, inclusão social, atenção à saúde e acessibilidade. Uma das ações que compõe o Plano Viver Sem Limites refere-se à Educação. São políticas públicas que visam à inclusão por meio da Educação.

O tema Acessibilidade é abordado tanto em políticas públicas desenvolvidas para escolas como para Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Um exemplo de programa que visa a Acessibilidade na educação é o INCLUIR – Programa de Acessibilidade na Educação Superior. O INCLUIR apóia projetos de criação e/ou reestruturação de Núcleos de Acessibilidade das IFES, que são os responsáveis pelo desenvolvimento de ações institucionais que tenham como meta acabar com os diferentes tipos de barreiras (arquitetônicas, atitudinais, pedagógicas e comunicacionais) que impedem ou dificultam o acesso de estudantes

com deficiência aos espaços universitários, além do apoio e atendimento aos acadêmicos nas Universidades.

A Universidade abrange o Ensino, a Pesquisa e a Extensão e a Biblioteca Universitária, através dos serviços prestados sob a gestão do profissional bibliotecário, deve atender aos padrões de acessibilidade para o atendimento dos usuários (pesquisadores, professores e acadêmicos além da comunidade universitária).

5 A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA, O BIBLIOTECÁRIO E A ACESSIBILIDADE

As instituições de ensino superior são organizações educacionais encarregadas de realizar o ensino, a pesquisa e a extensão na sociedade. São responsáveis por influenciar criticamente os modos sociais e de produção da comunidade a qual pertencem. A biblioteca universitária compõe a estrutura organizacional dessas instituições. De acordo com Cruz, Mendes e Weitzel (2004), ela atua em qualquer organização de ensino superior, como: centros universitários, universidades, faculdades, fundações, escolas acadêmicas, entre outras. Ainda de acordo com essas autoras a biblioteca universitária é uma espécie de ampliação da biblioteca escolar, pois continua auxiliando, de forma aprofundada, o aprendizado iniciado na anterior.

A biblioteca universitária continua o trabalho iniciado pela biblioteca escolar. Integra-se à instituição de ensino superior, complementando, também, os conhecimentos ministrados no currículo do curso, mas já oferecendo recursos para facilitar a pesquisa científica, visto que o estudante universitário é o embrião do especialista. (CRUZ, MENDES E WEITZEL, 2004, p. 12).

Em relação a sua finalidade, segundo Silva e Araújo (2003, p.26-27), é

[...] atender às necessidades de estudo, consulta e pesquisa de professores e alunos universitários. Ela deve atuar como verdadeiro centro de documentação, divulgando, por vários meios, os documentos que compõem o seu acervo. Deve prover a informação para o ensino, a pesquisa e a extensão, de acordo com a política, os programas e o projeto pedagógico da universidade na qual pertence. Disponibilizar e organizar as fontes de informações existentes. Utilizar a tecnologia para facilitar o processamento e a transferência da informação ao usuário, possibilitando a produção de novos conhecimentos no meio acadêmico.

Enfim, a biblioteca universitária deve transformar o acervo documental em informacional, funcionando como um centro de documentação integrado à universidade.

A biblioteca universitária deve ser um local de inclusão, voltada a todas as pessoas, de modo democrático, a fim de que possa cumprir sua missão que é a de prover à informação a toda comunidade acadêmica, facilitando o desenvolvimento de conhecimento no meio acadêmico e contribuindo com a sociedade como um todo. Os deficientes possuem direito à informação, educação continuada e à cultura. Por isso, os serviços em bibliotecas devem ser adequados aos diferentes usuários

que a biblioteca atende com o intuito que haja democracia no acesso e uso da informação.

O acesso à informação é um direito de todos, sem distinção de qualquer espécie. A IFLA (2002) declara que o acesso e a expressão da informação é um direito fundamental dos seres humanos. A IFLA visa à preservação e promoção dos princípios da liberdade intelectual e oferecimento de acesso irrestrito à informação em bibliotecas e serviços de informação.

As bibliotecas e os serviços de informação devem estar comprometidos a oferecer aos seus usuários acesso aos recursos relevantes e serviços, sem qualquer forma de preconceito ou discriminação. As bibliotecas universitárias devem adquirir, preservar e disponibilizar uma ampla gama de materiais, a fim de abranger a pluralidade e diversidade humana.

É preciso que haja a preocupação em oferecer materiais acessíveis a todos, sem distinção alguma, ou seja, a acessibilidade deve fazer parte dos sistemas de informação, objetivando que todos usufruam de direitos iguais no acesso e uso da informação, independentemente de suas características.

Sasaki (1999, p.41) conceitua inclusão social como

processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidade para todos.

O bibliotecário como mediador entre a informação e o usuário possui papel essencial na promoção da Acessibilidade em Bibliotecas. Não basta possuir a técnica da profissão, é preciso ir mais além, desenvolvendo ações que visem à inclusão social de pessoas com deficiência nas bibliotecas.

Para isso, é fundamental que o bibliotecário perceba a necessidade de atualização constante, visando atender da melhor forma possível as necessidades de PNEs, buscando capacitação em cursos, eliminando as barreiras físicas e atitudinais na unidade em que atua.

A sociedade inclusiva é aquela que está pronta para receber toda a diversidade de seus membros, proporcionando equiparação de oportunidades a todos, através de modificações em ambientes, espaços, bem como na transformação da mentalidade das pessoas e do próprio deficiente.

Embora existam diversos desafios a serem enfrentados, somente através de ações a realidade poderá ser transformada. Um dos grandes desafios a serem enfrentados é o de “enxergar as pessoas como um todo e não apenas como portadoras de uma determinada limitação que pode, muitas vezes, desaparecer mediante uma ação do lado social.” (NERI, 2003, p. 96 apud JACINTO, 2008, p.97).¹⁴

O autor cita exemplos de ações simples que podem proporcionar a inclusão de pessoas com deficiência como a inserção de rampas de acesso em locais públicos. Dessa forma, com a remoção de barreiras sociais seria possível que essas pessoas exercessem atividades normalmente.

Uma biblioteca para ser considerada acessível precisa ser livre de barreiras de qualquer tipo, que impeçam seu acesso. O conceito de biblioteca acessível inclui a questão da acessibilidade física e virtual, bem como o oferecimento de serviço de referência adequado a orientar os usuários no uso da informação. (GONZALEZ, 2002).

Biblioteca acessível difere de biblioteca adaptável, enquanto a primeira apenas realiza adaptação de ambientes como banheiros, rampas, entre outros, seguindo os preceitos do desenho adaptável, a biblioteca acessível permite o acesso a todos, sem distinção, seguindo os preceitos do desenho universal.

A NBR9050/2004 determina que as bibliotecas e centros de leitura sigam parâmetros técnicos com intuito de tornar esses locais acessíveis. Os locais de pesquisa, fichários, salas para estudo e leitura, bem como os terminais de consulta, balcões de atendimento e áreas de convivência devem ser acessíveis, pelo menos 5%, com no mínimo uma das mesas devem ser acessíveis. Também, a norma recomenda que, além disso, pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para tornarem-se acessíveis.

Outro ponto abordado pela norma, diz respeito à distância entre estantes, que deve ser de, no mínimo, 0,90m de largura, a fim de que pessoas usuárias de cadeiras de rodas (cadeirantes) ou que façam uso de outros recursos de mobilidade como muletas, andadores entre outros, possam deslocar-se na biblioteca e acessar seu acervo. Deve ser disponibilizado um espaço nos corredores entre as estantes, a

¹⁴ NERI, Marcelo Cortes. **Diversidade**: retratos da deficiência no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2003 apud JACINTO, Solange de Oliveira. A Biblioteca Pública e os deficientes físicos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova série, São Paulo, v. 4, n. 2, jul./dez. 2008.

cada 15 metros, que permita ao cadeirante realizar manobras de rotação, sendo recomendado que o espaço permita a rotação de 180°, ou seja, que haja um espaço de 1,50m por 1,20, no mínimo.

A altura dos fichários deve atender às faixas de alcance manual e parâmetros visuais. A norma recomenda também que sejam disponibilizados recursos audiovisuais e publicações em Braille, para tender pessoas com deficiência visual e baixa visão.

Em relação aos terminais de consulta por meio de computadores, bem como terminais de acesso à internet devem possibilitar a utilização a pessoas em cadeiras de rodas e a pessoas com mobilidade reduzida. A NBR9050/2004 também recomenda que 10% dos terminais, pelo menos, sejam adaptáveis à acessibilidade.

Então, seguir as normas de acessibilidade é proporcionar a todos indivíduos oportunidades de crescimento por meio da educação. Dessa forma o papel da biblioteca universitária e do bibliotecário são fundamentais na inclusão de pessoas com deficiência. Remover barreiras internas e externas é proporcionar que todos os cidadãos possam desfrutar com igualdade de seus direitos.

6 METODOLOGIA

Nessa seção são apresentados os métodos utilizados para realização do estudo, a abordagem e o tipo de estudo, os sujeitos do estudo e os instrumentos de coleta e análise de dados.

6.1 ABORDAGEM E TIPO DE ESTUDO

Para a realização deste estudo foi utilizada a metodologia qualitativa que visa descrever a complexidade do problema, buscando informações fidedignas para se explicar em profundidade o significado e as características de cada texto, em que se encontra o objeto da pesquisa.

De acordo com Oliveira (2005, p. 66) a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como sendo uma “tentativa de se explicar em profundidade o significado e as características do resultado das informações obtidas através de entrevistas ou questões abertas, sem a mensuração quantitativa de características ou comportamento”. Dessa forma, sendo adequada quando o pesquisador pretende interpretar a realidade dentro de uma visão complexa, holística e sistêmica.

Quanto aos objetivos a pesquisa é exploratória, utilizada quando o pesquisador pretende explorar (conhecer) com maior profundidade o tema, buscando elucidar ou construir questões importantes para a condução da pesquisa.

Segundo Gil (1999), a pesquisa exploratória é desenvolvida no sentido de proporcionar que se obtenha uma visão geral sobre determinado fato, ou seja, proporcionar maior familiaridade com o problema, com o objetivo principal de aprimorar idéias ou a descoberta de intuições.

Quanto aos procedimentos foi realizado um estudo de caso. Segundo Gil (1999), o estudo de caso é caracterizado por ser um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de forma a permitir conhecimentos amplos e detalhados sobre o mesmo.

A pesquisa será um estudo de caso, visto que os objetos de estudo são três bibliotecas (BIBARQ, BIBFACED E BC). Conforme Richardson (1999), um estudo de caso é caracterizado por ser uma exploração intensiva que investiga fenômeno atual - individual ou coletivo - de forma detalhada e holística, dentro de seu contexto de realidade.

6.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para realização do estudo foram utilizados como instrumentos de coleta de dados o Checklist de Avaliação das Condições de Acessibilidade em Bibliotecas e entrevistas semiestruturadas com os bibliotecários-chefe das três bibliotecas selecionadas, a fim de que o tema fosse aprofundado.

Foi realizada uma adaptação do Checklist de Avaliação de Acessibilidade em Bibliotecas, que serviu de roteiro para auxiliar o pesquisador a identificar os itens fundamentais para garantia da acessibilidade física em bibliotecas.

O Instrumento de Avaliação das Condições de Acessibilidade em Bibliotecas (CHECKLIST), de autoria de Nicoletti (2010), exerceu o papel guia ao pesquisador na observação e registro de critérios de acessibilidade em bibliotecas, uma vez que foi desenvolvido tendo por base as normas de acessibilidade NBR9050/2004, a NBR 15599/2008, bem como o livro *Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas*. (PUPO, 2006).

Em um segundo momento foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os bibliotecários-chefe das unidades selecionadas, com o objetivo de aprofundar de questões relativas à Acessibilidade em Bibliotecas Universitárias.

A entrevista semiestruturada é caracterizada como um tipo de entrevista que não possui uma rigidez tão grande quanto às entrevistas estruturadas. Segundo Manzini (1991), a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual é confeccionado um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. É um tipo de entrevista que pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

Em entrevistas semiestruturadas, o entrevistador tem uma participação ativa, visto que mesmo observando um roteiro, pode fazer perguntas adicionais a fim de esclarecer questões para melhor compreensão do contexto.

Para realização da entrevista semiestruturada, utilizou-se um roteiro contendo dez questões relativas à acessibilidade, que foram respondidas pelos bibliotecários-chefe de cada Unidade. (APÊNDICE B)

6.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A obtenção dos dados ocorreu através da aplicação do Checklist Avaliação das Condições de Acessibilidade, bem como através das entrevistas semiestruturadas aos bibliotecários-chefe de cada uma das três bibliotecas pesquisadas.

Após a obtenção dos dados na etapa anterior, tornou-se possível realizar a análise dos mesmos tendo como base a literatura da área como as leis e normas específicas, realizando-se, dessa forma a comparação entre a teoria e a prática observada nas bibliotecas.

As respostas obtidas com a aplicação do Checklist de Acessibilidade foram divididas em duas categorias - Acessibilidade Arquitetônica e Acessibilidade de Mobiliário e Equipamentos, dispostas em 15 quadros com o resultado obtido por cada biblioteca no item avaliado.

A acessibilidade arquitetônica avaliou os aspectos relacionados ao entorno da biblioteca (transporte público, calçadas) e a seu interior (espaços internos). Enquanto a acessibilidade a mobiliários e equipamentos avaliou itens como o balcão de atendimento, as mesas e estantes.

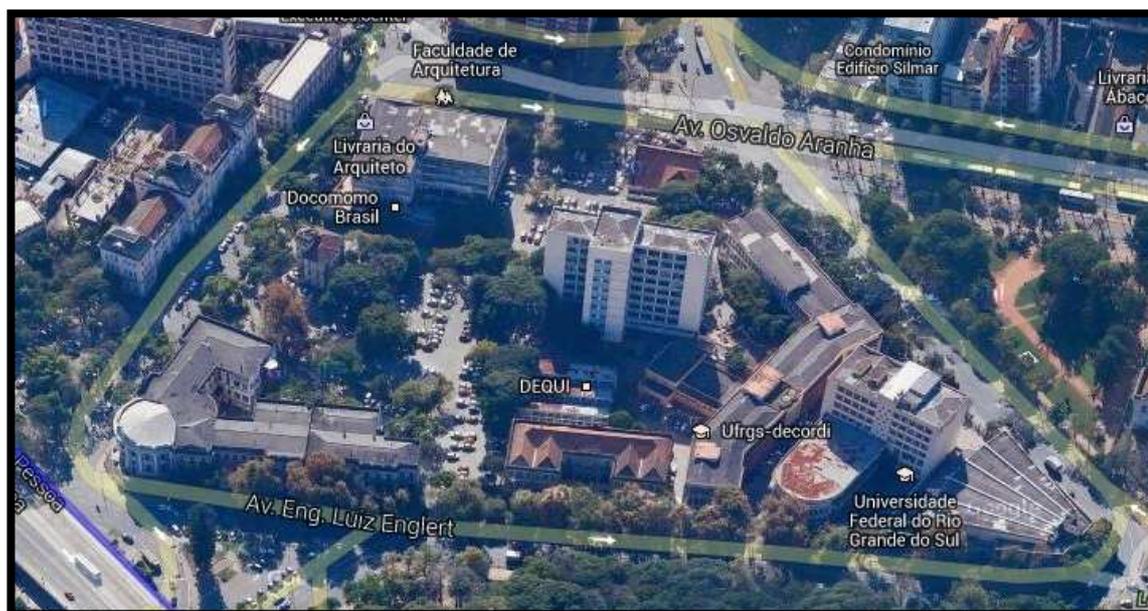
Também foi realizada a análise do conteúdo das respostas dos bibliotecários-chefe das bibliotecas sobre as questões referentes à acessibilidade, verificando-se a compreensão que possuem acerca do tema, as medidas adotadas pelos mesmos para promoção da acessibilidade e da acessibilidade na Unidade de Informação que atuam.

7 CONTEXTO DO ESTUDO

O presente estudo possui como tema a acessibilidade física às pessoas com deficiência física. Fizeram parte deste estudo as bibliotecas da Faculdade de Arquitetura (BIBARQ), Biblioteca da Faculdade de Educação(BIBFACED) e Biblioteca Central (BC), todas localizadas no quarteirão ilustrado na Figura 2.

Existem onze bibliotecas no Campus Central, dentre as quais foram selecionadas três para a realização da pesquisa sobre acessibilidade. Um dos critérios utilizados para a seleção das bibliotecas foi à localização das mesmas no quarteirão, delimitado pela Avenida Paulo Gama, pela Avenida Osvaldo Aranha, pela Rua Sarmiento Leite e pela Avenida Engenheiro Luiz Englert, uma vez que foi realizado um estudo sobre acessibilidade física, o que levou em conta não somente os aspectos relacionados as condições de acessibilidade no interior da biblioteca, mas em todo entorno das bibliotecas.(Figura 2)

Figura 2 - Quarteirão onde estão localizadas as bibliotecas



Fonte: Google Maps.

Essas bibliotecas foram selecionadas porque possuem um público bastante heterogêneo, composto por alunos de diversos cursos da Universidade, tais como Arquitetura e Urbanismo, Design, Engenharia, Pedagogia, Letras entre outros; alunos da pós-graduação, pesquisadores, professores e funcionários.

Os usuários das bibliotecas apresentam características distintas, que devem ser levadas em consideração pelos bibliotecários e pelos funcionários, a fim de atender de forma satisfatória suas necessidades.

7.1 BIBLIOTECA CENTRAL (BC)

A Biblioteca Central está localizada na Avenida Paulo Gama, no prédio da Reitoria da UFRGS, N° 110, no centro da cidade de Porto Alegre/RS, sendo responsável por coordenar o conjunto de bibliotecas da Universidade.

A Biblioteca Central é um órgão suplementar, responsável por coordenar o Sistema de Bibliotecas da UFRGS (SBU). Possui acervo multidisciplinar, sem aprofundar-se em nenhuma área específica do conhecimento.

A sua função é

prover infra-estrutura bibliográfica, documentária e informacional para apoiar as atividades da Universidade, centrando seus objetivos nas necessidades indivíduo, membro da comunidade universitária. Paralelamente ao contexto acadêmico, tem compromisso com a sociedade não vinculada à Universidade que se efetiva através da prestação de serviços, proporcionando o acesso à informação, à leitura e a outros recursos disponíveis que são instrumentos de transformação da sociedade. (BIBLIOTECA)*¹⁵

Seu acervo é composto por obras de referências (dicionários, enciclopédias, etc.), obras gerais (coleção de Eichenberg com assuntos como filosofia, história, artes e outros) e obras raras (coleção de obras raras da coleção de Eichenberg com obras datadas desde o século XVI), bem como por revistas e jornais diversos.

A biblioteca oferece os seguintes serviços:

- a) empréstimo domiciliar;
- b) consulta local;
- c) orientação bibliográfica;
- d) atendimento ao usuário-serviço de referência;
- e) orientação ao usuário;
- f) comutação bibliográfica (COMUT).

A biblioteca funciona de segunda à sexta-feira, das 8h30min às 17h30min, e sua equipe é formada por dezessete profissionais distribuídos em diferentes setores

¹⁵ Documento eletrônico

e departamentos como direção, secretaria, núcleo de aquisição, COMUT, departamento de processos técnicos e departamento de obras raras.

7.2 BIBLIOTECA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO (BIBFACED)

A BIBFACED foi criada na década de 70, através do desmembramento da Faculdade de Filosofia, a qual originou a Faculdade de Educação. Neste período localizava-se na Faculdade de Filosofia, com um espaço de aproximadamente 180m². Após a criação do Curso de Pós-Graduação em Educação em 1972, a biblioteca foi transferida para o 2º andar do prédio da Faculdade de Educação, onde se localiza atualmente.

Entre 1993 e 1994, a biblioteca foi reformada, seu espaço físico sofreu modificações com a criação de salas próprias para o acervo, leitura, trabalho administrativo e processamento de dados.

Atualmente, possui uma área física de 616m² distribuída em diversos ambientes (duas salas de estudo, uma sala de reuniões, área de processamento técnico, espaço de convivência com cozinha e banheiro, sala do acervo histórico, sala de literatura infantil, espaço para serviço de referência e acervo).

Localizada no prédio da FACED (Avenida Paulo da Gama, nº 110, prédio 12201, Bairro Farroupilha, Porto Alegre, RS), funciona de segunda-feira a quinta-feira, das 8h às 20h30min, e nas sextas-feiras das 8h às 18h.

A biblioteca é especializada na área da educação, tendo como usuários principais: o corpo docente (professores), discente (alunos de graduação, pós-graduação e extensão) e funcionários da universidade. Também atende aos usuários externos como profissionais da área de educação, pesquisadores e a população em geral.

A equipe da biblioteca é constituída por dezenove pessoas (quatro bibliotecárias, oito funcionários do apoio técnico, além de sete bolsistas).

Seu acervo é composto por livros, literatura infantil e juvenil, livros em Braille, cartilhas de alfabetização, acervo histórico, obras de referências, periódicos, folhetos, monografias, teses, dissertações e múltímeios (CDs, DVDs, fitas de vídeo e disquetes) especializados na área da educação, psicologia, sociologia entre outros.

A biblioteca oferece para os usuários os seguintes serviços:

- a) empréstimo domiciliar;

- b) empréstimo por hora;
- c) renovação de empréstimos realizada no balcão de atendimento da biblioteca ou pelo Catálogo On-Line do Sistema de Automação de Bibliotecas (SABI);
- d) devolução de empréstimos;
- e) reserva de materiais;
- f) treinamento e visita orientada;
- g) serviço de referência
- h) pesquisa bibliográfica;
- i) comutação bibliográfica (COMUT);
- j) normatização de trabalhos científicos (ABNT);
- k) catalogação na fonte (publicação);
- l) acesso a diversas base de dados, a Internet e a publicações eletrônicas disponíveis on-line.

A BIBFACED tem como missão prover e disseminar a informação e gerar conhecimentos, promovendo intercâmbio entre alunos e professores de forma a contribuir para a capacitação pessoal, implementação da pesquisa e extensão, oportunizando a aquisição de conhecimentos. A visão da BIBFACED é ser centro de referência e excelência na gestão e disseminação da informação técnica e científica nas áreas de educação e impulsionar a pesquisa e a aprendizagem, aproveitando os recursos disponibilizados pelas Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs).

7.3 BIBLIOTECA DA FACULDADE DE ARQUITETURA (BIBARQ)

A Biblioteca da Arquitetura foi recentemente reinaugurada, em junho de 2012. O espaço necessitava de ampliação e modernização, o que foi proporcionado graças à reforma realizada. Localiza-se no andar térreo do prédio da Faculdade de Arquitetura, na Rua Sarmiento Leite, N°320, na cidade de Porto Alegre, no RS. Com a ampliação, a área total da biblioteca passou a ser de 660 m², disponibilizando salas de leitura individuais, amplo espaço para circulação dos usuários e para disposição do acervo. Possui no térreo os setores administrativos, processamento técnico, área de empréstimo, área do acervo de livros e periódicos, setor de obras raras e uma sala de estudos. Existe um mezanino, com sala de reuniões, sala de

estudos, mesas para trabalhos e uma bancada para utilização de equipamento pessoais dos usuários como notebooks. Seu acervo é composto por aproximadamente 40 mil livros e periódicos, sendo considerada referência em sua área de abrangência.

8 SUJEITOS DO ESTUDO

Os sujeitos selecionados nesse estudo de caso foram os bibliotecários-chefe de cada Unidade:

- a) Sujeito A – Bibliotecário-chefe da Biblioteca Central (BC)
- b) Sujeito B – Bibliotecário- diretor da Biblioteca da Faculdade de Educação (BIBFACED)
- c) Sujeito C - Bibliotecário-chefe da Biblioteca da Faculdade de Arquitetura (BIBARQ)

Os nomes dos sujeitos foram preservados na apresentação dos resultados do estudo, a fim de manter a privacidade dos mesmos, sendo denominados apenas por Sujeito A, Sujeito B e Sujeito C.

O critério para escolha dos sujeitos foi selecionar pessoas que atuam como gestoras nas Unidades selecionadas, possuindo amplo conhecimento sobre as bibliotecas em questão, podendo contribuir com seus conhecimentos ao presente estudo.

9 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A apresentação dos dados foi dividida em duas partes, na primeira parte são apresentados os dados obtidos com a aplicação das entrevistas aos bibliotecários-chefe das Unidades de Informação (BC, BIBFACED E BIBARQ) e, na segunda parte, são apresentados os resultados da aplicação do Checklist de Avaliação das Condições de Acessibilidade em Bibliotecas.

Os dados obtidos com a realização das entrevistas são apresentados, juntamente com a análise dos seus conteúdos. Os dados obtidos com aplicação do Checklist foram organizados em quadros, divididos em duas categorias - Acessibilidade Arquitetônica e Acessibilidade a Mobiliário e Equipamentos, seguidos de suas respectivas análises.

9.1 ENTREVISTA COM BIBLIOTECÁRIAS-CHEFE DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Com o objetivo de verificar o a compreensão dos bibliotecários sobre questões relativas à Acessibilidade em bibliotecas e na Unidade em que atuam, algumas questões fundamentais foram elaboradas e aplicadas aos bibliotecários-chefe da BC, BIBFACED e BIBARQ. Foi estruturada uma entrevista contendo dez questões, divididas em três abordagens distintas: acessibilidade de forma geral, acessibilidade na biblioteca em questão e, por fim, formação e capacitação do bibliotecário para atendimento de pessoas com deficiência. As questões das entrevistas são apresentadas na ordem em que foram aplicadas, a fim de facilitar a compreensão sobre seus conteúdos. As entrevistas foram concedidas de forma virtual, de acordo com a preferência e disponibilidade dos entrevistados. Entretanto, houve complementações das entrevistas de forma presencial, mantendo a padronização na coleta de dados.

O primeiro sujeito que concedeu as respostas para essa entrevista atua como diretor da BC, sendo denominado de **Sujeito A**. O segundo sujeito atua como bibliotecário-chefe na BIBFACED, sendo denominado de **Sujeito B**. O terceiro sujeito atua como bibliotecário-chefe na BIBARQ, tendo sido denominado de **Sujeito C**.

Apresenta as dez questões aplicadas aos bibliotecários-chefe de cada Unidade, com as respostas de cada um dos Sujeitos (A, B e C). Após as respostas de cada uma das questões é apresentada a análise dos conteúdos das mesmas.

Questão 1: O que você entende por acessibilidade?

Sujeito A : *Adequação dos espaços e serviços para pessoas portadoras de necessidades especiais.*

Sujeito B: *Acessibilidade é fornecer condições de utilização de determinados recursos, proporcionando segurança e autonomia. Estes recursos podem ser desde construções prediais a recursos de comunicação e informação.*

Sujeito C: *Entendo a acessibilidade como uma forma de criação de recursos que pretendem tornar possível a pessoas portadoras de qualquer tipo de limitação física, o acesso ao maior número de recursos já disponíveis a todos os cidadãos de nossa sociedade, visando uma igualdade e integração.*

Através das respostas foi constatado que os sujeitos entendem o significado da acessibilidade. O Sujeito A mencionou tanto a acessibilidade física e arquitetônica, quando mencionou "adequação dos espaços" como, também, acessibilidade a serviços. Espaço adequado é um espaço que foi originalmente planejado para ser acessível, segundo a NBR9050. A adequação dos espaços e serviços são fundamentais para promoção da acessibilidade. Os Sujeitos A e B mencionaram "recursos" em suas respostas. Para o Sujeito B, a acessibilidade é proporcionar condições de acesso a determinados recursos, os recursos a que B se referiu são construções prediais e recursos informacionais, ou seja, acessibilidade física/arquitetônica e acessibilidade comunicacional. Para o Sujeito C, a acessibilidade seria uma forma de criação de recursos que possibilitaria o acesso de pessoas com limitações físicas ao maior número de recursos que já são disponibilizados aos demais cidadãos. Dessa forma, o Sujeito B acredita que a partir da criação de recursos específicos, as pessoas com alguma limitação física poderiam usufruir do maior número de recursos já disponibilizados aos demais cidadãos que não possuem deficiência, ocorrendo maior igualdade e integração.

A acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, segundo a norma de Acessibilidade

NBR9050. Dessa forma, o conceito de acessibilidade foi abordado pelos três Sujeitos do estudo. A compreensão sobre a acessibilidade por parte dos bibliotecários e de toda a sociedade é fundamental para que ocorra a inclusão social de pessoas com deficiência. Promover a acessibilidade em bibliotecas é propiciar a participação de todos, democratizando o acesso à informação. Então, o conceito de acessibilidade associa-se a integração desses indivíduos na sociedade. No entanto, visando à inclusão, não apenas à integração, espaços e recursos não devem ser criados exclusivamente para deficientes, visto que isso seria uma forma de discriminação. Os espaços, os equipamentos urbanos devem ser planejados seguindo preceitos do desenho universal, de forma a atender as especificidades de todos os indivíduos.

Questão 2 - Qual a importância da acessibilidade em uma biblioteca universitária?

Sujeito A: *Universalizar o acesso à informação.*

Sujeito B: *Fornecer acesso a toda comunidade acadêmica.*

Sujeito C: *Os recursos informacionais são a base para a formação cultural, contribuindo desta forma, para a integração do cidadão em nossa sociedade. A acessibilidade permite a inclusão de todos aos processos culturais trazendo uma grande contribuição ao ensino e pesquisa nas universidades.*

A função primordial da Biblioteca Universitária, que é a de suporte informacional informação a toda comunidade acadêmica, foi mencionada nas respostas dos Sujeitos. Tanto o Sujeito A como o Sujeito C mencionaram que a importância da acessibilidade é o fornecimento de acesso à informação/ recursos informacionais a todos. O Sujeito B falou do fornecimento de acesso a toda comunidade acadêmica. Sendo a BU parte do sistema educacional, é fundamental que ela vise à inclusão de todos por meio do acesso à educação. O acesso à informação é parte indissociável da educação, do trabalho e do lazer, por isso, a função da biblioteca é tão importante. A BU deve propiciar que todos os indivíduos tenham acesso a informação, sejam eles deficientes ou não, promovendo a equiparação de oportunidades.

Questão 3 - Qual a relação você percebe entre a biblioteca universitária, a acessibilidade e a inclusão social para pessoas com deficiência física?

Sujeito A: *A acessibilidade é um dos meios para promover a inclusão social.*

Sujeito B: *Sendo a universidade um espaço de formação e informação, ao possibilitar acesso a todos, haverá inclusão social. Vale também para inclusão digital.*

Sujeito C: *A acessibilidade possibilita a todos a inclusão, nos sistemas de pesquisa e aos recursos informacionais dentro e fora das universidades contribuindo com a formação de profissionais diferenciados para o mercado de trabalho. Este é um processo dinâmico no desenvolvimento de uma sociedade,*

Nas respostas dos Sujeitos fica clara a importância da acessibilidade na biblioteca universitária como meio para promoção da inclusão social, através da possibilidade de acesso à informação a todos os indivíduos, tornando o espaço universitário um local democrático. Todas as pessoas necessitam de informação, a Biblioteca Universitária (BU) deve tornar seu espaço acessível, livre de barreiras de qualquer espécie, sejam físicas, arquitetônicas ou comportamentais. A acessibilidade deve abranger os espaços, os serviços informacionais e cabe aos profissionais que trabalham nas bibliotecas, possibilitar o alcance e utilização da BU a qualquer pessoa, respeitando suas peculiaridades. A BU deve ser um local de inclusão, ou seja, planejado para atendimento das necessidades de todos os indivíduos, nos moldes do desenho universal, assim a biblioteca promoverá acesso e inclusão de pessoas com deficiência na sociedade.

Questão 4 - Você conhece a norma NBR9050/2004 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos? A biblioteca que você atua aplica a NBR9050/2004?

Sujeito A: *Sim.*

Sujeito B: *Sim. Apesar de possuir um banheiro adaptado e a equipe cuidar alguns espaços para que seja possível a circulação de cadeirantes tanto o prédio da FACED como a biblioteca não aplicam a NBR de forma plena. Há um projeto para ampliar e adequar os espaços da FACED (circulação, elevadores, etc.) para atender às leis de acessibilidade bem como aplicar um plano de incêndio adequado. Esse*

projeto tem uma previsão de início da obra e conclusão em 4 anos, a partir da aprovação.

Sujeito C: *O projeto de ampliação e modernização da BIBARQ foi elaborado visando atender aos padrões estabelecidos pela norma em questão. Reinaugurada em junho de 2012, com uma área total de 660m², temos no térreo os setores: administrativo, de processamento técnico, de empréstimo, acervos de livros e periódicos, um setor de obras raras e uma sala de estudos. No mezanino há uma sala de reuniões, uma sala de estudos, mesas para trabalhos e uma bancada com 30 assentos para utilização de equipamentos pessoais. Podemos dizer que o térreo, por possuir uma área maior, apresenta grande adequação aos padrões estabelecidos para acessibilidade, permitindo assim a adaptação dos espaços para a livre circulação de cadeirantes e pessoas com outras dificuldades de locomoção. Infelizmente, não tivemos os mesmos recursos de espaço para adequar também o mezanino as referidas normas, pois o espaço não possibilitou a construção de uma rampa ou elevador para cadeirantes.*

Foi possível identificar que os Sujeitos tinham conhecimento sobre a existência da respectiva norma, entretanto dois deles (B e C) reconheceram que as unidades em que atuam não aplicam a norma integralmente, uma vez que existem alguns espaços, mobiliários. O Sujeito B, mencionou o fato do prédio e da biblioteca da FACED não seguirem a NBR9050 de forma plena, apesar de existir alguns espaços adaptados para permitir a circulação de cadeirantes. O Sujeito B também comentou sobre a existência de um projeto que tem como objetivo a ampliação e adequação dos espaços da FACED às normas de acessibilidade, bem como aplicação de um plano de incêndio adequado ao prédio.

Então, existe a preocupação com a acessibilidade, ainda que os espaços não sejam considerados totalmente acessíveis a pessoas com deficiência, ações estão sendo tomadas a fim de propiciar que o prédio e a biblioteca tornem-se acessíveis a todos. O Sujeito C, comentou o fato da BIBARQ ter sido reformada em junho de 2012, com projeto elaborado visando seguir as norma de acessibilidade NBR9050/2004. No entanto, existiram problemas relativos a espaço físico, que não possibilitou a construção de uma rampa ou elevador para permitir o acesso de pessoas com deficiência física ao mezanino da biblioteca.

Dessa forma, o Sujeito C acredita que houve uma grande adequação aos padrões estabelecidos para acessibilidade no térreo, uma vez que houve a adaptação dos espaços para livre circulação de cadeirantes e pessoas com dificuldades de locomoção.

Questão 5 - Você considera a biblioteca acessível às pessoas com deficiência física como, por exemplo, cadeirantes e às pessoas com mobilidade reduzida como idosos, gestantes e obesos?

Sujeito A: *Sim*

Sujeito B: *Não. É um prédio antigo, sem a maioria dos recursos, está localizada no 2º andar. Os corredores e espaços entre as estantes não permitiriam acesso a esses. Pessoas com mobilidade reduzida conseguem ter acesso ao acervo, porém podem ter algum desconforto.*

Sujeito C: *Sim, considerando a área disponível para a consolidação do projeto, tivemos um avanço no sentido de atender aos usuários com dificuldades físicas. Hoje é possível a circulação entre as estantes, consulta ao catálogo e utilização da área de leitura.*

Os bibliotecários foram questionados se consideravam as bibliotecas em que atuam acessíveis a pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida, com o intuito de possuir a visão dos gestores da biblioteca sobre essa questão tão fundamental para a inclusão de pessoas com deficiência. Dois dos Sujeitos- A e C- consideram as bibliotecas acessíveis. O Sujeito A não especificou o porquê de considerar a BC acessível, somente respondendo superficialmente a questão. O Sujeito C, comentou sobre o avanço que houve no atendimento das necessidades dos usuários da BIBARQ, com a reforma ocorrida em junho de 2012, que tornou acessível à circulação entre estantes, a consulta ao catálogo e a utilização da área de leitura. No entanto, o Sujeito C, não comentou a questão referente à falta de acessibilidade ao mezanino da BIBARQ, detendo-se somente nos aspectos positivos proporcionados pela reforma. O único dos três Sujeitos do estudo que considerou a biblioteca não acessível a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida foi o Sujeito B, que atua como bibliotecário na biblioteca da FACED. Em sua resposta, citou o fato do prédio ser antigo, não possuindo grande parte dos recursos de acessibilidade necessários. Também, relatou a falta de espaço nos corredores e

entre as estantes da biblioteca, que se constituem em impedimento ao acesso de cadeirantes, já em relação ao acesso de pessoas com mobilidade reduzida, o Sujeito C acredita que, embora o acesso seja possibilitado, existe desconforto na utilização dos ambientes por essas pessoas.

Dessa forma, a visão dos gestores da biblioteca evidencia que existe a falta de conhecimento dos padrões de acessibilidade a pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida, uma vez que tanto as bibliotecas como as edificações em que elas estão localizadas possuem obstáculos ao acesso e utilização de deficientes físicos e pessoas com mobilidade reduzida que não foram citados pelos Sujeitos A e C, que consideraram as bibliotecas acessíveis. Por isso, a acessibilidade deve ser mais discutida na sociedade, é preciso que as leis e normas deixem apenas de serem teorias e passem para a prática. Os bibliotecários devem capacitar-se e realizar atualizações sobre esse tema tão importante para a promoção da inclusão social.

Questão 6 - A biblioteca é utilizada por pessoas com deficiência física como cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida? Com qual frequência?

Sujeito A: *Não.*

Sujeito B: *Raramente, não é possível determinar a frequência.*

Sujeito C: *Não possuímos em nossa unidade usuários que se enquadrem no perfil.*

Os Sujeitos A e C afirmaram que não possuem deficientes físicos e pessoas com mobilidade reduzida nas bibliotecas que atuam. O Sujeito B, relatou que raramente a biblioteca é freqüentada por deficientes físicos ou por pessoas com mobilidade reduzida, de forma que não era possível determinar a frequência.

O bibliotecário é um agente fundamental na transformação da sociedade através da informação, de forma que deve preocupar-se com a inclusão de pessoas com deficiência na Unidade de informação, para tanto precisa saber quais são as necessidades desses indivíduos, questionar-se sobre o porquê da falta de frequência dessas pessoas a biblioteca. É preciso colocar-se no lugar dessas pessoas, verificando se não é o próprio espaço universitário que exclui esses indivíduos por não pensar em suas necessidades, tornando as edificações, espaços, mobiliários repletos de barreiras que impedem a utilização por pessoas com

deficiência. O bibliotecário pode e deve tomar medidas que visem à acessibilidade aos ambientes. Atualmente, existem programas do Governo Federal que incentivam a Acessibilidade em todos os âmbitos, com programas específicos de promoção de acessibilidade em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), como é o caso do Programa Incluir, que realiza ações para acessibilidade e faz o acompanhamento de Pessoas com Necessidades Especiais (PNEs) durante sua vida acadêmica, visando garantir que possam seguir seus estudos, com os recursos de que necessitam. Então, cabe ao bibliotecário, junto à Instituição de Ensino da qual faz parte a biblioteca universitária, realizar ações de promoção da acessibilidade e inclusão.

Questão 7 - Quais as principais barreiras que cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida enfrentam em relação ao acesso à biblioteca?

Sujeito A: *A entrada principal do prédio não é adequada. Há uma alternativa de entrada por outro lado do prédio.*

Sujeito B: *Elevadores antigos. Espaços entre as estantes. Balcão de atendimento.*

Sujeito C: *Como citado anteriormente, o acesso ao mezanino ainda não está preparado para receber cadeirantes.*

Conscientizar-se dos problemas que a biblioteca apresenta é fundamental para que sejam encontradas soluções para os mesmos. Dessa forma, buscando identificar quais eram as principais barreiras que os bibliotecários de cada unidade observavam em relação ao acesso de pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida nas bibliotecas, aplicou-se a sétima questão da entrevista. Os três Sujeitos citaram as principais barreiras observadas. O Sujeito A somente relatou a barreira arquitetônica existente no acesso ao prédio da Biblioteca Central, não especificando qual seria essa barreira (no caso, são escadas no acesso, sem rampas), também não revelou outras barreiras existentes no acesso interno à BC. O Sujeito B citou três barreiras encontradas no prédio da FACED e na BIBFACED especificamente, barreiras arquitetônicas (elevadores antigos) e barreiras no mobiliário e equipamentos (espaço entre estantes e balcão de atendimento). Já o Sujeito C comentou da falta de acessibilidade ao mezanino da BIBARQ. Dessa forma, existe a consciência por parte dos bibliotecários de que existem barreiras que devem ser

eliminadas para garantir que pessoas com deficiência possam usufruir dos espaços com igualdade.

Questão 8 - Quais as modificações você sugere para que a biblioteca torne-se acessível?

Sujeito A: *Na Biblioteca todas as modificações já foram feitas.*

Sujeito B: *Somente uma mudança de local tornaria a biblioteca acessível para todos, sem prejudicar o acervo e outros recursos da biblioteca. No atual momento, o que se pode fazer são ajustes e adaptações, que estão longe de serem as ideais.*

Sujeito C: *Será necessária a instalação de um elevador para acesso ao mezanino e também precisamos adequar o balcão de atendimento aos padrões de acessibilidade.*

Após a questão relativa aos problemas que a biblioteca apresenta no acesso a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, buscou-se verificar quais são as modificações que os bibliotecários de cada biblioteca (BC, BIBFACED E BIBARQ) sugerem para que o espaço torne-se acessível a todos. O Sujeito A afirmou que todas as modificações já haviam sido realizadas na BC. O Sujeito B afirmou que apenas com a mudança de local a biblioteca se tornaria acessível a todos, que o que poderia ser feito, no momento, são ajustes e adaptações. Já o Sujeito C especificou quais modificações seriam necessárias para tornar a BIBARQ acessível, como um elevador que proporcionasse o acesso ao mezanino da biblioteca, além da adequação do balcão de atendimento aos padrões de acessibilidade. Dessa forma, os Sujeitos B e C demonstraram conhecimento sobre os problemas da falta de acessibilidade que as bibliotecas, nos casos - a BIBFACED e a BIBARQ- apresentam aos usuários com deficiência, enquanto o Sujeito A acredita que não seja necessário nenhum tipo de modificação na BC que vise a acessibilidade, por já terem sido realizadas anteriormente.

Analisando-se as respostas dos Sujeitos, percebe-se que, muitas vezes, a falta de conhecimento sobre os padrões de acessibilidade, torna os locais inacessíveis a deficientes físicos ou de difícil acesso a pessoas com mobilidade reduzida. Aos bibliotecários-chefe das bibliotecas é imprescindível que conheçam e pratiquem a acessibilidade. Os gestores das bibliotecas precisam conhecer os

padrões de acessibilidade em bibliotecas, para terem a capacidade de reconhecer os obstáculos existentes nas unidades em que atuam, buscando formas de remoção dessas barreiras.

Questão 9 - Existem recursos financeiros assegurados à biblioteca para que a mesma possa atender as leis de acessibilidade?

Sujeito A: *Sim.*

Sujeito B: *Se existe, desconheço. De qualquer forma, o atual prédio da FACED enfrenta uma série de problemas de acesso, segurança, de espaço físico, entre outros. Os prédios de décadas atrás foram construídos sem a preocupação em oferecer acessibilidade, até porque não era um assunto tão bem esclarecido como é atualmente, tão pouco existiam normativas sobre o assunto. São muitos projetos para pouco orçamento, então os recursos são utilizados para outras prioridades da biblioteca, geralmente o orçamento da biblioteca destina-se a aquisição de materiais.*

Sujeito C: *Os recursos são geridos numa instância maior da Universidade. As unidades apresentam seus projetos e aguardam a distribuição dos recursos.*

O Sujeito A respondeu que existem recursos, mas não especificou quais seriam esses recursos e nem sua proveniência. O Sujeito B diz desconhecer a existência de recursos destinados à acessibilidade. O Sujeito C disse que os recursos obtidos para acessibilidade são obtidos em uma instância superior da Universidade, a partir de apresentação de projetos das unidades, para posterior distribuição de recursos para unidade. Dessa forma, recursos existem, no entanto, são escassos, geralmente utilizados para aquisição de materiais para a biblioteca, de acordo com os Sujeitos do estudo. Ainda de acordo com os Sujeitos, há muitos projetos para um orçamento reduzido, de forma que os recursos acabam sendo utilizados para prioridade da biblioteca naquele momento. O que acontece, também, é somente pensar em soluções de acessibilidade se existir usuários com deficiência que freqüentam a biblioteca.

Questão 10 - Você considera importante que o bibliotecário seja capacitado para atender pessoas com deficiência? Qual a sua opinião sobre a formação do bibliotecário e a capacitação através de cursos para oferecimento de serviços e atendimento às necessidades de pessoas com deficiência física na biblioteca?

Sujeito A: *Sim.*

Sujeito B: *Sim, qualquer profissional que lide com público ou educação deve ter essa capacitação. Durante minha graduação (2003-2006), não tinha oferecimento de disciplinas específicas para o tema acessibilidade, nem outras disciplinas como Libras. Creio que atualmente existam possibilidades no cursos ou pelo menos na UFRGS, em outros cursos, como Pedagogia, onde é oferecida a disciplina de Libras. É fundamental que o bibliotecário tenha pelo menos uma noção sobre o assunto durante a graduação. Já durante o exercício profissional, creio que o mais adequado sejam capacitações através de cursos que a própria instituição ofereça, tendo em vista que cada uma possui uma realidade diferente e isso vai determinar a especificidade e frequência de cada curso. De maneira ampla, o profissional deve procurar atualização constante para poder executar seu trabalho com qualidade, seja sobre o assunto em foco (acessibilidade) como outras questões relacionadas á biblioteconomia e atendimento ao público.*

Sujeito C: *Acredito ser fundamental nosso envolvimento e atualização neste tema. Temos, sem dúvida, a responsabilidade de contribuirmos como agentes de transformação junto às Instituições.*

Na última questão da entrevista, foi perguntado se os Sujeitos consideravam importante a formação e capacitação do bibliotecário para atendimento de pessoas com deficiência física nas bibliotecas, todos responderam afirmativamente. O Sujeito B lembrou da necessidade da capacitação para atendimento de deficientes a todos profissionais que lidam com o público, também comentou sobre a possibilidade de realização de cursos de capacitação dentro da UFRGS. Comentou sobre a formação durante a graduação, que deve oferecer pelo menos uma noção sobre o tema acessibilidade. Dessa forma, demonstrou que considera o conhecimento sobre acessibilidade fundamental para oferecimento de serviços de qualidade as pessoas com deficiência dentro da biblioteca. O Sujeito C também afirmou que considera relevante o envolvimento e atualização do bibliotecário sobre o tema acessibilidade, uma vez que o bibliotecário possui a responsabilidade de contribuir como agente de transformação junto às instituições.

A formação e capacitação dos bibliotecários para atendimento de pessoas com deficiência nas bibliotecas é de grande importância, uma vez que o bibliotecário necessita conhecer as necessidades desses indivíduos para proporcionar que a

biblioteca em que atua torne-se acessível. O bibliotecário deve conhecer a legislação e as normas referentes à acessibilidade, a fim de que seu conhecimento possa ser utilizado para tornar a biblioteca livre de barreiras, bem como conseguir subsídios junto à Instituição para ações e projetos de acessibilidade à educação por pessoas com qualquer tipo de deficiência, seja deficiência física, visual, auditiva ou mental/intelectual. No currículo do Curso de Biblioteconomia da Universidade foram incluídas disciplinas que tratam do tema acessibilidade, uma vez que acessibilidade deve ser abordada na formação acadêmica, tornando os bibliotecários preparados para atender as necessidades de todos indivíduos, sempre objetivando a inclusão e a equiparação de oportunidades.

Foi criada no Semestre 2013/1 a Disciplina BIB03235 – Informação e Acessibilidade em Bibliotecas que tem por objetivo discutir e propor estratégias para que os acadêmicos de Biblioteconomia tenham competência para gerar e gerir ações de acesso e uso da informação e das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs) promovendo a acessibilidade para todos em bibliotecas. Os objetivos específicos são estimular o acesso e o uso de Tecnologias de Informação e de Comunicação Acessíveis e de Tecnologias Assistivas, como forma de acessibilidade e inclusão das Pessoas com Necessidades Especiais (PNEs) no acesso à informação em bibliotecas; sensibilizar os acadêmicos para a realidade da educação inclusiva e da acessibilidade à informação e ao exercício da cidadania; estimular a formação atitudinal e o rompimento das barreiras físicas e informacionais propiciando o atendimento às necessidades de todos ao acesso às bibliotecas e Instrumentalizar os acadêmicos para a mediação e a dialogicidade promovendo a educação para a convivência e a aceitação da diversidade.

Para atingir esses objetivos e tornar os acadêmicos de Biblioteconomia conscientes e preparados para promover a acessibilidade nas Bibliotecas onde futuramente forem atuar são desenvolvidos conteúdos como a Acessibilidade em Informação, conceituação de PNEs, Legislação sobre Pessoas com Deficiência, eixos do Plano Nacional da Pessoa com Deficiência, as Tecnologias Assistivas no Ambiente da Biblioteca, as Tecnologias Assistivas e espaços de interação, a Acessibilidade na WEB e, também, é apresentado o Checklist Avaliação das Condições de Acessibilidade em Bibliotecas. Dessa forma, essa disciplina configura-se como um grande avanço em relação à formação de profissionais conscientes e

aptos na promoção da Acessibilidade, não somente em Bibliotecas, mas em toda a sociedade.

É preciso, também, que haja atualização constante dos bibliotecários sobre o assunto, em cursos de capacitação, sejam eles oferecidos pela Instituição da qual fazem parte ou externos a ela. O importante é que o bibliotecário tome consciência da responsabilidade social que possui, tornando acessível tantos os espaços como os recursos informacionais oferecidos pelas bibliotecas, e possuindo uma atitude acessível com todos, respeitando as diferenças, removendo barreiras comportamentais e atitudinais, além das físicas. A atualização dos bibliotecários e da equipe da biblioteca é de suma importância, a fim de tornar a biblioteca universitária um local para todos, ou seja, universal. Também, ao conhecimento sobre as Tecnologias Assistivas (TAs) e a disponibilização das mesmas nas bibliotecas é essencial para a inclusão, uma vez que com essas tecnologias as pessoas com deficiência podem fazer uso dos recursos que, anteriormente, não tinham como utilizar.

9.2 CHECKLIST DE AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

A apresentação dos resultados obtidos com a aplicação do Checklist de Avaliação das Condições de Acessibilidade em Bibliotecas foi dividida em duas partes: Acessibilidade Arquitetônica e Acessibilidade de Mobiliários e Equipamentos.

Na seção destinada a apresentação dos resultados do Checklist no que tange à Acessibilidade Arquitetônica na BC, BIBFACED e BIBARQ , são apresentados 12 quadros com os resultados obtidos no Checklist e suas análises.

Na seção destinada à Acessibilidade de Mobiliários e Equipamentos das bibliotecas, são apresentados 3 quadros com resultados obtidos e suas respectivas análises.

9.2.1 Acessibilidade Arquitetônica

A acessibilidade arquitetônica é fundamental para proporcionar o acesso autônomo, seguro e confortável as pessoas com deficiência aos prédios públicos.

Um espaço livre de barreiras ambientais e/ou físicas em seu interior e exterior promove o acesso igualitário e contribui para a integração de PNEs na sociedade.

Nessa seção são apresentados os resultados obtidos no Checklist no que tange o entorno das bibliotecas, o estacionamento, a entrada e seus espaços internos.

As três bibliotecas estão localizadas no mesmo quarteirão, delimitado pela Avenida Paulo Gama, pela Avenida Osvaldo Aranha, pela Rua Sarmiento Leite e pela Rua Engenheiro Luiz Englert.

As três bibliotecas estão situadas no Campus Central da Universidade, no bairro Farroupilha, na cidade de Porto Alegre. Nessa área, diariamente, circula grande quantidade de pessoas, muitos estudantes da Universidade, bem como existe grande quantidade de veículos de transporte pessoal e coletivo.

A verificação do entorno da área onde as bibliotecas estão situadas é essencial para averiguar se existem condições adequadas para acesso de pessoas com suas diferentes características e limitações. Um entorno acessível propicia que pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida possam acessar, com segurança e autonomia, os espaços urbanos. O entorno da biblioteca abrange tanto o transporte público que atende a região, como o calçamento das vias que fazem imediação com o Campus, constituindo-se em fator fundamental para permitir a acessibilidade.

No quadro 1 - Entorno da Biblioteca, são apresentados os resultados obtidos com a aplicação do Checklist de Avaliação das Condições de Acessibilidade em Bibliotecas, no que tange ao transporte público, passeios urbanos e rotas acessíveis.

Nos quadros é utilizada a letra **S** para **Sim**; **N** para **Não**; **P** para **Parcialmente** e, por fim, **N/A** para **Não de Aplica**.

QUADRO 1 – ENTORNO DA BIBLIOTECA

| O ENTORNO DA BIBLIOTECA | | | |
|--|-----------|-----------------|---------------|
| | BC | BIBFACED | BIBARQ |
| O transporte público no entorno da biblioteca é acessível? | S | S | S |

| | | | |
|--|-----|-----|-----|
| O percurso entre "o ponto" de embarque/desembarque do transporte coletivo até a entrada da biblioteca é livre de obstáculos? | P | P | P |
| Próximo à entrada principal da biblioteca há faixa de pedestre com sinalização visual e sonora para pedestre? | N | N | S |
| As calçadas no entorno da biblioteca ou do prédio no qual está localizada apresentam rebaixamentos devidamente sinalizados? | P | P | P |
| A calçada que dá acesso à biblioteca apresenta-se em bom estado de conservação, sem buracos ou pedras soltas do pavimento? | P | P | P |
| Se existe uma rota acessível de acesso à biblioteca, mas esta não está localizada junto à entrada principal, esta rota não excede 6 (seis) vezes a trajetória principal? | N/A | N/A | N/A |

Fonte: SILVA, 2013 (adaptado de NICOLETTI, 2010).

O sistema de transporte coletivo que atende a região onde o Campus Central está localizado é composto por cerca de 100 linhas de ônibus, dentre as quais, em torno de 42 linhas de ônibus são acessíveis a pessoas com deficiência física.

Fotografia 1 - Ônibus Acessível



Fonte: SILVA, 2013.

Além do transporte coletivo, é oferecido outro meio de transporte acessível a deficientes, o denominado transporte seletivo, que são constituídos por lotações.

Fotografia 2 - Lotação Acessível



Fonte: SILVA, 2013.

No entorno do Campus, existem algumas paradas específicas para usuários desse tipo de transporte, como a parada localizada na Avenida Osvaldo Aranha. Em torno de 12 linhas de lotações atendem a região do Campus Central, o que, apesar de não ser um número grande, constitui-se em uma alternativa ao deslocamento de pessoas com deficiência.

Fotografia 3 - Parada transporte seletivo-lotação



Fonte: SILVA, 2013.

Um transporte coletivo, para ser considerado acessível, deve sofrer adaptações necessárias para atendimento de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. De acordo com as especificações do Instituto Nacional De Metrologia, Qualidade E Tecnologia (INMETRO) a adaptação de acessibilidade é a “modificação realizada no veículo destinado ao transporte coletivo rodoviário, urbano e seletivo de passageiros para torná-lo acessível à pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, garantida por meio do conjunto de adaptações”. Dessa forma, o transporte coletivo na região atende a demanda dos usuários de forma adequada.

O percurso entre o ponto de embarque e desembarque do transporte coletivo até a entrada das bibliotecas deve ser livre de obstáculos, permitindo um deslocamento seguro e confortável de todos, principalmente daqueles que possuem dificuldades de locomoção como cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida.

O trajeto do ponto de embarque/desembarque até as três bibliotecas do Campus possui diversas barreiras, como calçadas irregulares, esburacadas, que causam trepidação e instabilidade em usuários de cadeiras de rodas e pessoas com mobilidade reduzida.

Existem paradas de ônibus para embarque e desembarque do transporte coletivo na Av. Paulo Gama, Av. Osvaldo Aranha, Rua Eng. Luiz Englert, bem como na Rua Sarmiento Leite, que são situadas nas proximidades do Campus Central, onde estão localizadas as Biblioteca central, a Biblioteca da Faculdade de Educação e a Biblioteca da Arquitetura. Dependendo do local de embarque e desembarque no transporte coletivo, são encontrados obstáculos diversos, sendo os principais relativos ao calçamento irregular das vias urbanas.

Fotografia 4 - Calçamento da Av. Osvaldo Aranha

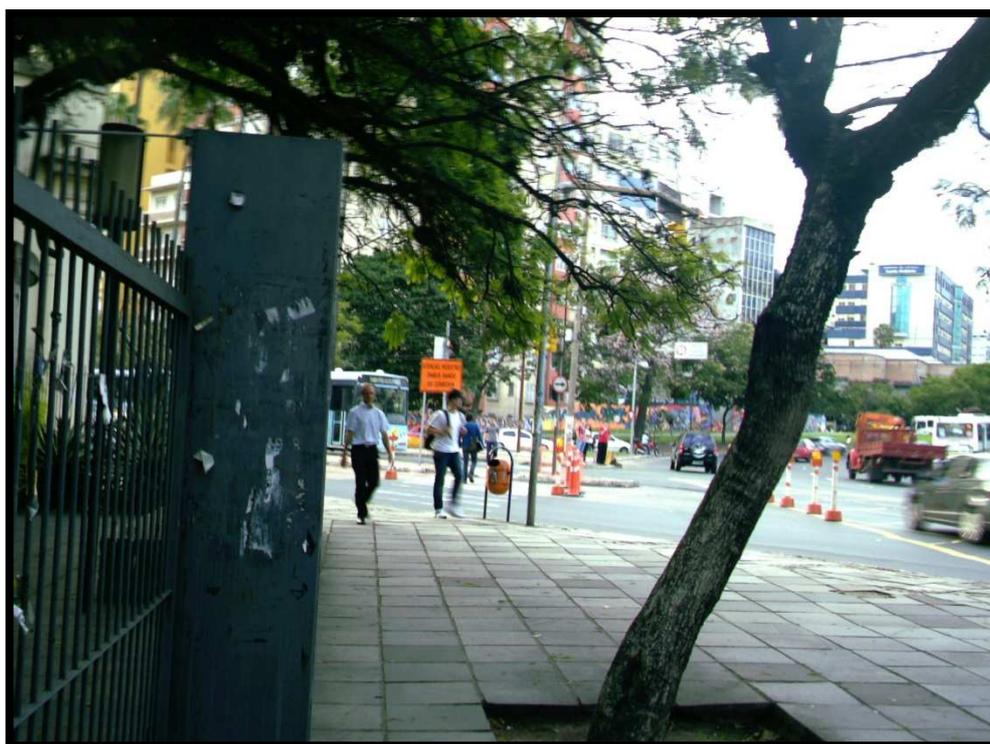


Fonte: SILVA, 2013.

Na Avenida Osvaldo Aranha, o calçamento do ponto de embarque/desembarque das paradas de ônibus é muito irregular, as calçadas são esburacadas, dificultando o deslocamento de todos, principalmente, daqueles que possuem deficiência física e/ou mobilidade reduzida, uma vez que o piso constitui-se fator fundamental para que pessoas em cadeiras de rodas ou outros dispositivos de mobilidade como bengalas, muletas, possam se realizar o trajeto com segurança. A falta de manutenção nas vias urbanas é a principal causa da falta de acessibilidade a pessoas com deficiência física no espaço urbano.

Na Avenida Paulo Gama também foram observados problemas relativos ao calçamento urbano, como irregularidades e desníveis, que também se constituem em barreiras ao deslocamento de cadeirantes. Como se pode observar na Fotografia 5.

Fotografia 5 - Calçamento da Av. Paulo Gama



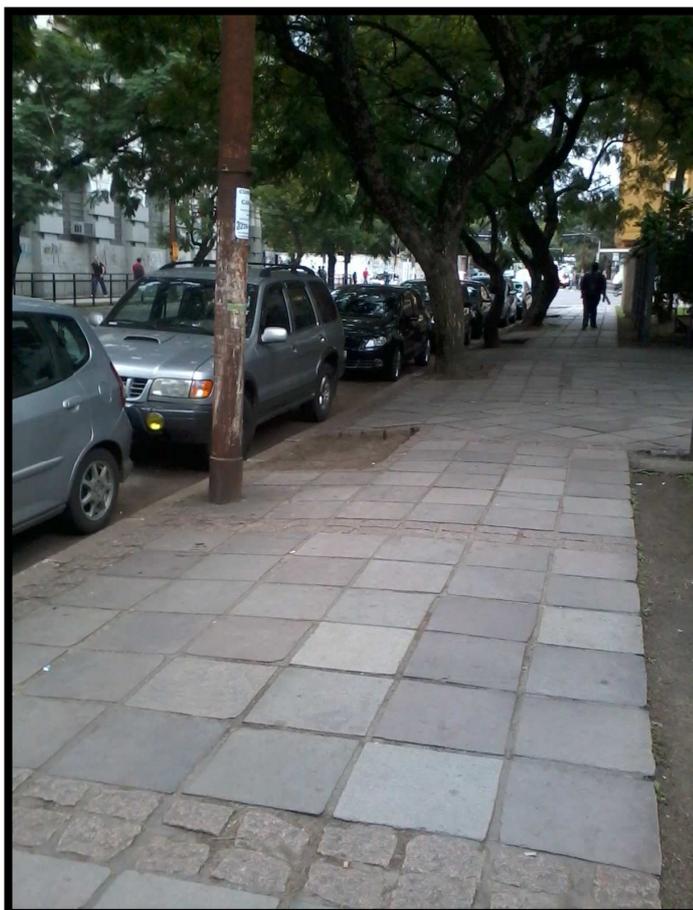
Fonte: SILVA, 2013.

Na Rua Sarmento Leite, as calçadas também apresentam condições inadequadas ao deslocamento seguro e confortável de pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida, possuindo irregularidades em alguns trechos. Próximo à entrada do prédio da Faculdade de Arquitetura, existem trechos na calçada, com

buracos, que se tornam um risco ao deslocamento de todos, principalmente de cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida.

Na Fotografia 6 é possível observar irregularidades no pavimento da Rua Sarmiento Leite.

Fotografia 6 - Calçamento da Rua Sarmiento Leite

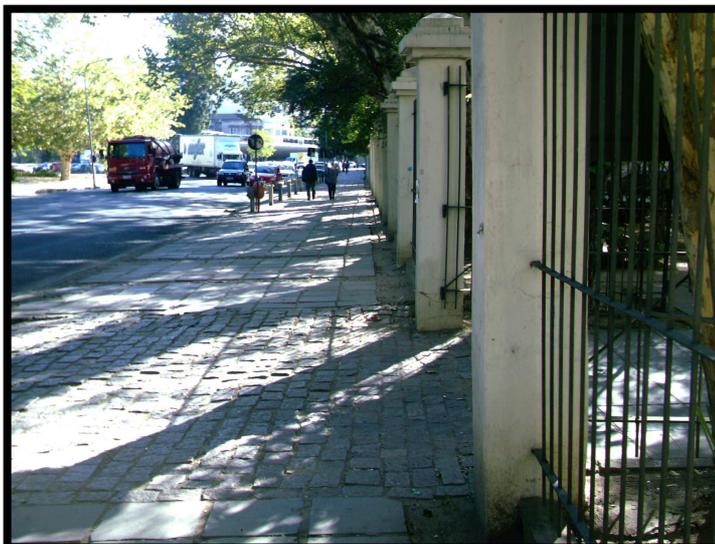


Fonte: SILVA, 2013.

O calçamento do entorno do quarteirão onde estão localizadas as bibliotecas também não está adequado, dificultando a passagem de deficientes físicos e pessoas com mobilidade reduzida, em alguns trechos. As calçadas das vias urbanas estão mal conservadas, com buracos e irregularidades, constituindo-se em barreiras ao deslocamento.

As irregularidades encontradas nas vias podem ocasionar acidentes durante a locomoção de cadeirantes, de pessoas que utilizam dispositivos de auxílio à mobilidade (bengalas, muletas, andadores) e idosos, como quedas durante o deslocamento.

Fotografia 7- Calçamento da Rua Engenheiro Luiz Englert



Fonte: SILVA, 2013.

O calçamento dentro do Campus Central da Universidade apresenta irregularidades, como pedras soltas que prejudicam o deslocamento seguro e confortável, trazendo desconforto no trajeto de pessoas com mobilidade reduzida e cadeirantes. (Fotografia 8).

Fotografia 8- Calçamento do estacionamento

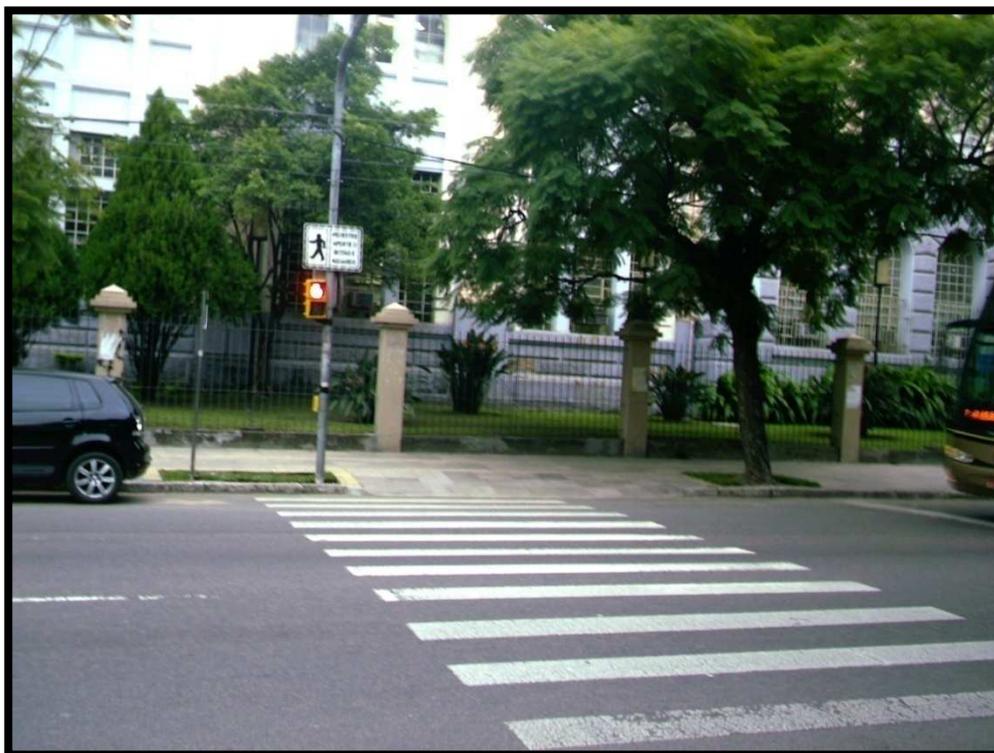


Fonte: SILVA, 2013.

Existem faixas de segurança localizadas nas Avenidas Paulo Gama e Avenida Osvaldo Aranha, bem como na Rua Sarmiento Leite e na Rua Engenheiro Luiz Englert, locais onde existe o acesso ao Campus Central da Universidade. As faixas de segurança apresentam rebaixamento adequado para travessia de cadeirantes. No entanto, alguns problemas foram observados, tais como a falta de sinalização sonora e visual nas faixas de segurança, item este, fundamental para o deslocamento seguro de pessoas com necessidades especiais.

A faixa de segurança localizada próxima a entrada da Biblioteca da Arquitetura, possui acionamento através de um botão, com sinal sonoro e visual. Entretanto, o tempo em que a sinaleira permanece fechada para os carros e aberta aos pedestres é muito pequeno, prejudicando a travessia segura de pessoas com deficiência física e com mobilidade reduzida, que necessitam de um tempo maior para realizar a travessia da rua.(Fotografia 9)

Fotografia 9 - Faixa de Segurança em frente à BIBARQ

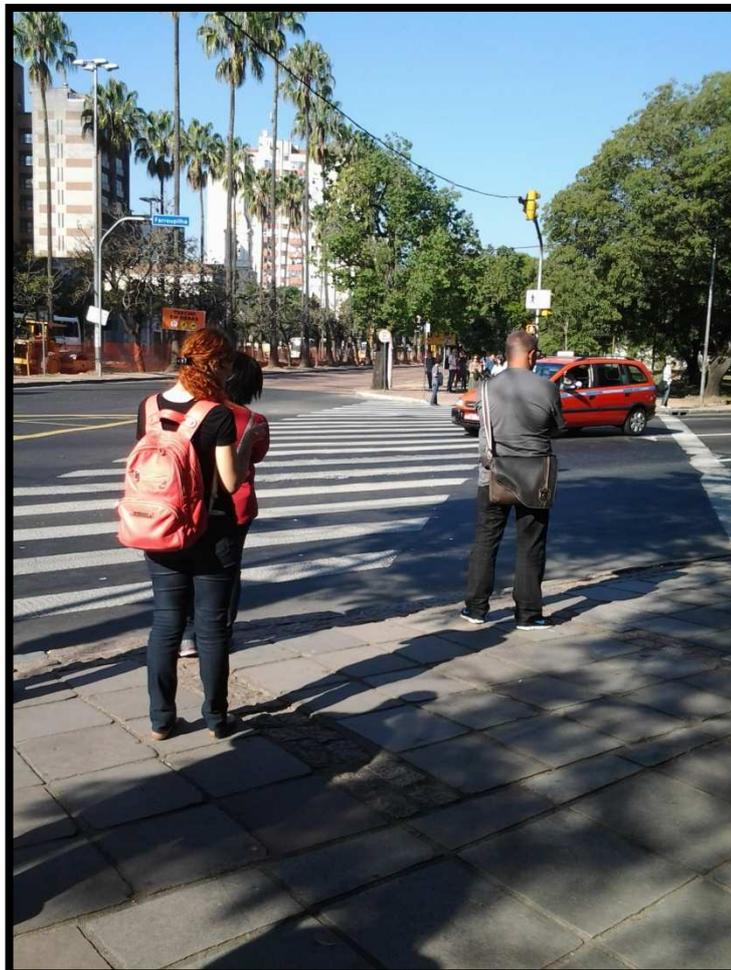


Fonte: SILVA, 2013.

A faixa de segurança localizada na Av. Paulo Gama, também possui acionamento através de botão, com sinal sonoro e visual, possuindo um tempo

adequado para travessia de pessoas com algum tipo de dificuldade de locomoção ou com mobilidade reduzida. (Fotografia10).

Fotografia 10 - Faixa de Segurança da Av. Paulo Gama

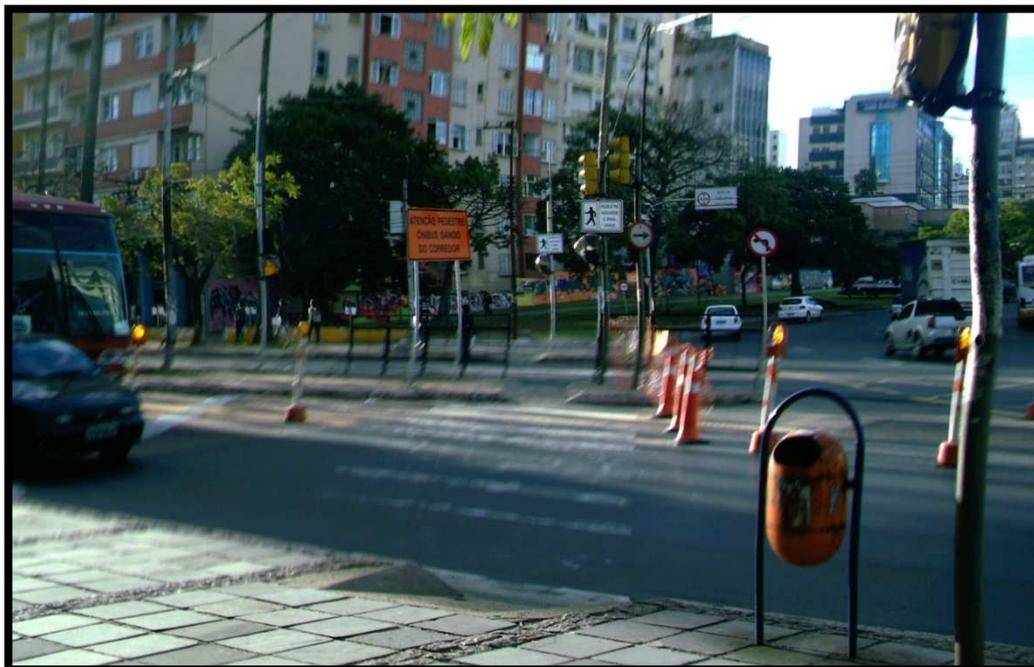


Fonte: SILVA, 2013.

As faixas de segurança localizadas na Av. Osvaldo Aranha e na Rua Eng. Luiz Englert, não dispõem de sinal sonoro e visual para pedestres, o que torna a travessia menos segura para todos cidadãos, e, principalmente, para pessoas com deficiência visual e baixa visão.

A faixa de segurança localizada na Av. Osvaldo Aranha, além de não possuir sinal sonoro e visual para segurança de pedestres, apresenta a pintura da faixa na via desgastada, confundindo e dificultando a visualização das pessoas que desejam realizar a travessia na faixa. (Fotografia 11).

Fotografia 11 - Faixa de segurança na Av. Osvaldo Aranha



Fonte: SILVA, 2013.

A faixa de segurança localizada na Rua Engenheiro Luiz Englert possui rebaixamento para travessia de cadeirantes. Entretanto não apresenta as condições adequadas de segurança para travessia de pessoas com deficiência física e pessoas com mobilidade reduzida, uma vez que não dispõe de sinal sonoro e visual para pedestres, tornando a travessia da via insegura. (Fotografia 12).

Fotografia 12- Faixa de segurança na Rua Engenheiro Luiz Englert



Fonte: SILVA, 2013.

No acesso ao quarteirão do Campus Central da UFRGS, onde as bibliotecas estão localizadas são encontrados trechos nas vias urbanas com diversas irregularidades, com buracos e pedras soltas, condições inadequadas para deslocamento de cadeirantes, como se pode observar na ilustração a seguir, do trecho da Av. Osvaldo Aranha. (Fotografia 13)

Fotografia 13 - Trecho da Av. Osvaldo Aranha



Fonte: SILVA, 2013.

O entorno das bibliotecas possui calçamento inapropriado para locomoção de pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida. Não existe uma rota acessível a nenhuma das três bibliotecas, que permita o trajeto seguro, autônomo e confortável dessas pessoas.

O acesso à Biblioteca Central e à Biblioteca da Educação é realizado percorrendo o espaço interno do Campus da Universidade. Dessa forma, existem barreiras físicas internas a serem vencidas, tais como calçamento irregular, buracos e outros obstáculos como degraus dentro do Campus.

Ao acessar o Campus Central, através da Av. Paulo Gama, os cadeirantes e as pessoas com mobilidade reduzida enfrentam obstáculos arquitetônicos que são entraves que dificultam o deslocamento desses indivíduos. No trecho localizado à esquerda da Agência do Banco do Brasil (dentro do Campus), existe uma pequena escada com três degraus que impede o deslocamento de deficientes por aquele

caminho para chegar à BC. Apesar de existir ao lado dessa escada, um trecho sem obstáculos, existe uma corrente para impedir que os pedestres utilizem esse caminho. (Fotografia 14).

Existem outros caminhos que podem ser realizados para se chegar à BC, mas todos apresentam algum entrave ao deslocamento tanto externos ao Campus como em seu interior como construções arquitetônicas do próprio Campus, mesas e cadeiras dos bares da Universidade, bancos entre outros.

Fotografia 14 - Trecho de acesso à BC



Fonte: SILVA, 2013.

Ao acessar o Campus Central, através da Rua Engenheiro Luiz Englert, o calçamento da rua é irregular, causando insegurança ao deslocamento.

Outro obstáculo encontrado no entorno do prédio da Reitoria, no acesso à BC, a pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida são os delimitadores das vagas no estacionamento da Universidade, que são entraves ao deslocamento de cadeirantes e pessoas que fazem uso de dispositivos de auxílio à mobilidade como bengalas, andadores entre outros.

O acesso à BIBFACED pode ser feito por caminhos diversos, possuindo como principais obstáculos o calçamento no entorno do Campus e em seu interior. Se o acesso à BIBFACED for feito utilizando-se carro como meio de transporte, o

acesso se torna mais fácil, uma vez que existem duas vagas para deficientes físicos bem em frente do prédio da FACED.

O acesso à BIBARQ é realizado através da Rua Sarmento Leite, sendo necessário ultrapassar barreiras externas ao campus como calçadas estreitas, esburacadas e inseguras, que dificultam o acesso a pessoas com deficiência física. Caso seja utilizado o carro como meio de transporte serão enfrentadas barreiras relativas ao calçamento irregular do Campus, principalmente, em parte do estacionamento, cuja calçada apresenta buracos e pedras soltas, causando trepidações aos cadeirantes e podendo ocasionar acidentes como quedas.

No quadro 2 do Checklist são apresentados os resultados relativos as condições de acessibilidade no estacionamento das bibliotecas, nesse caso, no estacionamento do quarteirão do Campus Central onde as bibliotecas estão situadas.

QUADRO 2 – O ESTACIONAMENTO DA BIBLIOTECA

| ESTACIONAMENTO DA BIBLIOTECA | | | |
|---|-----|----------|--------|
| | BC | BIBFACED | BIBARQ |
| A biblioteca dispõe de estacionamento com vagas preferenciais para pessoas com limitação física ou mobilidade reduzida? | N | S | N |
| As vagas preferenciais para pessoas com limitações físicas ou mobilidade reduzida possuem sinalização horizontal (pintada no piso) e vertical com o símbolo internacional de acesso? | N | P | N |
| As vagas preferenciais estão situadas em piso plano? | N | S | N |
| As vagas preferenciais contam com um espaço adicional de circulação com no mínimo 1,20 m de largura quando afastada da faixa de travessia de pedestres, de forma a evitar a circulação das pessoas com limitações físicas ou mobilidade reduzida entre os veículos? | N/A | S | N/A |
| As vagas preferenciais estão vinculadas a rebaixamento da calçada e/ou rampa para facilitar o acesso de pessoas em cadeiras de rodas e/ou pessoas com dificuldade de locomoção? | N/A | N | N/A |

| | | | |
|--|-----|---|-----|
| As vagas preferenciais estão vinculadas a rota acessível que interligue a biblioteca ou ao prédio no qual se localiza, livre de obstáculos como degraus, blocos de concreto, grelhas ou barras de ferro sobressalentes no piso? | N/A | N | N/A |
| Na impraticabilidade de se executar rota acessível entre o estacionamento e as entradas acessíveis da biblioteca, há vagas de estacionamento exclusivas para pessoas com limitações físicas ou mobilidade reduzida interligadas às entradas através de rotas acessíveis? | N | N | N |

Fonte: SILVA, 2013 (Adaptado de NICOLETTI, 2010).

No estacionamento do Campus Central, onde estão situadas as três bibliotecas, existem vagas exclusivas para deficientes físicos, localizadas em frente à Biblioteca da Faculdade de Educação. No entanto, a sinalização horizontal que deveria estar pintada no piso não está visível, somente a sinalização vertical com o Símbolo Internacional de Acesso (SIA).

Em todo o estacionamento são disponibilizadas somente 2 vagas exclusivas para deficientes e, apenas, próximo à entrada do prédio da Biblioteca da FACED (Fotografia 15). Dessa forma, o acesso às outras duas bibliotecas do campus - Biblioteca Central e a Biblioteca da Arquitetura - é dificultado, por exigir um percurso maior, com diversos obstáculos a serem ultrapassados pelos deficientes que utilizam carro como meio de transporte.

Fotografia 15 – Vagas exclusivas para deficientes físicos



Fonte: SILVA, 2013.

As vagas exclusivas estão localizadas em um piso irregular, não estando interligadas a uma rota de acesso, mas situadas bem próximas á entrada do prédio da FACED, facilitando o acesso das pessoas com deficiência física à biblioteca da FACED. (Fotografia 16).

Fotografia 16 – Placa de vagas exclusivas para deficientes físicos



Fonte: SILVA, 2013.

O acesso ao prédio da Arquitetura ocorre pela Rua Sarmiento Leite, de forma que é preciso passar por fora do Campus para acessar a biblioteca, ou seja, quem utiliza o carro como meio de transporte, precisa sair de dentro do estacionamento localizado no Campus para entrar no prédio da Faculdade de Arquitetura. Enquanto na BC e na BIBFACED o acesso é realizado pelo interior do Campus, sendo facilitada a locomoção para uma pessoa com deficiência que utiliza carro como meio de transporte.

Para os usuários de transporte coletivo, existem obstáculos referentes ao espaço urbano, o qual não atende às necessidades de pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida, dificultando o acesso das mesmas às bibliotecas do campus.

O entorno do prédio da BC é de difícil acesso a pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida, visto que são encontrados vários obstáculos no percurso. O estacionamento disputa espaço com pedestres, restando um espaço para deslocamento bastante restrito, de forma que cadeirantes e pessoas com

mobilidade reduzida acabam correndo riscos durante seu deslocamento. Outro problema observado são os delimitadores das vagas no estacionamento, os quais são barreiras que dificultam o acesso às bibliotecas a cadeirantes ou pessoas que estejam utilizando dispositivos de auxílio à mobilidade tais como bengalas e muletas. (Fotografia 17).

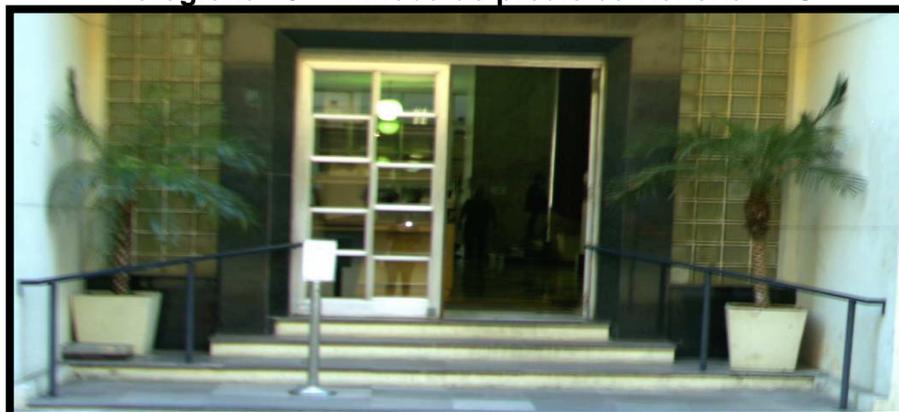
Fotografia 17 - Delimitadores de vagas da BC



Fonte: SILVA, 2013.

Outro entrave identificado no acesso à Biblioteca Central a pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida, é a existência de obstáculos arquitetônicos que impedem o acesso ao prédio da Reitoria. Há uma escada na entrada do prédio e não existem rampas que permitam a acessibilidade. Há uma porta localizada no outro extremo do prédio, acessível, que somente é utilizada em dias de Evento na Universidade ou quando existe a presença de pessoas com deficiência física. (Fotografia 18).

Fotografia 18 – Entrada do prédio da Reitoria - BC



Fonte: SILVA, 2013.

O acesso à Biblioteca da Faculdade de Educação ocorre por dentro do Campus. Dessa forma, existe a possibilidade de utilizar estacionamento exclusivo para deficientes físicos, localizado bem em frente à biblioteca, caso seja utilizado o carro como meio de transporte.

No entanto, as pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida usuárias de transporte coletivo poderão acessar o quarteirão do campus, tanto pelas Avenidas Paulo Gama e Osvaldo Aranha, como pelas Ruas Eng. Luiz Englert e Sarmiento Leite, com diferentes trajetos e, conseqüentemente, enfrentando variados obstáculos urbanos externos ao campus e internos, principalmente, relacionados aos calçamentos irregulares.

No quadro 3 são apresentados os resultados obtidos no Checklist no que se refere à acessibilidade na entrada da Biblioteca Central, Biblioteca da Faculdade de Educação e Biblioteca da Faculdade de Arquitetura.

QUADRO 3 – ENTRADA DA BIBLIOTECA

| ENTRADA DA BIBLIOTECA | | | |
|--|-----------|-----------------|---------------|
| | BC | BIBFACED | BIBARQ |
| Se a entrada da biblioteca possui degrau ou escada, há uma entrada alternativa com rampa de acesso ou elevador (horizontal ou inclinado) para acesso de pessoas com limitações físicas e sensoriais, bem como com dificuldades de locomoção? | N | S | S |
| Se a entrada da biblioteca possui porta giratória ou outro dispositivo de segurança de ingresso que não seja acessível, há, junto a este, outra entrada que garanta condições de acessibilidade? | N | N/A | N/A |
| A circulação da entrada da biblioteca é contínua, sem obstáculos à circulação dos usuários com mobilidade reduzida? | N | N | S |

| | | | |
|--|---|----------------------------|---|
| A porta de entrada principal, bem como as internas, apresenta condições de acessibilidade, com um vão livre mínimo de 0,80 m e altura mínima de 2,10 m? (Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter vão livre de 0,80 m)? | S | S | S |
| As portas têm condições de serem abertas com um único movimento? (Recomenda-se que o mecanismo de acionamento das portas exija força humana direta igual ou inferior a 36 Newton – N9.) | S | N/A Porta Automática | S |
| As maçanetas das portas são do tipo alavanca? | N | N/A | N |
| As maçanetas das portas estão instaladas a uma altura entre 0,90 m e 1,10 m do piso? | S | N/A | S |

Fonte: SILVA, 2013 (Adaptado de NICOLETTI, 2010).

Em relação à entrada das bibliotecas, foram observadas as condições de acessibilidade arquitetônica dos prédios a pessoas com limitações físicas e dificuldades de locomoção, como existência de degraus ou escadas, rampas de acesso, ou qualquer outro tipo de obstáculo que impedisse ou dificultasse o acesso às bibliotecas.

No prédio da Reitoria, onde se localiza a BC, existe um grande entrave para acesso de pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida que é a existência de uma escada na porta principal de acesso e a falta de rampas que permitam a acessibilidade. Há uma porta auxiliar localizada no outro extremo do prédio, acessível, mas que somente é utilizada em dias de Evento na Universidade ou quando existe a presença de pessoas com deficiência física.

O acesso à biblioteca propriamente dita é realizado através de uma porta com dimensões de 1,06m de largura por 2,36m de altura, possuindo vão livre adequado à passagem de cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida. A porta não possui maçaneta do tipo alavanca, porém possui uma maçaneta do tipo puxador, que também é considerada acessível, uma vez que permite à abertura com um único movimento, sendo considerada acessível.

Na entrada da biblioteca não há obstáculos como degraus e escadas, no entanto, bem em frente à porta, existe um tapete, que se torna um empecilho à circulação de pessoas que utilizam cadeiras de rodas e pessoas com mobilidade reduzida. (Fotografia 19)

A NBR9050/2004 (p.40) recomenda que tapetes sejam evitados em rotas acessíveis. Dessa maneira, como o tapete localizado na entrada da BC não é fixo ao piso, torna-se bastante simples eliminar esse entrave ao deslocamento.

O maior obstáculo observado para se acessar a Biblioteca Central está relacionado à construção do prédio onde está localizada a biblioteca, que não atende aos padrões de Acessibilidade, tornando a biblioteca um local de difícil acesso para as pessoas com deficiência física, por apresentar obstáculos arquitetônicos como escadas, sem rampas de acesso a deficientes. O recomendado pela NBR9050/2004 (p.52) é que degraus e escadas fixas em rotas acessíveis sejam associados à rampa ou ao equipamento de transporte vertical, possibilitando o acesso de pessoas com deficiência aos espaços.

Fotografia 19 – Porta de entrada da BC



Fonte: SILVA, 2013.

O prédio da Faculdade de Educação possui entrada acessível, não apresentando desníveis na entrada da edificação. A porta de entrada possui duas folhas, com largura de 1,10m cada, possibilitando o acesso de cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida. Existe um tapete na entrada do prédio que se torna um empecilho a pessoas usuárias de cadeira de rodas ou que façam uso de algum dispositivo de auxílio à mobilidade como bengalas. O tapete possui uma espessura fina, não é fixado ao piso. Apesar de não impedir o deslocamento de um cadeirante, por exemplo, poderia prejudicar sua passagem e, até mesmo, provocar insegurança e desconforto ao mesmo. (Fotografia 20).

Foto 20 - Porta de entrada do prédio da FACED



Fonte: SILVA, 2013.

Existem dois elevadores que possibilitam o acesso de pessoas com deficiência física à Biblioteca da Faculdade de Educação. A largura dos elevadores é de 0,91m, possibilitando a utilização de cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida. Apesar disso, os elevadores não seguem todos os padrões que são fundamentais para proporcionar a acessibilidade. Os elevadores não são sinalizados conforme deveriam e não apresentam o disposto integralmente na NBR 13994/2000-

Elevadores de passageiros, Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência.

No 2º piso, na saída dos elevadores, existem jarros de plantas, que se configuram como entraves ao deslocamento. A NBR9050/2004 estabelece que não haja nenhum tipo de obstáculos ao deslocamento em rotas acessíveis. Enquanto a NBR13994/2000 (p.3), recomenda que, em todos os pavimentos, a área defronte da entrada do elevador deve estar livre de obstáculos.

Na Fotografia 21, é possível verificar a existência de jarros de plantas, bem próximos ao local de entrada e saída de um dos elevadores.

Foto 21 - Elevadores do prédio da FACED



Fonte: SILVA, 2013.

A biblioteca da FACED está localizada no 2º piso, a pesar de existirem escadas, são disponibilizados dois elevadores, permitindo, dessa forma, a locomoção de pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida.

A porta de acesso à biblioteca da FACED é automática, facilitando o acesso de todos, principalmente, daqueles que possuem alguma deficiência física, não sendo necessário emprego de força para entrar no espaço.

Entretanto, existem alguns obstáculos na entrada da biblioteca. Há um tapete, bem em frente à porta, não fixado ao piso, que atrapalha o deslocamento de cadeirantes, uma vez que tapetes devem ser evitados em rotas acessíveis, conforme recomenda a NBR9050.

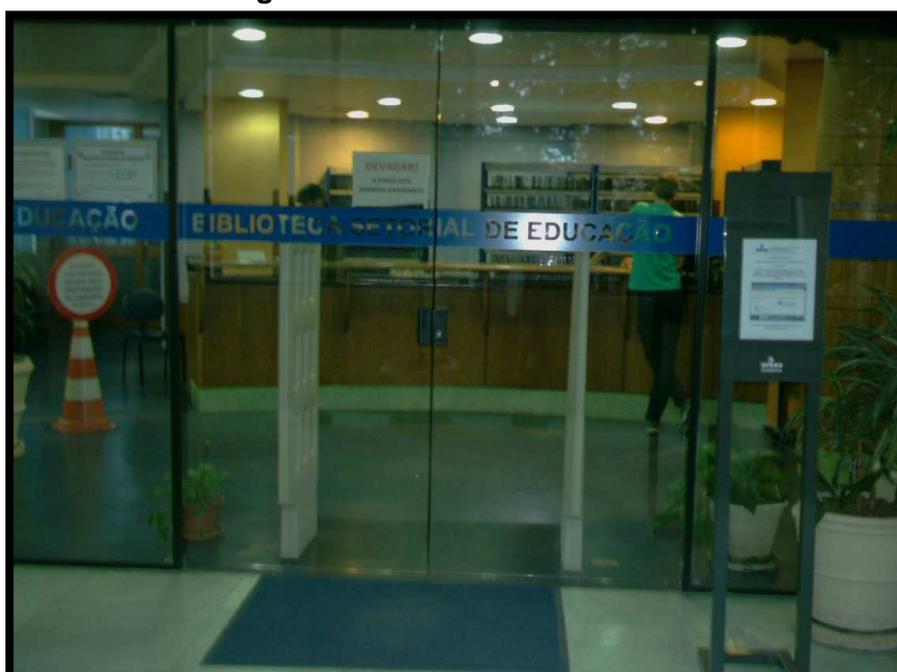
Após a porta automática, há um dispositivo de segurança, que possui dimensões de 1,16 m, adequadas ao deslocamento de cadeirantes.

O trajeto para acesso aos ambientes internos da biblioteca não é contínuo, existem obstáculos como jarros de plantas, cones com avisos da biblioteca para os usuários, que são entraves à circulação nos ambientes.

Os ambientes internos da biblioteca são distribuídos de forma que dificultam a locomoção de uma pessoa com deficiência física nos espaços. O acesso a alguns ambientes da biblioteca é dificultado devido ao espaço não ser contínuo, obrigando que sejam realizadas maior número de manobras para acessar alguns ambientes da biblioteca como salas de leitura e área do acervo, além de existirem obstáculos à circulação (cones, jarros de plantas).

O espaço para o acervo é pequeno para seu desenvolvimento, o que torna o ambiente “apertado” em algumas partes como, por exemplo, entre corredores de estantes da biblioteca, que possuem largura inferior a recomendada para permitir deslocamento de cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida. (Fotografia 22).

Fotografia 22 – Entrada da BIBFACED



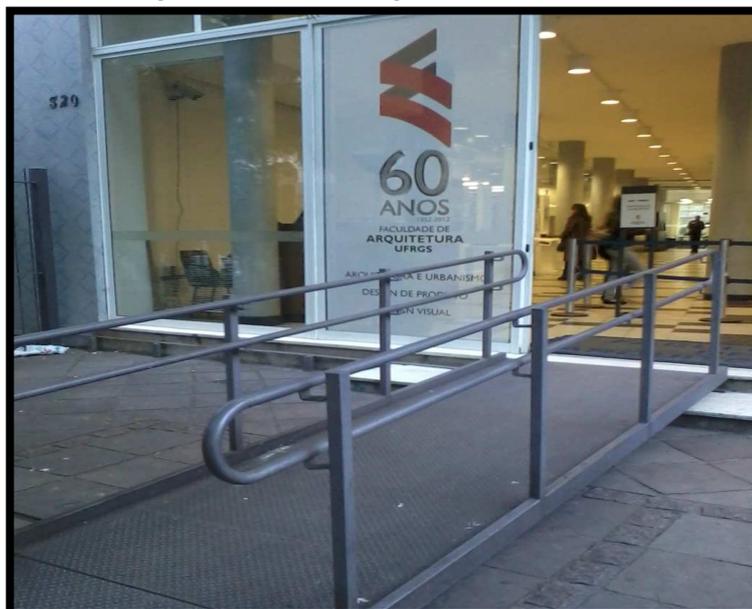
Fonte: SILVA, 2013.

A entrada do prédio da Biblioteca da Arquitetura possui dois degraus, mas existe uma rampa que permite que cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida acessem o prédio. No entanto, essa rampa não atende todos os requisitos de acessibilidade exigidos pela NBR9050.

A rampa possui 1,06 m de largura, possui corrimãos em duas alturas distintas, de 0,66m e de 0,92m, não sendo fixada ao chão.

Segundo a norma NBR9050, a largura das rampas deve ser estabelecida segundo o fluxo de pessoas no local, sendo a largura mínima livre admissível 1,20m e recomendável 1,50m. No entanto, ainda segundo a norma (p.51), em edificações existentes, quando a construção de rampas nas larguras indicadas ou adaptação da largura das rampas for impraticável, podem ser executadas rampas com largura mínima de 0,90m com segmentos de no máximo 4,00m, medidos na sua projeção horizontal. Dessa forma, embora a rampa de acesso ao prédio da Arquitetura não esteja dentro dos padrões ideais para proporcionar a acessibilidade de pessoas com deficiência física, ela permite o acesso, uma vez que apresenta o mínimo de 0,90m exigidos em edificações construídas. Já em relação às alturas dos corrimãos da rampa, embora eles estejam instalados em duas alturas, somente a altura superior está de acordo com o recomendado que é de 0,92m, a altura do corrimão inferior da rampa possui altura inferior a recomendada na norma, que é de 0,70m, medidos da geratriz superior.(Fotografia 23)

Fotografia 23 - Rampa de acesso ao prédio da Faculdade de Arquitetura



Fonte: SILVA, 2013.

Na entrada do prédio da Faculdade de Arquitetura, existe um tapete, não fixado ao piso, que mesmo sendo de espessura fina, se torna um empecilho à circulação de pessoas com deficiência física, visto que prejudica o deslocamento seguro dessas pessoas.

A BIBARQ está localizada no térreo do prédio da referida faculdade. A porta de entrada da biblioteca é acessível, possui dimensões de, aproximadamente, 1,61m de largura e altura superior a 2,10m, atendendo às normas de acessibilidade, que exigem porta com vão livre de, no mínimo 0,80m e altura de, pelo menos, 2,10m. (Fotografia 24).

Apesar de não possuir maçaneta tipo alavanca, possui maçaneta do tipo puxador, que também é considerada acessível, por permitir a abertura da porta em um único movimento, não demandando grande esforço físico. Além disso, a maçaneta possui altura apropriada, atendendo às necessidades de todos, com suas diferentes características e limitações, cadeirantes, pessoas altas, baixas entre outras.

Fotografia 24 - Porta de entrada da BIBARQ



Fonte: SILVA, 2013.

A BIBARQ, possui um dispositivo de segurança (anti-furto) com dimensões de 0,90m que possibilita acesso de deficientes físicos. No entanto, há um pequeno tapete localizado entre o dispositivo de segurança, que configura em um elemento inadequado a acessibilidade, já que de acordo com a norma NBR9050, tapetes devem ser evitados em rotas acessíveis. Além disso, não existe motivo para um tapete na passagem do dispositivo Anti-Furto, constituindo-se somente como um elemento decorativo que deve ser evitado. (Fotografia 25).

Fotografia 25 – Dispositivo de segurança da BIBARQ



Fonte: SILVA, 2013.

O trajeto entre os espaços da biblioteca não é contínuo. Após a passagem pelo dispositivo de segurança, o usuário tem seu espaço para circulação reduzido, em virtude da localização do balcão de atendimento, de forma diagonal, o que faz com que um usuário em cadeira de rodas necessite realizar mais manobras para deslocar-se no espaço da biblioteca e acessar o acervo.

No quadro 4 são apresentados os resultados do Checklist no que se refere à acessibilidade aos espaços internos da BC, BIBFACED e BIBARQ a pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida.

QUADRO 4 – ESPAÇOS INTERNOS DA BIBLIOTECA

| ESPAÇOS INTERNOS DA BIBLIOTECA | | | |
|---|-----------|-----------------|---------------|
| | BC | BIBFACED | BIBARQ |
| Por toda biblioteca há uma rota acessível interligando o acesso de usuários a todas as áreas e setores desde a entrada principal? | N | N | N |
| A organização interna dos espaços (layout) é claramente perceptível, evitando becos, áreas sem uso e qualquer outra configuração que possa causar confusão ou isolamento de pessoas com senso de orientação reduzido, como espelhos, portas de vidro e portas vai-vem, por exemplo? | S | P | P |
| Caso existam zonas não acessíveis, com corredores estreitos ou desníveis sem rampas, estes estão sinalizadas antecipadamente, para evitar acidentes e trajetos desnecessários? | N/A | N | N |
| A área livre para circulação de uma pessoa possui largura mínima de 1,20m? | S | N | S |
| A área livre para circulação de duas pessoas possui largura mínima de 1,80m? | S | N | S |
| A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas (sem deslocamento) com rotação de 90° possui o mínimo de 1,20m x 1,20m? | S | N | S |
| A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas (sem deslocamento) com rotação de 180° possui o mínimo de 1,50m x 1,20m? | S | N | S |
| A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas (sem deslocamento) com rotação de 360° possui o mínimo de diâmetro de 1,50m? | S | N | S |
| A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas com deslocamento de 90° possui o mínimo de 0,90m (largura) x 1,60m (profundidade de entrada) x 2,00 (profundidade | N | P | S |

| | | | |
|--|---|---|---|
| de saída)? | | | |
| A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas com deslocamento de 180° possui o mínimo de 1,50m (largura) x 1,90m (profundidade)? | N | N | P |
| O layout das salas de leitura e de estantes de livros considera a utilização de usuários em cadeira de rodas, pessoas com mobilidade reduzida, baixa estatura, obesas, etc.? | P | P | P |
| As dimensões internas e a disposição do mobiliário permitem a mobilidade de todas as pessoas, com acessórios de mobilidade (bastões, muletas, andadores, cadeiras de rodas, etc.)? | P | N | P |
| A altura de armários em geral, inclusive armários guarda volumes, está entre 0,40m a 1,20m? | P | N | P |

Fonte: SILVA, 2013 (adaptado de NICOLETTI, 2010).

Na BC, a organização dos espaços é claramente perceptível, sem becos, ou áreas sem utilização, não causando nenhum tipo de confusão em relação à orientação espacial. Não existem desníveis no piso, não sendo necessárias rampas de acesso. O piso é adequado para circulação de pessoas com deficiência física.

A BC disponibiliza área livre para circulação de largura de 1,52m, estando em conformidade com os padrões de acessibilidade que estabelecem que a área para circulação de uma pessoa seja de no mínimo 1,20m. No entanto, a área para circulação de duas pessoas não está adequada, uma vez que o mínimo exigido pela NBR9050/2004 é de 1,80m.

A área livre para manobra de 90° de pessoas em cadeira de rodas, sem deslocamento, deve ser de 1,20m por 1,20m, de acordo com o estabelecido na norma NBR9050/2004 (pág. 4), representados a seguir na Figura 1. A BC atende ao disposto na norma o quanto ao espaçamento para manobra de cadeirantes, sem deslocamento. A área livre para manobra, sem deslocamento, de pessoa em cadeira

de rodas com rotação de 180° deve possuir o mínimo de 1,50m x 1,20m, o que também está de acordo com a Norma.

Para realização de manobra, sem deslocamento, com rotação de 360° deve ser disponibilizado um espaço que possui, no mínimo, 1,50m de diâmetro, o que é atendido pela BC, que disponibiliza um espaço com 1,52m de diâmetro. (Figura 3).

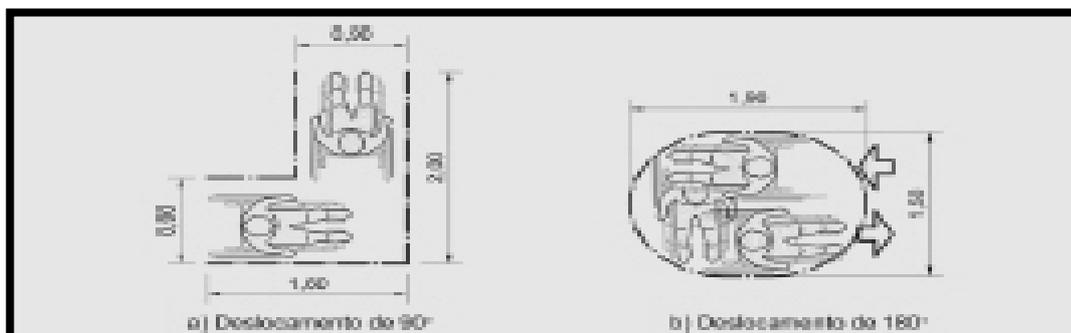
Figura 3- Área para manobra de cadeirantes, sem deslocamento.



Fonte: NBR9050/2004

A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas com deslocamento de 90° não possui o mínimo de 0,90m (largura) x 1,60m (profundidade de entrada) x 2,00 (profundidade de saída) estabelecidos na NBR9050/2004, representados na Figura 4. A largura da área para manobra com deslocamento é de apenas, 0,87m (largura entre estantes dos livros), não permitindo que cadeirantes realizem essa manobra, nem a manobra de deslocamento de 180°, por não possuir espaço adequado para isso.

Figura 4 – Área para manobra de 90° e 180°, com deslocamento.



Fonte: NBR9050/2004

O leiaute das salas de leitura e de estantes de livros não considera a diversidade de pessoas com suas diferentes características, uma vez que a altura e

as dimensões dos espaços internos prejudicam a utilização de pessoas com deficiência física, bem como aquelas que possuem baixa estatura.

A altura dos armários guarda volumes é de 1m, estando em conformidade com a NBR9050/2004, que estabelece como padrão a altura de 0,40m a 1,20m do chão. No entanto, as estantes de livros possuem 2m de altura, dificultando ou mesmo inviabilizando que cadeirantes e pessoas com baixa estatura retirem os livros das últimas fileiras. O correto para permitir a acessibilidade são estantes com até 1,20m de altura, permitindo a visualização dos livros nas prateleiras mais altas e permitindo sua retirada, sem dificuldade.

Outro problema observado na BC diz respeito à largura de estantes entre livros que varia de 0,85 m a 0,87m, quando o recomendado é de no mínimo 0,90m, para proporcionar a passagem de uma pessoa em cadeira de rodas.

O leiaute das salas de leitura e de estantes de livros não considera a utilização de todos tipos de usuários. Apesar de possibilitar o deslocamento de pessoas em cadeiras de rodas e de pessoas com mobilidade reduzida, não apresenta condições ideais para acesso desses indivíduos, uma vez que, para realização de manobras de deslocamento, usuários cadeirantes, não disponibilizam o espaço mínimo que necessitam para manobrar em alguns pontos da biblioteca como entre os corredores das estantes.

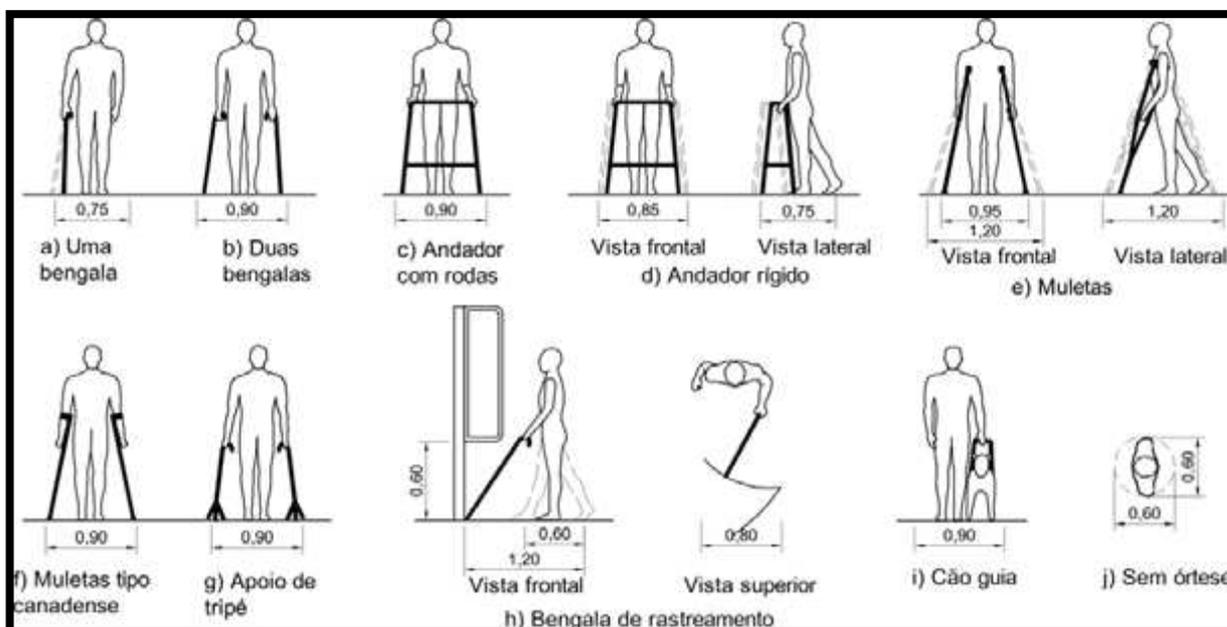
Na BIBFACED, a organização dos espaços é claramente perceptível, no entanto, os espaços internos da biblioteca são pequenos. Não há desníveis no piso, não sendo necessárias rampas de acesso. O piso é adequado para circulação de pessoas com deficiência física, por ser antiderrapante sob quaisquer condições.

A BIBFACED disponibiliza área livre para circulação de largura de aproximadamente 1,01 m, não estando em conformidade com os padrões de acessibilidade, que estabelecem que a área para circulação de uma pessoa seja de no mínimo 1,20m. Dessa forma, a área para circulação de duas pessoas, também, não está adequada, uma vez que o mínimo exigido pela NBR9050/2004 é de 1,80m.

A área livre para manobra de 90° de pessoas em cadeira de rodas, sem deslocamento, deve ser se 1,20m por 1,20m, de acordo com o estabelecido na NBR9050/2004 (pág. 4) o que é não é atendido pela biblioteca. A área livre para manobra, sem deslocamento, de pessoa em cadeira de rodas com rotação de 180° deve ser possui o mínimo de 1,50m x 1,20m, condição não atendida pela biblioteca.

Para realização de manobra, sem deslocamento, com rotação de 360° deve ser disponibilizado um espaço que possui, no mínimo, 1,50m de diâmetro, o que não é atendido pela BC, que disponibiliza um espaço de apenas 1,01m em seu corredor principal de acesso ao acervo e apresenta larguras entre estantes variando de 0,72 m até 1,09m, impossibilitando manobras de deslocamento de cadeirantes e dificultando acesso de pessoas usuárias de dispositivos de auxílio a mobilidade como muletas e bengalas, que exigem um espaço mínimo de 0,75cm (uma bengala) a 1,20m (duas muletas), segundo recomendado na NBR9050/2004 (p.5)

Figura 5 - Dimensões referenciais para deslocamento de pessoa em pé



Fonte: NBR9050/2004

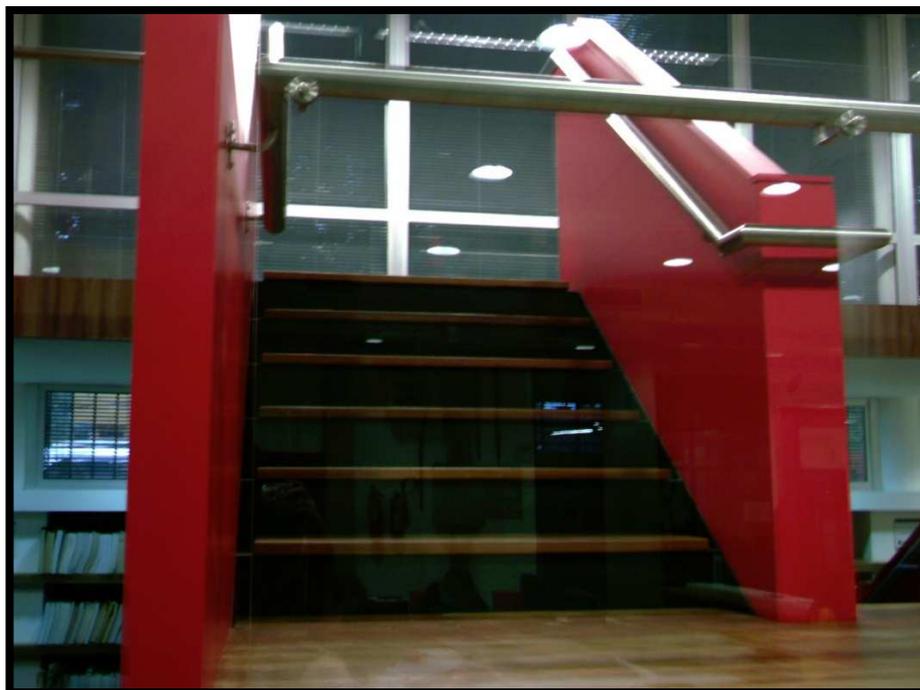
Para realização de manobra de deslocamento de 90°, é necessária uma área livre de no mínimo de 0,90m (largura) x 1,60m (profundidade de entrada) x 2,00 (profundidade de saída), estabelecidos na NBR9050/2004. Dessa forma, como os corredores da biblioteca possuem larguras variáveis existe a possibilidade de realização dessa manobra em corredores com largura igual ou superior a 0,90m.

Para a manobra de deslocamento de 180°, a área livre e para manobra de pessoa em cadeira de rodas com deslocamento de 180° não possui o mínimo de 1,50m (largura) x 1,90m (profundidade), de forma que não permite a realização dessa manobra.

Na BIBARQ, a organização dos espaços (leiaute) é claramente perceptível, não possuindo áreas sem uso ou que possam causar confusão ou isolamento de pessoas com senso de orientação reduzido. No entanto, não existe uma rota de acesso que interligue o acesso de usuários a todas as áreas e setores desde a entrada principal facilitando o acesso a todos ambientes da biblioteca. (Fotografia 26).

Existe uma zona inacessível a pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, que é um mezanino, cujo acesso é realizado somente através de escada, sem nenhuma alternativa como rampas de acesso ou elevadores que propiciem a acessibilidade a esse ambiente. O mezanino é composto por uma bancada para utilização de *notebooks* e por mesas de estudo, sendo seu uso inviabilizado a pessoas com deficiência física, por não ter sido planejado de acordo com os padrões de acessibilidade. (Fotografia 27).

Fotografia 26 - Escada de acesso ao mezanino da BIBARQ



Fonte: SILVA, 2013.

O acesso ao mezanino por pessoas com mobilidade reduzida como idosos, gestantes e obesos, é possibilitado devido à instalação de corrimãos em ambas as laterais dos dois lances da escada de acesso ao mezanino, a uma altura de 0,92m do piso. Dessa forma, a altura dos corrimãos segue os padrões de acessibilidade

dispostos na NBR9050/2004, que recomenda que em degraus isolados e escadas, a altura dos corrimãos seja de 0,92 do piso, medidos da sua geratriz superior.

Fotografia 27 - Mezanino da BIBARQ



Fonte: SILVA, 2013.

A BIBARQ disponibiliza área livre para circulação de largura de 2 m, estando em conformidade com os padrões de acessibilidade, que estabelecem que a área para circulação de uma pessoa seja de, no mínimo, 1,20m. A área para circulação de duas pessoas também está adequada, uma vez que o mínimo exigido pela NBR9050/2004 é de 1,80m.

A área livre para manobra de 90° de pessoas em cadeira de rodas, sem deslocamento, deve ser de 1,20m por 1,20m, de acordo com o estabelecido na norma NBR9050/2004 (pág. 4) o que é atendido pela biblioteca. Enquanto área livre para manobra, sem deslocamento, de pessoa em cadeira de rodas com rotação de 180° deve ser possui o mínimo de 1,50m x 1,20m, o que também está de acordo com a norma.

Para que o cadeirante possa realizar manobra, sem deslocamento, com rotação de 360° deve ser disponibilizado um espaço que possuía, no mínimo, 1,50m de diâmetro, o que é atendido pela BIBARQ, que disponibiliza um espaço com 2m de diâmetro. (Fotografia 28).

Fotografia 28 - Corredor de acesso principal ao acervo da BIBARQ



Fonte: SILVA, 2013.

Para realização de manobra, com deslocamento de 90°, a NBR9050/2004 estabelece que as medidas sejam de, no mínimo de 0,90m de largura por 1,60m de profundidade de entrada e 2m de profundidade de saída. A BIBARQ possibilita manobra de pessoa em cadeira de rodas com deslocamento de 180°, uma vez que possui o mínimo de largura e de profundidade exigidos pela norma. A Norma estabelece que a largura para esse tipo de deslocamento seja de, no mínimo, 1,50m, a BIBARQ possui 2 m de largura que possibilitam a manobra.

O leiaute das salas de leitura (com exceção do mezanino da biblioteca) considera a utilização de usuários cadeirantes, uma vez que as mesas das salas de leitura possuem altura de 0,76 m, possibilitando a aproximação de cadeirantes, com espaço adequado para circulação em torno das mesas de leitura e trabalho, com as cadeiras soltas, facilitando o acesso. (Fotografia 29).

As estantes de livros possuem altura de 2,17m sendo consideradas muito altas para serem acessadas por pessoas em cadeiras de rodas e baixa estatura. A NBR9050/2004 recomenda que a altura das estantes de livros seja de, no máximo, 1,20m, a fim de que os livros possam ser alcançados por todos indivíduos, estando dentro do ângulo de visão e não exigindo esforço para alcançar o material na estante.

A largura entre as estantes varia de 1,07 m a 1,09 m, estando dentro do recomendado na Norma, que é de, no mínimo, 0,90 m, sendo o ideal 1,80 m para proporcionar o acesso simultâneo de dois usuários cadeirantes.

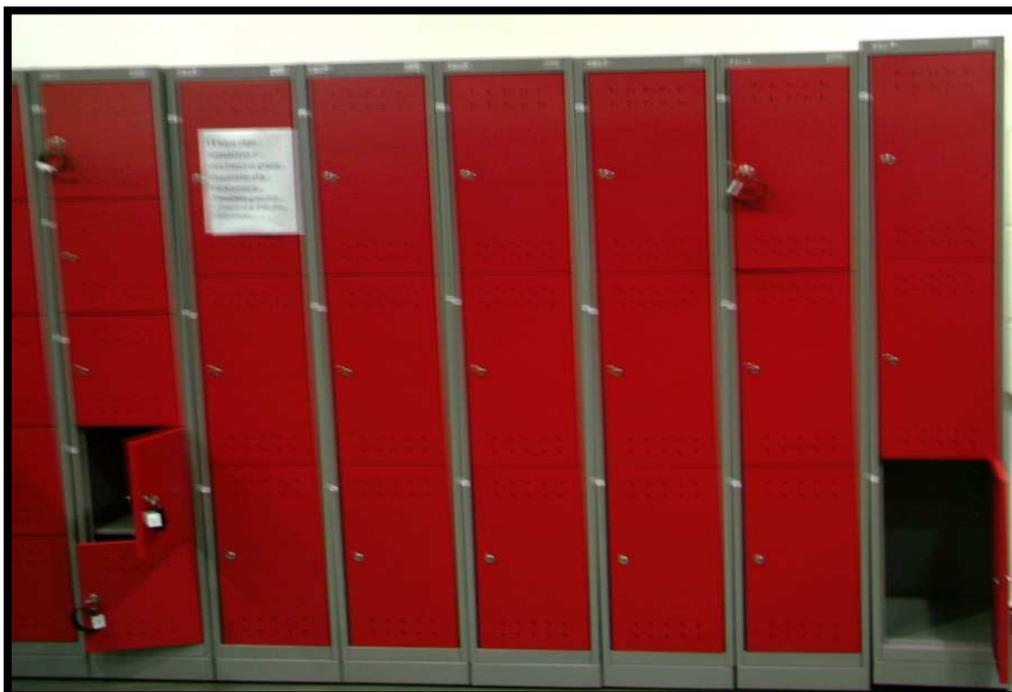
Fotografia 29 – Mesa de estudo da BIBARQ



Fonte: SILVA, 2013.

Na BIBARQ são disponibilizados dois armários guarda volumes, um mais baixo (do lado esquerdo) e outro mais alto (do lado direito), logo após a entrada da biblioteca. O mais baixo possui altura, aproximada de 0,76 m, enquanto o de altura superior possui 1,85m, aproximadamente. O mais baixo atende os padrões de acessibilidade, que recomendam que altura dos armários em geral, esteja entre 0,40m até 1,20m. Entretanto, o balcão mais alto possui altura superior a recomendada, mas possui armários em três alturas variadas, sendo possibilitada a utilização por cadeirantes e pessoas com baixa estatura. Além de ter a opção de utilização do armário guarda-volumes de menor estatura. (Fotografias 30-31).

Fotografia 30 – Armário guarda-volumes de maior altura da BIBARQ



Fonte: SILVA, 2013.

Fotografia 31 – Armário guarda-volumes de menor altura da BIBARQ



Fonte: SILVA, 2013.

No Quadro 5 são apresentados os resultados do Checklist no que diz respeito à acessibilidade proporcionada pelos pisos das bibliotecas.

QUADRO 5 – PISOS DA BIBLIOTECA

| PISOS DA BIBLIOTECA | | | |
|---|-----------|-----------------|---------------|
| | BC | BIBFACED | BIBARQ |
| Os pisos no interior da biblioteca apresentam superfície regular, firme, estável, sem trepidações que desencorajem o avanço normal no trajeto, considerando dispositivos com rodas? | S | S | S |
| O piso da biblioteca é antiderrapante sob qualquer condição, que não provoquem riscos tanto em seco como em molhado? (Recomenda-se que para tal constatação se realize provas no local, simulando as situações mais favoráveis ao deslizamento, como o acúmulo de pó ou limpeza com água ou cera? | S | S | S |
| A inclinação transversal do piso no interior da biblioteca é de, no máximo, 2% e a inclinação longitudinal de, no máximo, de 5%? (Inclinações superiores a 5% são consideradas rampas e, portanto, devem atender a 6.4 da NBR 9050/2004.? | S | S | S |
| A biblioteca apresenta uma área de descanso, fora da faixa de circulação, a cada 50 m, para piso com até 3% de inclinação? | N | N | N |

Fonte: SILVA, 2013 (adaptado de NICOLETTI, 2010).

No que tange aos pisos das bibliotecas, a BC, a BIBFACED e a BIBARQ apresentam piso adequado ao deslocamento de pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida, uma vez que o piso das três bibliotecas apresenta superfície regular, firme e estável, são antiderrapantes, não causam nenhum tipo de trepidação que possa desencorajar o avanço normal no trajeto, considerando pessoas que utilizam dispositivos com rodas como cadeirantes, seguindo o estabelecido na NBR9050/2004 (p.39).

No Quadro 6 são expostos os resultados do Checklist relativos aos capachos, forrações, carpetes e tapetes das bibliotecas.

QUADRO 6 – CAPACHOS, FORRAÇÕES, CARPETES E TAPETES DA BIBLIOTECA

| CAPACHOS, FORRAÇÕES, CARPETES E TAPETES DA BIBLIOTECA | | | |
|---|-----------|-----------------|---------------|
| | BC | BIBFACED | BIBARQ |
| Os capachos utilizados da biblioteca estão embutidos no piso e nivelados de maneira que eventual desnível não exceda 5 mm? (Recomenda-se que tapetes sejam evitados em rotas acessíveis.) | N | N | N |
| Os carpetes e forrações apresentam as bordas firmemente fixadas ao piso de maneira a evitar enrugamento da superfície? | N | N | N |

Fonte: SILVA, 2013 (adaptado de NICOLETTI, 2010).

Em relação aos capachos, tapetes, carpetes e forrações, as três bibliotecas apresentam tapetes tanto na entrada das edificações como na entrada da biblioteca propriamente dita.

A BC possui tapete na entrada da biblioteca, que não é fixado ao piso, sendo um elemento desnecessário, que prejudica o deslocamento de pessoas em cadeiras de rodas e com mobilidade reduzida. (Fotografia 32).

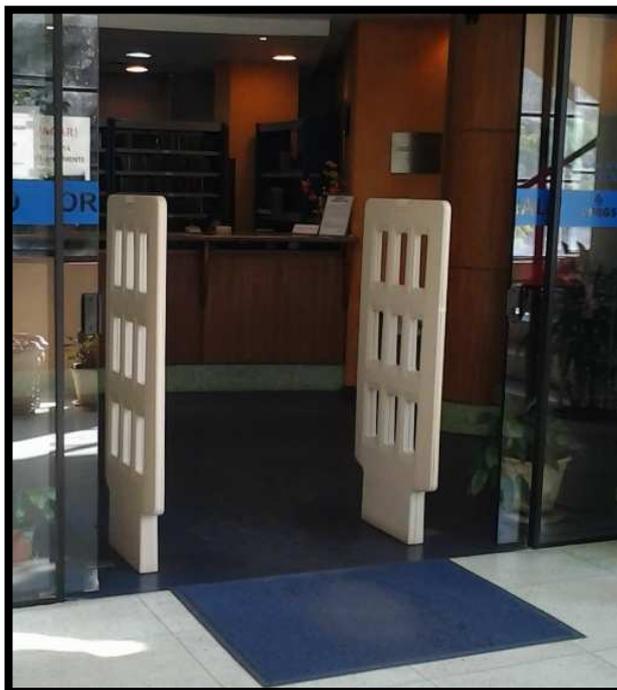
Fotografia 32- Tapete da entrada da BC



Fonte: SILVA, 2013.

A BIBFACED apresenta tapetes tanto na entrada da edificação como na entrada da biblioteca, os dois tapetes possuem espessura fina e não são fixados ao piso. Dessa forma, são entraves à circulação que devem ser evitados a fim de propiciar a acessibilidade aos espaços e evitar acidentes. (Fotografia 33).

Fotografia 33 - Tapete da entrada da BIBFACED



Fonte: SILVA, 2013.

A BIBARQ possui um tapete na entrada do prédio, bem como entre o dispositivo Anti-Furto da biblioteca, sendo considerados elementos decorativos desnecessários, visto que podem comprometer o acesso seguro de pessoas com deficiência física aos espaços. (Fotografia 34).

A NBR9050/2004 recomenda que sejam evitados tapetes em rotas acessíveis, também que recomenda que capachos sejam embutidos no piso e nivelados de forma que eventuais desníveis não excedam 5mm e, carpetes e forrações possuam bordas firmemente fixadas ao piso, aplicados de forma que não apresentem enrugamento da superfície.

Dessa forma, as três bibliotecas apresentam entraves ao deslocamento seguro e confortável de deficientes físicos, devendo adequar-se os espaços internos as normas de acessibilidade.

Fotografia 34 - Tapete da BIBARQ

Fonte: SILVA, 2013.

No Quadro 7 são apresentados os resultados do Checklist em relação aos desníveis que a BC, a BIBFACED e a BIBARQ possuem em suas dependências.

QUADRO 7 - DESNÍVEIS DA BIBLIOTECA

| DESNÍVEIS DA BIBLIOTECA | | | |
|--|-----------|-----------------|---------------|
| | BC | BIBFACED | BIBARQ |
| Desníveis de qualquer natureza são evitados? (Eventuais desníveis no piso de até 5 mm não demandam tratamento especial) | S | S | S |
| Os desníveis de piso estão em altura máxima de 5 mm? | N/A | N/A | N/A |

Fonte: SILVA, 2013 (Adaptado de NICOLETTI, 2010).

Desnível pode ser entendido como qualquer diferença de altura entre dois planos horizontais. A NBR9050 recomenda que sejam evitados desníveis de qualquer natureza em rotas acessíveis, a fim de que não existam barreiras a locomoção de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Desníveis de até 5 mm não demandam tratamento especial, desníveis superiores a 5 mm até 15 mm devem ser tratados em forma de rampa, com inclinação máxima de 50% e desníveis superiores a 15 mm devem ser considerados como degraus e ser sinalizados.

A partir da observação, verificou-se que nenhuma das três bibliotecas observadas apresentava desníveis em seu interior.

No Quadro 8 são apresentados os resultados do Checklist em relação aos degraus e escadas fixas das bibliotecas.

QUADRO 8 - DEGRAUS E ESCADAS FIXAS DA BIBLIOTECA

| DEGRAUS E ESCADAS FIXAS DA BIBLIOTECA | | | |
|---|----|----------|--------|
| | BC | BIBFACED | BIBARQ |
| O acesso a ambientes com degraus e escadas fixas estão associados às rampas acessíveis ou a equipamento de transporte vertical/inclinado?(Recomenda-se evitar a presença de escadas em rotas acessíveis). | N | N/A | N |
| Os elevadores atendem integralmente ao disposto na ABNT NBR 13994, quanto à sinalização, dimensionamento e características gerais? | P | P | P |

Fonte: SILVA, 2013 (Adaptado de NICOLETTI, 2010).

Na BC existe uma escada em frente ao prédio, com três degraus, não estando associada à rampa de acesso. No interior da biblioteca, existem escadas para acesso dos funcionários da biblioteca, não estando associadas a rampas ou dispositivos de equipamento vertical como recomenda a NBR9950. (Fotografia 35).

No prédio da Biblioteca Central existem elevadores, que atendem parcialmente a norma NBR13994, uma vez que não atendem a todos os requisitos de sinalização e dimensionamento exigidos.

Fotografia 35 – Escada de acesso ao prédio da Reitoria - BC



Fonte: SILVA, 2013.

Na FACED não existe escada para acessar o prédio da biblioteca, somente existem lances de escadas no interior do prédio, associadas a elevadores. Os elevadores não atendem integralmente ao disposto na NBR13994: Elevadores para passageiros - Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência, quanto à sinalização, dimensionamento e características gerais. (Fotografia 36). Os elevadores da FACED possuem largura de 0,91 m, a norma recomenda que portas em geral, incluindo a porta dos equipamentos de transporte vertical, possuam, no mínimo, 0,80m de largura, de forma que os elevadores atendem ao disposto em relação à largura da porta, mas não atendem às normas de sinalização recomendadas na norma ABNT NBR 13994. No interior da BIBFACED não há escadas, não sendo necessárias rampas internas, nem elevadores.

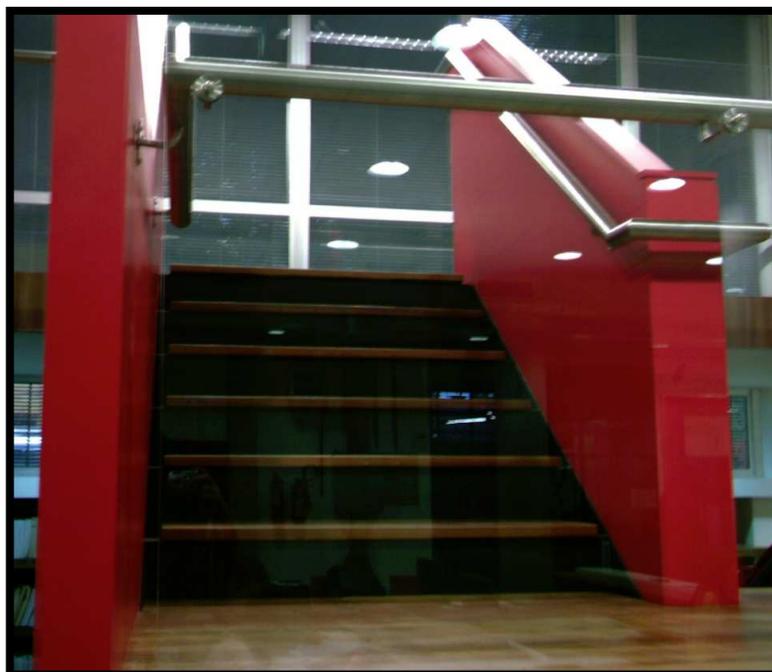
Na entrada do prédio da BIBARQ há dois degraus, associados à rampa de acesso. No interior da biblioteca existe um mezanino cujo acesso é realizado através de escadas fixas, não associadas a rampas, nem mesmo a equipamento de transporte vertical, impossibilitando a utilização do mesmo por cadeirantes e dificultando acesso de pessoas com mobilidade reduzida.(Fotografia 37).

Fotografia 36 - Lance de escada do prédio da FACED



Fonte: SILVA, 2013.

Fotografia 37- Escada de acesso ao mezanino da BIBARQ



Fonte: SILVA, 2013.

A BIBARQ possui dois lances de escada, com 1,18m de largura, que dão acesso ao mezanino da BIBARQ, com corrimãos em ambos os lados. Os degraus possuem em torno de 0,19m de altura cada um. Dessa forma, o mezanino não atende aos padrões mínimos de acessibilidade exigidos pela NBR9050.

A Norma recomenda que a largura das escadas seja estabelecida conforme o fluxo de pessoas, seguindo a ABNT NBR9077- Saídas de Emergência em Edifícios. O mínimo de largura exigido para escadas fixas em rotas acessíveis é de 1,50m, sendo considerado aceitável a largura de 1,20m.

No Quadro 9 são apresentados os resultados do Checklist no que tange as rampas de acesso a pessoas com deficiência a BC, a BIBFACED e a BIBARQ.

QUADRO 9- RAMPAS DA BIBLIOTECA

| RAMPAS DA BIBLIOTECA | | | |
|--|-----|----------|--------|
| | BC | BIBFACED | BIBARQ |
| A largura das rampas está de acordo com o fluxo de pessoas? (A largura livre mínima recomendável para as rampas em rotas acessíveis é de 1,50 m, sendo o mínimo admissível 1,20 m) | N/A | N/A | N |
| As rampas apresentam inclinação máxima de 8,33%? | N/A | N/A | S |

Fonte: SILVA, 2013 (Adaptado de NICOLETTI, 2010).

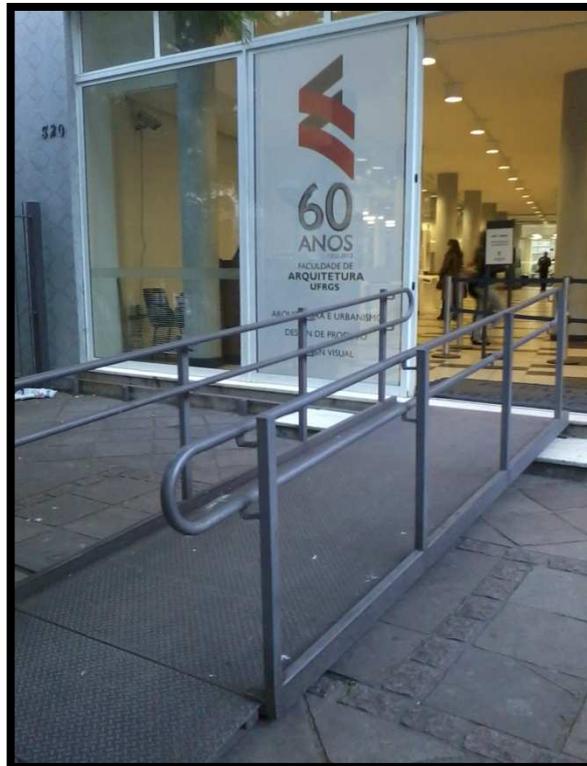
Rampas são inclinações da superfície de piso, longitudinal ao sentido de caminhamento, com declividade igual ou superior a 5%, de acordo com a NBR9050/2004. As rampas devem ser fixas ao solo, com corrimãos em ambos os lados, garantindo o deslocamento seguro e confortável de deficientes físicos.

Somente o prédio da BIBARQ possui rampa de acesso a pessoas com deficiência. No acesso ao prédio da FACED, não há desníveis, por isso não há rampa de acesso. No prédio da BC, apesar de existir escada para seu acesso, não existe rampa que propicie a acessibilidade de deficientes físicos.

As rampas devem possuir largura mínima de 1,20m, sendo o ideal 1,50m de largura. A rampa de acesso a BIBARQ possui apenas 1,06m de largura.(Fotografia 38).

De acordo com a NBR9050, em edificações existentes, quando a construção de rampas nas larguras indicadas ou adaptação da largura das rampas for impraticável, podem ser executadas rampas com largura mínima de 0,90m com segmentos de no máximo 4,00m, medidos na sua projeção horizontal. Dessa forma, embora a rampa de acesso ao prédio da Arquitetura não esteja dentro dos padrões ideais para proporcionar a acessibilidade de pessoas com deficiência física, ela permite o acesso de cadeirantes, uma vez que apresenta o mínimo de 0,90m exigidos em edificações construídas.

Fotografia 38 - Rampa do prédio da Faculdade de Arquitetura



Fonte: SILVA, 2013.

Não existem rampas no interior das bibliotecas. Na BIBARQ, existe um mezanino, que demandaria a instalação de uma rampa de acesso ou de um elevador, a fim de tornar esse espaço adequado às normas de acessibilidade. Na BC e na BIBFACED não existem desníveis internos que exijam a construção de rampas.

No Quadro 10 são expostos os resultados do Checklist em relação aos corrimãos das bibliotecas.

QUADRO 10 - CORRIMÃOS DA BIBLIOTECA

| CORRIMÃOS DA BIBLIOTECA | | | |
|---|-----------|-----------------|---------------|
| | BC | BIBFACED | BIBARQ |
| Os corrimãos estão instalados em ambos os lados dos degraus isolados, das escadas fixas e das rampas? | S | S | S |
| Os corrimãos são feitos de material rígido? Possuem altura entre 0,70 m e 0,92 m do piso? | S | S | P |
| Os corrimãos estão firmemente fixados às paredes, oferecendo condições seguras de utilização? | S | S | S |
| Os corrimãos laterais são contínuos, sem interrupção nos patamares das escadas ou rampas? | S | S | S |

Fonte: SILVA, 2013 (Adaptado de NICOLETTI, 2010).

De acordo com a NBR9050, os corrimãos devem ser instalados em ambos os lados dos degraus isolados, das escadas fixas e das rampas. Devem ser feitos em material rígido e dispostos a uma altura de, no mínimo 0,70m e, no máximo, 0,92 do piso.

No prédio da BC, existe uma escada com três degraus, com corrimãos em ambos os lados, fixados firmemente a parede e ao piso, apresentando condições seguras para utilização.

Os corrimãos das escadas de acesso ao segundo piso da FACED, onde se localiza a biblioteca, são instalados dos dois lados, a uma altura de 0,79 m do piso, bem fixados ao chão, permitindo o acesso seguro de todos.

No prédio da BIBARQ existem corrimãos nas rampas de acesso, localizados em ambos os lados da rampa, feitos de material rígido, firmemente fixados, com altura de 0,66m e 0,92m do piso, ou seja, somente altura superior adequada à acessibilidade. Para rampas e opcionalmente para escadas, os corrimãos laterais devem ser instalados a duas alturas: 0,92 m e 0,70 m do piso, medidos da geratriz superior, conforme o recomendado na NBR9050/2004. A projeção dos corrimãos pode incidir dentro da largura mínima admissível da rampa em até 10 cm de cada lado.

Na BIBARQ, existe escada para acesso ao mezanino, como corrimãos de altura de 0,92m do piso, estando em conformidade com exigido pela norma de acessibilidade.

No Quadro 11 são apresentados os resultados obtidos com relação à acessibilidade proporcionada pelos corredores das bibliotecas.

QUADRO 11- CORREDORES DA BIBLIOTECA

| CORREDORES DA BIBLIOTECA | | | |
|---|-----------|-----------------|---------------|
| | BC | BIBFACED | BIBARQ |
| Os corredores estão dimensionados de acordo com o fluxo de pessoas? (Conforme 6.10.8 da NBR 9050/200 | S | P | P |
| Os corredores de uso comum com extensão de até 4,00 m apresentam largura mínima de 0,90 m | N/A | P | S |
| Os corredores de uso comum com extensão de até 10,00 m apresentam largura mínima de 1,20 m | N | N | S |
| Os corredores de uso comum com extensão superior a 10,00 m apresentam largura mínima de 1,50 m | S | N | S |
| Os corredores apresentam uma faixa ampla para a circulação, livre de jarros com vegetação ou outros obstáculos que obstruam a acessibilidade? | S | P | S |

Fonte: SILVA, 2013 (Adaptado de NICOLETTI, 2010).

Em relação aos corredores para circulação interna das bibliotecas, os mesmos devem ser dimensionados seguindo o fluxo de pessoas, assegurado faixa livre de barreiras ou obstáculos. Os corredores e os equipamentos urbanos devem apresentar larguras mínimas para circulação, corredores de uso comum que possuam extensão de até 4m, devem disponibilizar de 0,90m de largura; corredores que possuam até 10m de comprimento, devem possuir largura de 1,20m; corredores com extensão superior a 10m devem possuir largura de 1,50 m.

A BC possui corredores dimensionados de acordo com o fluxo de pessoas, com leiaute adequado a circulação em todos os espaços internos da biblioteca. Os corredores possuem largura de 1,52m, possuindo extensão superior a 10 m, estando em conformidade com o que estabelece a norma. Os corredores entre estantes

possuem largura que varia de 85cm a 87,5cm, com extensão de, aproximadamente, 8,13 m, de forma que não apresentam a largura mínima exigida pela norma para corredores de até 10m, que é de 1,20m. Os corredores apresentam faixa ampla para a circulação, sem jarros ou obstáculos que possam obstruir a acessibilidade.(Fotografia 39).

Fotografia 39- Corredor principal da BC



Fonte: SILVA, 2013.

A BIBFACED possui corredores parcialmente dimensionados de acordo com o fluxo de pessoas, os espaços poderiam ser organizados de forma mais clara e oferecendo mais conforto para utilização de diferentes tipos de usuários, com ou sem deficiência. Os corredores da BIBFACED são bastante estreitos, possuindo largura de apenas 1,01m, quando o ideal seria de, no mínimo, 1,20m para corredores de até 10m de comprimento e de 1,50m para corredores com extensão superior a 10m, que é o caso do corredor principal de acesso ao acervo. (fotografia 40).

Os corredores entre estantes apresentam larguras variáveis de 0,72m até 1,09m de largura, possuindo, em torno de 4,00m de comprimento, estando em

conformidade com o estabelecido na norma NBR 9050 somente nos corredores que possuem largura igual ou superior a 0,90m.

Na BIBFACED, existem obstáculos como jarros de plantas próximos à entrada da biblioteca, que são empecilhos à circulação, dificultando a acessibilidade na biblioteca.

Fotografia 40 - Corredor principal da BIBFACED



Fonte: SILVA, 2013.

A BIBARQ possui corredores dimensionados de acordo com o fluxo de pessoas. O corredor principal possui largura de, aproximadamente, 2,00m, sendo considerado acessível por usuários cadeirantes e com mobilidade reduzida. Os corredores apresentam faixas amplas para circulação de todos, sem jarros ou qualquer tipo de obstáculo que possa obstruir a acessibilidade. Apesar disso, existe um corredor localizado em um dos extremos da biblioteca que não é acessível a todos, uma vez que dispõe de apenas 0,71m de largura para deslocamento, quando o mínimo exigido é de 0,90 m. (Fotografia 41).

Fotografia 41 - Corredor da BIBARQ



Fonte: SILVA, 2013.

No Quadro 12 são apresentados dos resultados obtidos em relação a acessibilidade dos sanitários das bibliotecas e das edificações onde estão localizadas.

QUADRO 12 - SANITÁRIOS DA BIBLIOTECA

| SANITÁRIOS DA BIBLIOTECA | | | |
|--|----|----------|--------|
| | BC | BIBFACED | BIBARQ |
| Se a biblioteca dispõe de sanitário para os usuários da biblioteca, este está acessível para pessoas com limitações físicas ou dificuldades de locomoção, de uso preferencial destas, conforme 7.3 da NBR 9050/2004? | N | P | S |
| O sanitário acessível de uso preferencial está localizado dentro de uma rota acessível? | N | N | S |
| O sanitário de uso preferencial por pessoas com limitações físicas ou dificuldades de locomoção está devidamente identificado pela sinalização internacional de acessibilidade? | N | S | S |

Fonte: SILVA, 2013 (Adaptado de NICOLETTI, 2010).

Nenhuma das três bibliotecas dispõe de sanitários acessíveis para usuários em seu interior. Em duas bibliotecas (BIBFACED E BIBARQ), há banheiros acessíveis a pessoas com deficiência no prédio em que estão localizadas.

Na BC existe sanitário no andar térreo, no entanto, ele não é acessível a pessoas com deficiência, apresentando como barreira física um degrau isolado em sua entrada, impossibilitando acesso por cadeirantes e prejudicando o acesso de pessoas com mobilidade reduzida.(Fotografia 42).

Fotografia 42 – Sanitário não-acessível no prédio da BC



Fonte: SILVA, 2013.

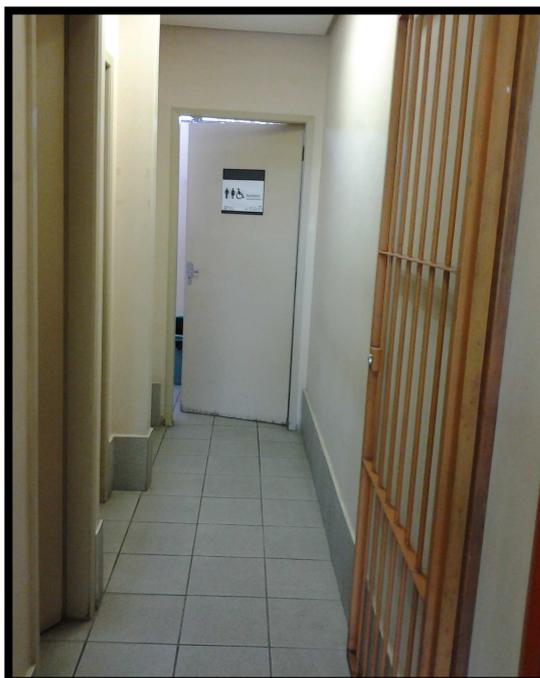
Na BIBFACED existe um banheiro acessível destinado somente para utilização dos funcionários da biblioteca, não sendo permitido acesso por parte dos usuários, visto que faz parte da área de convivência interna da biblioteca.

No 2º piso da FACED não há sanitários, somente no 3º piso existe um sanitário misto destinado a pessoas com deficiência, possuindo o Símbolo Internacional de Acesso (SIA), para sua identificação. (Fotografia 43).

Fotografia 43- SIA no sanitário da FACED

Fonte: SILVA, 2013.

No entanto, esse sanitário não dispõe das condições adequadas para acesso de pessoas com deficiência física, uma vez que existe um corredor de acesso a esse banheiro, que possui largura de apenas 0,84m, dificultando o acesso de pessoas com mobilidade reduzida, bem como as manobras de deslocamento necessárias ao acesso de pessoas em cadeiras de rodas. Além disso, a porta do banheiro possui dimensões de 0,80m, não possuindo maçaneta do tipo puxador, adequada a acessibilidade. Banheiros acessíveis devem ser localizados em rotas acessíveis, segundo a NBR9050, ou seja, sem barreiras que impeçam ou dificultem seu acesso.(Fotografia 44).

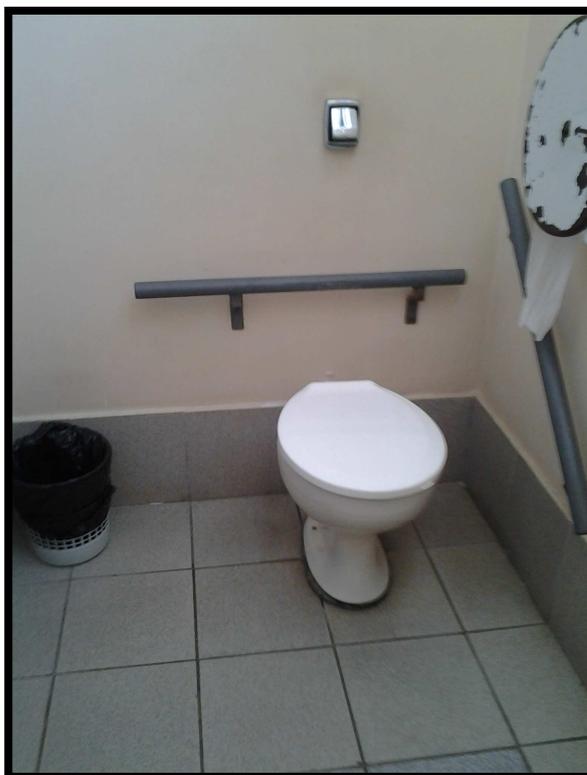
Fotografia 44 – Corredor de acesso ao sanitário acessível da FACED

Fonte: SILVA, 2013.

O sanitário localizado no 2º piso da FACED possui barras de apoio laterais e na parede de fundo, no entanto elas não seguem os padrões de acessibilidade, visto que não apresentam as alturas e distâncias adequadas, não permitindo o apoio e a transferência segura de cadeirantes e de pessoas com mobilidade reduzida. A barra do fundo possui altura de 0,66 m do piso (sendo recomendada altura de 0,75 m do piso). As barras de apoio devem estar dispostas de forma horizontal, o que não ocorre com a barra de apoio lateral localizada no banheiro da FACED, que não segue as exigências constantes na norma NBR9050. (Fotografia 43).

Além das barras de apoio e transferência não estarem dispostas de forma adequada a proporcionar a acessibilidade, elas apresentam, ainda, problemas como não possuírem o arredondamento em suas extremidades, item esse, fundamental para proporcionar maior segurança aos deficientes, evitando acidentes. De acordo com as especificações constantes na NBR9050/2004, as barras de apoio e de transferência devem estar fixadas ou justapostas nas paredes ou ter desenvolvimento contínuo até o ponto de fixação, possuindo formato recurvado. (Fotografia 45).

Fotografia 45 –Sanitário misto acessível da FACED



Fonte: SILVA, 2013.

Os lavatórios devem proporcionar acessibilidade a deficientes e as pessoas com mobilidade reduzida, possuindo módulo de aproximação frontal de 0,80m de largura por 1,20m, possibilitando o avanço frontal de cadeirantes em até 0,25m sob o lavatório. A altura recomendável é de 0,78 a 0,80 do piso acabado, com altura livre mínima e 0,73m na sua parte inferior frontal.

O lavatório do banheiro adaptado da FACED possui altura de 0,71m, dessa forma, não possui altura recomendada mínima pra proporcionar a aproximação frontal de cadeirantes, bem como não oferece as condições necessárias de acesso confortável. A torneira não possui acionamento automático, que seria o ideal para acessibilidade de todos, também, os acessórios sanitários como as papeleiras não apresentam condições adequadas.

De acordo com a NBR9050, acessórios para sanitários como cabides, saboneteiras e toalheiros, devem possuir área de utilização dentro da faixa de alcance confortável para utilização, ou seja, devem estar a 0,80m até 1,20 do piso.

No prédio da Faculdade de Arquitetura, bem próximo a entrada da biblioteca, existe um banheiro acessível a deficientes, possuindo o SIA para sua identificação tanto na parte superior da porta como ao lado da porta. A rota de acesso ao sanitário é considerada acessível, uma vez que se apresenta livre de obstáculos que obstruam o deslocamento. (Fotografia 46).

Fotografia 46 –SIA no sanitário acessível da Faculdade de Arquitetura



Fonte: SILVA, 2013.

Apesar do prédio da Faculdade de Arquitetura possuir banheiro acessível em seu térreo, somente é disponibilizado banheiro acessível feminino, não possuindo banheiro masculino adaptado.

A norma NBR9050/2004 estabelece alguns parâmetros que devem ser seguidos para que os sanitários sejam considerados acessíveis. Para escolas, o que também serve para Universidades, a norma recomenda que haja, pelo menos, 5% dos sanitários, com no mínimo de um sanitário para cada sexo devem ser acessíveis e, pelo menos, outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade. Dessa forma, o correto seria que existisse um banheiro masculino acessível no térreo do prédio da BIBARQ.

Segundo a NBR9050, sanitários acessíveis devem estar localizados em rotas acessíveis, próximos à circulação principal, de preferência devem situar-se próximos ou integrados às outras instalações sanitárias, com sinalização adequada. A norma também estabelece critérios para acessibilidade no que tange instalação de bacia, mictório, lavatório, acessórios e barras de apoio, bem como para áreas de circulação, apoio, transferência, aproximação e alcance.

Fotografia 47 – Sanitário acessível da Faculdade da Arquitetura



Fonte: SILVA, 2013.

A porta de acesso ao banheiro acessível possui largura de 1,00m, estando em conformidade com a norma. Possui barras de apoio e transferência lateral e no fundo junto à bacia sanitária, dispostas horizontalmente, com altura de 0,75m, com diâmetro de 4cm (a norma recomenda diâmetro de 3cm e 4,5cm), fixadas firmemente nas paredes. As extremidades das barras devem ser fixadas ou justapostas nas paredes ou ter desenvolvimento contínuo até o ponto de fixação, possuindo formato recurvado, o que é atendido pelo sanitário acessível da Faculdade de Arquitetura. (Fotografia 47)

As bacias sanitárias devem estar a uma altura entre 0,43m e 0,45m do piso, sendo medidas a partir da borda superior, sem o medir o assento. Com a medida do assento, a altura deverá ser de no máximo 0,46m.

No que se refere à acessibilidade em sanitários, outro aspecto fundamental que deve ser observado são os lavatórios, que devem atender a critérios técnicos estabelecidos na NBR9050/2004, como possuir uma área de aproximação frontal para pessoas com mobilidade reduzida (P.M.R.). Os lavatórios devem ser suspensos, possuindo borda superior a uma altura de 0,78m a 0,80m do piso acabado, respeitando a altura mínima de 0,73m na parte inferior.

No sanitário acessível da Faculdade de Arquitetura, a altura do lavatório é de 0,78cm de altura, estando dentro dos padrões recomendados para acessibilidade. No entanto, as torneiras não são acionadas por alavanca, sensor eletrônico ou dispositivo semelhante, conforme recomenda a norma.

Dessa forma, tanto o sanitário localizado no prédio da FACED como o sanitário do prédio da Faculdade de Arquitetura, atendem parcialmente às condições de acessibilidade exigidas na NBR9050/2004.

9.2.2 Acessibilidade do Mobiliário e Equipamentos

Nessa seção são analisadas a acessibilidade do mobiliário e dos equipamentos da BC, BIBFACED E BIBARQ, ou seja, o balcão de atendimento aos usuários, as mesas e superfícies para leitura, trabalho e/ou estudo e as estantes das bibliotecas.

QUADRO 13 – BALCÃO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO

| BALCÃO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO | | | |
|---|-----------|-----------------|---------------|
| | BC | BIBFACED | BIBARQ |
| O balcão de atendimento aos usuários está localizado em rota acessível? | N | P | S |
| No balcão de atendimento aos usuários, em algum trecho de sua longitude, por aproximadamente 0,90 cm, apresenta altura de no máximo 0,90 m do piso, permitindo o contato visual entre o usuário (pessoas em cadeiras de rodas, pessoas de baixa estatura e crianças) e o bibliotecário/auxiliar? | S | S | N |
| O balcão de atendimento aos usuários é acessível a pessoas em cadeiras de rodas, ou seja, apresenta um módulo de referência posicionado para a aproximação frontal ao balcão? (O módulo de referência deve apresentar altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso e profundidade livre inferior de no mínimo 0,30m para a aproximação frontal de pés e joelhos de pessoas em cadeiras de rodas.) | N | N | N |

Fonte: SILVA, 2013 (Adaptado de NICOLETTI, 2010).

O balcão de atendimento configura-se como item indispensável na promoção de acessibilidade em biblioteca, uma vez que é nesse local que ocorre a interação usuário-bibliotecário, contribuindo para que as barreiras atitudinais/comportamentais também sejam removidas.

O balcão de atendimento da BC não está localizado em rota acessível, uma vez que existem barreiras no acesso externo ao prédio da Reitoria, bem como existem entraves ao deslocamento em seu interior. (Fotografia 48).

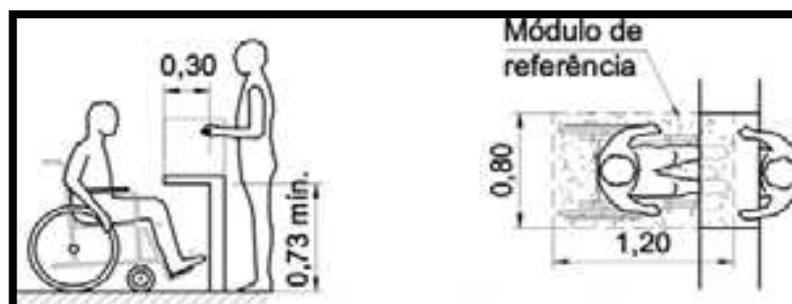
Fotografia 48 – Balcão de atendimento da BC



Fonte: SILVA, 2013.

O balcão de atendimento da BIBFACED possui duas alturas, a parte mais baixa possui 0,74m de altura e a parte mais alta, possui, aproximadamente, 1,10m, estando em conformidade com a NBR90502/2004, que estabelece que o balcão possua um trecho com altura de até 0,90m do piso, possibilitando contato visual entre usuários (cadeirantes, baixa estatura, crianças) e bibliotecários/auxiliares de biblioteca. Dessa forma, atende o disposto na NBR9050/2004, que recomenda que o balcão apresente uma parte (aproximadamente 0,90m) com altura de, no máximo, 0,90m do piso, a fim de tornar possível o contato visual entre o usuário (cadeirante, com baixa estatura e crianças) e o bibliotecário ou auxiliar. Entretanto, não há módulo de referência que permita a aproximação frontal de pessoas em cadeiras de rodas.

Figura 6 - Exemplo de Balcão de atendimento (vista lateral e superior)



Fonte: NBR9050/2004

A NBR9050/2004 estabelece que o balcão de atendimento apresente um módulo de referência (Figura 6) para propiciar a aproximação frontal ao balcão por usuários em cadeiras de rodas. As medidas do módulo devem ser de altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso, bem como profundidade livre inferior de no mínimo 0,30m para que possa ocorrer a aproximação frontal de pés e joelhos de pessoas em cadeiras de rodas, o que não é atendido pela BC. A BC apresenta uma parte do balcão de atendimento com uma altura inferior permitindo contato visual, mas não permite a aproximação de cadeirantes, visto que não possui módulo de aproximação como recomendado na NBR9050/2004.

O módulo de aproximação é fundamental para permitir que cadeirantes utilizem os serviços da biblioteca como empréstimo com igualdade de condições. Por isso, a mudança desse mobiliário visando à acessibilidade deve ser realizada para proporcionar condições igualitárias de acesso à biblioteca. A BC deve realizar modificações em seu espaço e mobiliário tornando-se um espaço inclusivo.

O balcão de atendimento da BIBFACED possui duas alturas, a parte mais baixa possui 0,74m de altura e a parte mais alta, aproximadamente, 1,10m, estando em conformidade com estabelecido na NBR9050/2004, que estabelece que o balcão possua um trecho com altura de até 0,90m do piso, possibilitando contato visual entre usuários e bibliotecários/auxiliares de biblioteca. Não existe módulo de aproximação para cadeirantes, dessa forma a modificação desse mobiliário é essencial para acessibilidade na BIBFACED. (Fotografia 49)

Fotografia 49 - Balcão de atendimento da BIBFACED



Fonte: SILVA, 2013.

Na BIBARQ, o balcão de atendimento possui somente uma altura, de aproximadamente 1,00 m do piso, não possibilitando o contato visual de usuários cadeirantes ou com baixa estatura e o bibliotecário ou auxiliar da biblioteca, prejudicando a interação entre usuário-bibliotecário. Não existe módulo de referência para aproximação frontal de cadeirantes, estando fora dos padrões de acessibilidade recomendados para balcões de atendimento em bibliotecas. (Fotografia 50)

Fotografia 50 – Balcão de atendimento da BIBARQ



Fonte: SILVA, 2013.

No Quadro 14 são apresentados os resultados obtidos em relação a acessibilidade a mesas ou superfícies de trabalho, leitura e/ou estudo nas bibliotecas – BC, BIBFACED E BIBARQ.

QUADRO 14 – MESAS OU SUPERFÍCIES PARA TRABALHO, LEITURA E/OU ESTUDO

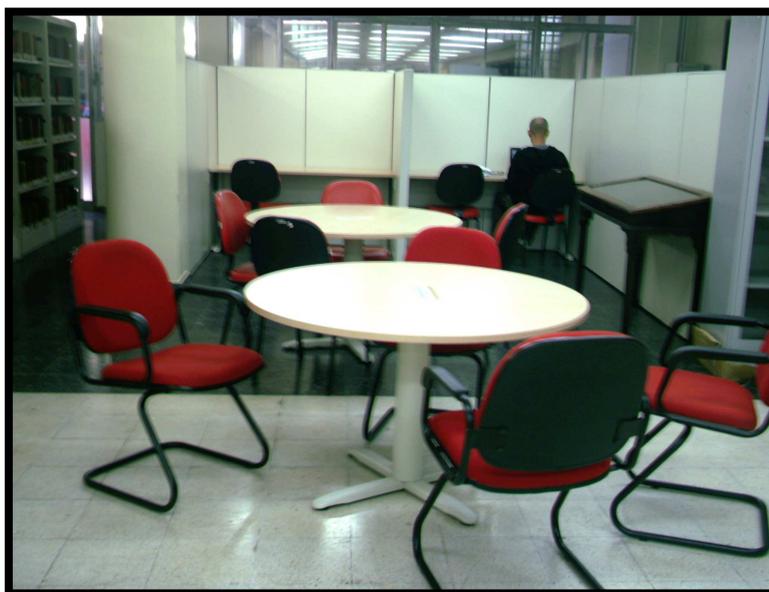
| MESAS OU SUPERFÍCIES PARA TRABALHO, LEITURA E/OU ESTUDO | | | |
|---|-----------|-----------------|---------------|
| | BC | BIBFACED | BIBARQ |
| No entorno das mesas é garantida uma faixa livre de circulação de 0,90 m e área de manobra para o acesso às mesmas? | S | N | S |
| As mesas de leitura e estudo permitem a aproximação frontal completa, especialmente de pessoas em cadeiras de rodas, com altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso, com módulo de referência possibilitando avançar sob as mesas ou superfícies até no máximo 0,50 m? | S | S | S |
| Pelo menos 5% das mesas ou superfícies para estudo, leitura ou trabalho são acessíveis? (Recomenda-se que, no mínimo, um do total das mesas, deve ser acessível e, pelo menos, 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.) | P | P | P |
| As cadeiras para uso nas mesas de estudo e leitura são flexíveis ao deslocamento? (Recomenda-se que as cadeiras não sejam fixadas no chão, mas reguláveis para se adaptar às características físicas dos usuários, permitindo uma postura ereta e cômoda.) | S | S | S |
| Pelo menos 5% do total de terminais de consulta por meio de computadores e acesso à internet são acessíveis a pessoa em cadeira de rodas ou mobilidade reduzida? (Recomenda-se que, no mínimo, um seja acessível e, pelo menos, 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.) | S | S | S |
| Os computadores destinados aos usuários estão acessíveis, ou seja, os elementos que garantem a sua acessibilidade integral como a sala, o mobiliário, as partes integrantes do computador e seus periféricos, atendem a requisitos de acessibilidade? | P | P | P |

Fonte: SILVA, 2013 (adaptado de NICOLETTI, 2010).

No que tange as mesas e superfícies para trabalho, leitura e/ou estudo nas bibliotecas, a NBR9050/2004 estabelece parâmetros técnicos a serem observados para garantia de acessibilidade a esse tipo de mobiliário. No entorno das mesas é necessário que haja uma faixa de circulação de, no mínimo, 0,90m para possibilitar o acesso às mesas.

Na BC existe a possibilidade de circulação entre o mobiliário, garantindo o acesso de pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida às mesas e superfícies de estudo. Entretanto, em algumas mesas de estudo e terminais de acesso à internet, a aproximação é dificultada, pela disposição do mobiliário não ter sido adequada, deixando muito próximas as mesas de estudo das mesas onde existem computadores para acesso à internet. (Fotografia 51).

Fotografia 51 - Mesas de estudo da BC



Fonte: SILVA, 2013.

Na BIBFACED existem salas de estudo, no entanto, não são disponibilizados espaços no entorno das mesas adequados à circulação de cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida. As mesas de estudo são dispostas de forma que apresentam pouca distância uma das outras, tornando difícil a circulação entre esse mobiliário por pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida, que necessitam de um espaço maior para deslocamento, sendo o espaço mínimo recomendado pela NBR9050/2004 de 0,90m.

Fotografia 52 – Terminais de consulta da BIBFACED



Fonte: SILVA, 2013.

Na BIBARQ o espaço no entorno das mesas de estudo e leitura permite o a circulação e acesso de pessoas com necessidades especiais, por possuírem amplo espaço de circulação entre o mobiliário. No entanto, existe uma sala de estudo cujo acesso é impossibilitado por possuir um corredor em frente de largura inadequada ao deslocamento de cadeirantes e pessoas com dispositivos de auxílio a mobilidade, esse corredor possui apenas 0,71m de largura, sendo considerado muito estreito para passagem, o mínimo que a NBR9050/2004 recomenda é de 0,90m. (Fotografia 53).

Fotografia 53 - Mesa de estudo da BIBARQ



Fonte: SILVA, 2013.

As três bibliotecas permitem a aproximação completa de pessoas em cadeiras de rodas, por possuírem mesas com altura superior a 0,73m do piso e

permitirem avanço sob as mesas ou superfícies. A BC dispõe de mesas de leitura/estudo com altura de 0,74m, já a BIBFACED apresenta mesas com 0,74m de altura e a BIBARQ possui mesas com altura de 0,75m. As três possuem cadeiras flexíveis ao deslocamento, estando adequadas para utilização por usuários em cadeiras de rodas. No entanto, a BIBARQ apresenta um mezanino com mesas de estudo não acessível a cadeirantes, por seu acesso ser realizado através de escadas.

No Quadro 15 são apresentados os resultados obtidos em relação a acessibilidade das estantes da BC, BIBFACED e BIBARQ.

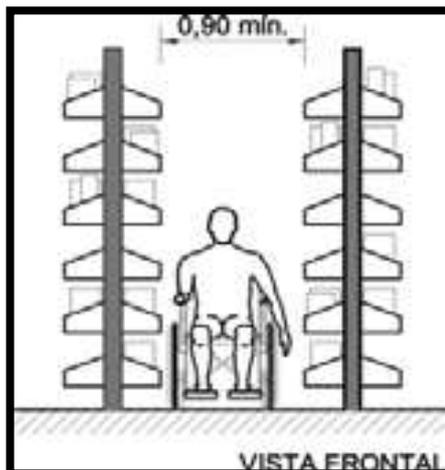
QUADRO 15 – ESTANTES DA BIBLIOTECA

| ESTANTES DA BIBLIOTECA | | | |
|--|-----------|-----------------|---------------|
| | BC | BIBFACED | BIBARQ |
| As estantes de livros possuem, entre elas, distância mínima de 0,90m de largura? (Recomenda-se que a distância adequada seja de 1,80m, permitindo a mobilidade de até duas pessoas em cadeiras de rodas.) | N | P | P |
| Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, há um espaço que permita a manobra de cadeira de rodas?(Recomenda-se que o espaço atenda a uma área livre para manobra com deslocamento de 180°.) | N | N | N |
| A disposição dos livros nas estantes atende ao alcance manual confortável de, no máximo, 1,20 m de altura do piso? | N | N | N |

Fonte: SILVA, 2013 (Adaptado de NICOLETTI, 2010).

As estantes de livros devem possuir distância mínima entre elas de 0,90m, sendo considerada adequada a distância de 1,80m por proporcionar o acesso simultâneo de usuários cadeirantes. Para que os cadeirantes possam realizar manobra de deslocamento de 180° é necessário um espaço a cada 15m entre as estantes de, no mínimo, 1,50m de largura por 1,90m de profundidade.

Figura 6 – Distância mínima entre estantes em bibliotecas



Fonte: NBR9050/2004

A BC apresenta largura entre estantes variável de 0,85m a 0,87m, possuindo altura de 2m, sendo considerada uma altura muito elevada para todos os usuários, mas principalmente para alcance de pessoas em cadeiras de rodas ou com baixa estatura. Na BC não são disponibilizados espaços entre estantes que permitam a realização de manobras de deslocamento de 180° pelos cadeirantes, somente no corredor principal da biblioteca é possível realizar essa manobra, por apresentar 1,52m de largura, sendo adequado para a circulação de cadeirantes. (Fotografia 54).

Na fotografia a seguir é possível observar o espaçamento entre as estantes da Biblioteca Central.

Fotografia 54 - Distância entre estantes da BC



Fonte: SILVA, 2013.

A BIBFACED apresenta estantes com larguras que variam entre 0,72m entre 0,72m até 1,09m, não atendendo a distância mínima em alguns corredores entre estantes, recomendada para promoção de acessibilidade a mobiliários, que é de 0,90 m como recomenda a NBR9050/2004. (Fotografia 55).

A altura das estantes é de 2,04 m, também superior a recomendada pela norma, que é de até 1,20 do piso, propiciando acesso de pessoas em cadeiras de rodas, bem como as que possuem baixa estatura. Na fotografia a seguir é possível observar um dos corredores entre estantes da BIBFACED.

Fotografia 55- Distância entre estantes da BIBFACED



Fonte: SILVA, 2013.

A BIBARQ possui largura entre estantes variável entre 1,07m a 1,09m, estando em conformidade com o que a norma NBR9050 estabelece (Figura 55). Entretanto, a altura das estantes é superior ao recomendado, com altura de 2,37m, quando o recomendado para alcance manual confortável é que os livros estejam dispostos nas estantes na altura máxima de 1,20 do piso. (Fotografia 56)

Dessa forma, das três bibliotecas observadas, somente a BIBARQ possui a distância adequada entre estantes, atendendo a distância mínima de 0,90m recomendada para promoção de acessibilidade a mobiliários, como recomenda a NBR9050. Nenhuma das bibliotecas possui altura de estantes de livros adequadas ao alcance visual confortável recomendado pela NBR9050 que é de, no máximo, 1,20m do piso. A BC apresenta estante com altura de 2,04m, sendo considerada

uma altura muito elevada para todos usuários, mas principalmente para alcance de pessoas em cadeiras de rodas ou com baixa estatura. A BIBFACED possui estantes com altura de 2m também, já as estantes da BIBARQ possuem altura ainda mais elevada, com 2,37m.

Fotografia 56 - Distância entre estantes da BIBARQ



Fonte: SILVA, 2013.

Os corredores entre estantes de livros são itens fundamentais para permitir que deficientes físicos e pessoas com mobilidade reduzida possam acessar o acervo das bibliotecas. A distância adequada entre estantes é fundamental para que uma pessoa em cadeira de rodas ou que faça uso de algum tipo de dispositivo que auxilie a mobilidade possa circular na área do acervo, com autonomia. Já a altura adequada das estantes é responsável por permitir que pessoas com diferentes características como baixa estatura, por exemplo, e cadeirantes, tenham autonomia para retirar os materiais que desejam, sem necessitar do auxílio da equipe da biblioteca para pegá-los das estantes mais altas.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse estudo foi possível identificar as condições de acessibilidade física que a Biblioteca Central, a Biblioteca da Faculdade de Educação e a Biblioteca da Arquitetura oferecem às pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida.

Os deficientes físicos enfrentam diversas barreiras ao acessarem as três bibliotecas localizadas no Campus Central da UFRGS, tanto barreiras externas como internas.

O primeiro obstáculo enfrentado por uma pessoa com deficiência física diz respeito ao deslocamento até o Campus. Se utilizar o transporte coletivo ou o seletivo precisará aguardar um tempo mais longo para “pegar” um ônibus acessível ou uma lotação acessível, uma vez que esses possuem intervalos maiores de tempo entre viagens comparado aos ônibus não acessíveis. Outro obstáculo externo a ser vencido são as vias com calçamentos irregulares, que dificultam o deslocamento de cadeirantes. A Av. Osvaldo Aranha possui muitos trechos esburacados, que necessitam de melhorias, visto que em dias de chuva torna-se inviável a utilização dessa via por cadeirantes, por ficar completamente alagada.

O deficiente físico que utiliza carro como meio de transporte se depara com um obstáculo em relação ao estacionamento do Campus, o qual somente disponibiliza duas vagas exclusivas para pessoas com deficiência física e, apenas, em frente ao prédio da Faculdade de Educação, o que obriga o cadeirante a realizar um caminho mais longo para chegar aos demais prédios da Universidade. Além disso, o calçamento do estacionamento possui muitas irregularidades como pedras soltas, buracos no pavimento, que prejudicam o deslocamento seguro de pessoas com deficiência física, causando instabilidade e insegurança.

Já em relação ao acesso aos prédios das bibliotecas, as pessoas com deficiência física enfrentam barreiras arquitetônicas que impedem ou dificultam o acesso, como a escada de acesso ao prédio da Reitoria, onde a Biblioteca Central está localizada. Essa barreira é o fator responsável pela exclusão de cadeirantes, uma vez que não existem rampas de acesso ao prédio. Embora haja uma entrada alternativa, ela permanece fechada, sendo aberta somente em dias de evento na Universidade.

É preciso que essas barreiras arquitetônicas sejam eliminadas, permitindo que todos utilizem os espaços universitários. A construção de uma rampa de acesso

ao prédio da Biblioteca Central é fundamental, uma vez que a lei exige que prédios públicos sejam acessíveis.

No prédio da Faculdade de Arquitetura existe uma escada para acesso ao prédio, mas há uma rampa. Entretanto, essa rampa não atende aos padrões de acessibilidade, dado que apresenta largura inferior a recomendada pela norma de acessibilidade. A rampa deveria possuir largura de, pelo menos, 1,20m, a mínima admissível, a largura de 0,90m é aceitável em edificações existentes, quando a construção de rampas nas larguras indicadas for impraticável.

No interior dos prédios existem problemas como a falta de sanitários acessíveis próximos às bibliotecas. No prédio da Reitoria, além de não existir sanitário acessível no térreo, ainda há um degrau como obstáculo ao acesso ao sanitário, que não deveria existir, já que prejudica o acesso a esse espaço, constituindo-se em uma barreira arquitetônica que deve ser removida.

No que tange o interior de cada biblioteca do estudo, todas apresentaram entraves à acessibilidade, os quais deverão ser eliminados.

A Biblioteca Central possui como principais problemas a falta de espaçamento adequado à circulação de cadeirantes entre as estantes, bem como a altura elevada das estantes, que impede a visualização dos livros das últimas prateleiras por cadeirantes e pessoas com baixa estatura. Também apresenta um balcão que não segue às normas de acessibilidade, não existindo módulo de referência que permita a aproximação de cadeirantes, item essencial para acessibilidade, uma vez que o balcão de atendimento é o local onde ocorre a interação usuário-bibliotecário. Se o usuário não puder nem ao menos aproximar-se do balcão, acabará por sentir-se excluído, não perceberá o acolhimento necessário para retornar à biblioteca.

A Biblioteca da Faculdade de Educação possui problemas relativos à organização dos espaços. Na entrada da biblioteca existem elementos que dificultam a circulação de cadeirantes, como jarros de plantas e cones contendo avisos para os usuários, os quais não são necessários e devem ser removidos visando à acessibilidade. Outro problema se refere às salas de estudo que possuem mesas muito próximas umas das outras impedindo que cadeirantes possam locomover-se entre elas. Já na parte do acesso ao acervo da BIBFACED existe o problema do espaçamento entre estantes, que é variável, o que torna impossível a circulação de uma pessoa em cadeira de rodas em alguns dos corredores, por não

disponibilizar do espaçamento mínimo necessário ao deslocamento, recomendados pela norma de acessibilidade. Na BIBFACED também existe o problema da altura elevada das estantes de livros que inviabiliza a retirada de materiais por cadeirantes e pessoas com baixa estatura, visto que as estantes possuem altura superior à recomendada para visualização e retirada de materiais.

Dessa forma, se uma pessoa em cadeira de rodas ou com baixa estatura necessitar de um material que esteja em uma prateleira mais elevada precisará pedir ajuda para equipe da biblioteca, ou seja, perderá a autonomia para realizar essa atividade. Outro problema diz respeito à acessibilidade ao balcão de atendimento, que não apresenta módulo de referência para aproximação de cadeirantes, constituindo-se em um elemento de exclusão. Por isso, faz-se necessária a modificação desse mobiliário, o qual é de grande importância na promoção da acessibilidade em uma biblioteca.

A Biblioteca da Faculdade de Arquitetura foi reformada no ano de 2012, de forma que a maioria dos padrões de acessibilidade foi seguida. No entanto, ainda existe um grande problema em um dos ambientes da biblioteca: o mezanino. Esse espaço possui acesso somente por escadas, de forma que cadeirantes não podem utilizá-lo. Com as entrevistas foi possível identificar que a falta de acessibilidade a esse local ocorreu em virtude da inexistência de espaço físico para construção de uma rampa ou elevador que proporcionasse o acesso ao mezanino. Entretanto, em uma Faculdade de Arquitetura é inconcebível que não se tenha pensado em soluções que proporcionassem à acessibilidade a esse ambiente. Uma biblioteca não pode, em hipótese alguma, ser um local de exclusão. Portanto, os espaços devem propiciar o acesso de todas as pessoas, sem distinção, conforme preceitos do desenho universal.

Na BIBARQ existem, também, problemas relativos aos corredores entre estantes. Embora a maior parte dos corredores possua espaçamento adequado para deslocamento de cadeirantes entre estantes de livros, existe um corredor inacessível, localizado no fundo da biblioteca, cujo espaço não permite o acesso de uma pessoa em cadeira de rodas, nem de pessoas que façam uso de algum dispositivo de auxílio à mobilidade como bengalas, muletas e andadores, uma vez que esse corredor possui apenas 0,71m de largura, quando o mínimo recomendado é de 0,90m. A altura das estantes de livros também não é a ideal, visto que são muito elevadas para

cadeirantes e pessoas com baixa estatura retirem livros, estando fora do ângulo de visão e do alcance manual confortável.

Dessa forma, existem barreiras tanto físicas como dos mobiliários e equipamentos das bibliotecas que deverão ser removidas a fim de que os espaços tornem-se acessíveis a todos. A eliminação de barreiras que dificultam ou impedem a circulação e o acesso aos prédios públicos é prevista na legislação; no entanto, a lei nem sempre é cumprida. Cabe ao poder público intervir para que a acessibilidade a prédios públicos seja regra, não exceção.

O TCU, com o intuito de tornar acessíveis todas as edificações públicas, passou a condicionar, a partir do ano de 2012, a aprovação das contas de órgãos públicos à adaptação dos prédios públicos às normas da ABNT. Como forma de sanar as carências relativas à acessibilidade, o TCU determinou que a Secretaria da Presidência da República desenvolvesse um plano com abrangência nacional, dotando entidades públicas federais de acessibilidade plena tanto em suas dependências como aos serviços por elas ofertados. Além disso, serão definidas metas de acessibilidade a serem cumpridas, bem como será instituído o Selo Nacional de Acessibilidade. Desse modo, o TCU vem tomando diversas medidas de apoio à acessibilidade como a Campanha pela Acessibilidade Total, que prevê a efetiva implementação das políticas públicas para a acessibilidade no Brasil. São grandes os avanços. O aumento da preocupação com o tema vem suscitando discussões em toda sociedade, o que só vem a agregar no desenvolvimento de um país mais acessível.

No entanto, apesar da legislação existente, tanto em âmbito federal como estadual e municipal, ser abrangente, existe a necessidade de que a lei saia do papel para ser colocada em prática. Para tanto, é necessário que haja uma maior conscientização por parte de toda a sociedade em relação à importância da promoção da acessibilidade em todos os ambientes, eliminando-se barreiras urbanas, arquitetônicas e, principalmente, removendo barreiras comportamentais, como preconceitos e sentimentos de inferiorização de deficientes.

A mudança no olhar em relação aos deficientes é fundamental para que ocorra a mudança de paradigma sobre a deficiência como incapacitante e limitadora. A valorização da diversidade é essencial na construção de uma sociedade inclusiva, onde todos participam e possuem as mesmas oportunidades e direitos. Ao contrário do paradigma da segregação, que criava espaços especializados para deficientes,

gerando neles sentimento de não pertencimento a sociedade e de anormalidade, acabando por aumentar a discriminação com essas pessoas.

O respeito à diversidade é fundamental para promoção da igualdade e da inclusão social. A Biblioteca Universitária possui um papel muito importante nesse sentido, ela é responsável por disponibilizar a informação, que, por sua vez, é grande responsável pelas modificações no homem.

Possibilitar a todos o acesso à informação por meio da acessibilidade é tornar uma sociedade de grandes desigualdades em uma sociedade mais justa, que respeita os indivíduos e contribui para seu crescimento. Portanto, os espaços universitários como as bibliotecas universitárias devem preocupar-se com a promoção da acessibilidade. Proporcionar a inclusão de pessoas com necessidades especiais através do acesso à informação é fundamental para que essas pessoas possam exercer seus direitos e sua cidadania.

O papel dos bibliotecários é essencial para promoção da acessibilidade, a conscientização da importância social de sua profissão é primordial para que atitudes sejam tomadas para tornar a biblioteca universitária um local em que todos possam interagir e crescer, através da informação e da educação. A acessibilidade precisa deixar de ser exceção para tornar-se regra definitivamente.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 9050: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

_____. NBR 14022: **Acessibilidade em Veículos de Características Urbanas para o transporte Coletivo de Passageiros**. Rio de Janeiro: ABNT, 2006.

_____. NBR 13994: **Elevadores de Passageiros: elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência**. Rio de Janeiro: ABNT, 2000.

_____. NBR 9077: **Saídas de Emergência em Edifícios**. Rio de Janeiro: ABNT, 2001.

_____. NBR 9050. **Símbolo Internacional de Acesso**. 2004. Figura (1).

_____. NBR 9050. **Área para manobra de cadeirantes, sem deslocamento**. 2004. Figura (3).

_____. NBR 9050. **Área para manobra de cadeirantes, com deslocamento**. 2004. Figura (4).

_____. NBR 9050. **Dimensões referenciais para deslocamento de pessoas em pé**. 2004. Figura (5).

_____. NBR 9050. **Exemplo de Balcão de Atendimento (vista lateral e superior)**. 2004. Figura (6).

BARRETO, Ângela Maria; Paradella, Maria Dulce; Assis, Sônia. Bibliotecas públicas e telecentros: ambientes democráticos e alternativos para a inclusão social/ Public libraries and the telecenters: information organisms to democratize and social inclusion. **Revista Ciência da Informação**. Abr. 2008.

BIBLIOTECA da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.paginas.ufgrs.br/bibliotecas/biedu>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 08 abr. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 3284, de 7 de novembro de 2003**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 nov. 2003. Seção 1. p. 12. Disponível

em:<<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 08. Abr. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida,. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em: 22 abr. 2013.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis 10.048, de 8 de dezembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 20 abr. 2013.

BRASIL. Ministério do trabalho e emprego. **A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.** Brasília: MTE, SIT, 2007. 2. ed. 100 p. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/fisca_trab/inclusao_pessoas_defi12_07.pdf>. Acesso em: 19 maio 2013.

BINS ELY, Vera H. M et AL. **Desenho Universal:** por uma arquitetura inclusiva, Florianópolis: GRUPO pet/Arq/ SESu/UFSC, 2001.

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal:** Métodos e Técnicas para Arquitetos e Urbanistas. São Paulo: SENAC, 2007.

CARDOSO, Eduardo (Org.) . **Acessibilidade em Ambientes Culturais.** 1. ed. Porto Alegre: Marcavisual, 2012. v. 1.

CARLETTO; Ana Cláudia; CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: um conceito para todos,** 2008. Disponível em: <http://www.rinam.com.br/files/REFERENCIAS_DesenhoUniversalumconceitoparatodos.pdf>. Acesso em: 10. abr. 2013.

CRUZ, Anamaria da Costa; MENDES, Maria Terezinha Reis; WEITZEL, Simone da Rocha. **A biblioteca:** o técnico e suas tarefas. 2. ed. Niterói: Intertexto, 2004.

EMMANUELLI, Mara Neide. **Acessibilidade física em bibliotecas universitárias:** um direito de todos. 2009. 82f. Monografia de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de bibliotecas universitárias) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/18490>>. Acesso em: 8 maio 2013.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E BIBLIOTECAS. **Manifesto da IFLA sobre a internet, 2002.** Disponível em:

<<http://www.ifla.org/files/assets/faife/publications/policy-documents/internet-manifesto-pt.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2013.

FERRÉS, Sofia Pérez. **Acessibilidade física**. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda, Meincke. **Acessibilidade: discursos e prática no cotidiano das bibliotecas**. São Paulo: UNICAMP, 2008.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, Cintia Cibele Ramos; GOMES, Gicele Farias; VANZ, Samile Andrea de Souza. **Acessibilidade e inclusão em bibliotecas: um estudo de caso**. Trabalho publicado em evento.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: ATLAS, 1991. 3 ed.

GONZALEZ, C. J. **Biblioteca Acessível: serviços de informação para usuários com deficiência**. Disponível em: <<http://saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=4716>> Acesso em: 08 mar. 2013.

GOOGLE MAPS. Disponível em: < <https://maps.google.com.br/>>. Acesso em: 10 abr.2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo/divulgacao_internet.shtm>. Acesso em: 10 abr. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: < <http://censo2010.ibge.gov.br/> >. Acesso em: 10 abr. 2013

JACINTO, Solange de Oliveira. A biblioteca pública e os deficientes físicos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova série, São Paulo, v. 4, n. 2, jul./dez. 2008. Disponível em: < <http://www.febab.org.br/rbbd/ojs-2.1.1/index.php/rbbd/article/viewFile/92/146>>. Acesso em: 18 abril de 2013.

MAZZONI, Alberto Angel; TORRES, Elisabeth Fátima; OLIVEIRA, Rubia de; ELY, Vera Helena Moro Bins; ALVES, João Bosco da Mota. **Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias/ Aspects that interfere in structuring the accessibility at public libraries**. **Revista Ciência da Informação**. Ago. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v30n2/6209.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2012.

MELO, Amanda Meincke. **Acessibilidade e Design Universal**. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda, Meincke. **Acessibilidade: discursos e prática no cotidiano das bibliotecas**. São Paulo: UNICAMP, 2008.

NICOLETTI, Tamini Farias. **Cheklis para bibliotecas: um instrumento de acessibilidade para todos**. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/28114> >. Acesso em: 10 abr. 2013.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Recife: Bagaço, 2005.

OLIVEIRA SILVA, Sonia das Graças. **Inclusão – Uma Sociedade Para Todos**. 2008. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/ciencia-artigos/inclusao-uma-sociedade-para-todos-478111.html>>. Acesso em: 17 abr. 2012.

PAULA, Sonia Nascimento de; CARVALHO, José Oscar Fontanini de. **Acessibilidade à informação**: proposta de uma disciplina para cursos de graduação na área de biblioteconomia/ Information accessibility: proposal in a discipline for librarian undergraduate courses. **Revista Ciência da Informação**, v.38, n.3. 2009.

PUPO, Deise Tallarico; VICENTINI, Regina Aparecida Blanco. **A integração do usuário portador de deficiência às atividades de ensino e pesquisa**: o papel das bibliotecas virtuais. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 10., 1998, Fortaleza. Anais... Fortaleza: UFCE; UNIFOR, 1998. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=1122>>. Acesso em: 05 maio. 2013.

PUPO, D. T.; VICENTINI, R. A. B. **A integração do usuário portador de deficiência às atividades de ensino e pesquisa**: o papel das bibliotecas virtuais. 2002. Disponível em: <<file:///c:/netscape/anais/trabalho/comu/aintegra.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

REDE SACI: **Solidariedade, Apoio, Comunicação e Informação**. Disponível em: <<http://saci.org.br/>>. Acesso em: 14 abr. 2013.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3ed. Ver. E ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

SÃO PAULO. **Manual de acessibilidade para espaços internos - acessibilidade: qualidade de vida para todos**. São José dos Campos, SP, 2011. 28 p. Disponível em: <http://www.aeasjc.org.br/download/manual_acessibilidade.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2013.

SARRAF, Viviane Panelli. **Acessibilidade para pessoas com deficiência em espaços culturais e exposições**: inovação no design de espaços, comunicação sensorial e eliminação de barreiras atitudinais. 2012. In: CUTY, Jeniffer A.(Org.); CARDOSO, Eduardo(Org.). **Acessibilidade em Ambientes Culturais**. Porto Alegre: Marca Visual, 2012.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 3.ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

_____. **Acessibilidade**: Uma chave para a Inclusão social. 2004. Disponível em: <http://www.lainsignia.org/2004/junio/soc_003.htm>. Acesso em: 05 mai. 2013.

_____. **Conceito de Acessibilidade**. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/romeusassaky.php>>. Acesso em: 08 mai. 2013.

- SILVA, Aline Sanders da. **Ônibus Acessível**. 2013. Fotografia (1).
- _____. **Lotação Acessível**. 2013. Fotografia (2).
- _____. **Parada de transporte seletivo-lotação**. 2013. Fotografia (3).
- _____. **Calçamento da Av. Osvaldo Aranha**. 2013. Fotografia (4).
- _____. **Calçamento da Av. Paulo Gama**. 2013. Fotografia (5).
- _____. **Calçamento da Rua Sarmento Leite**. 2013. Fotografia (6).
- _____. **Calçamento da Rua Engenheiro Luiz Englert**. 2013. Fotografia (7).
- _____. **Calçamento do estacionamento**. 2013. Fotografia (8).
- _____. **Faixa de Segurança em frente à BIBARQ**. 2013. Fotografia (9).
- _____. **Faixa de Segurança da Av. Paulo Gama**. 2013. Fotografia (10).
- _____. **Faixa de Segurança da Av. Osvaldo Aranha**. 2013. Fotografia (11).
- _____. **Faixa de Segurança da Rua Engenheiro Luiz Englert**. 2013. Fotografia (12).
- _____. **Trecho da Av. Osvaldo Aranha**. 2013. Fotografia (13).
- _____. **Trecho de acesso à BC**. 2013. Fotografia (14).
- _____. **Vagas exclusivas para deficientes físicos**. 2013. Fotografia (15).
- _____. **Placa informativa de vagas exclusivas para deficientes físicos**. 2013. Fotografia (16).
- _____. **Delimitadores de vagas da BC**. 2013. Fotografia (17).
- _____. **Entrada do prédio da Reitoria - BC**. 2013. Fotografia (18).
- _____. **Porta de entrada da BC**. 2013. Fotografia (19).
- _____. **Porta de entrada do prédio da FACED**. 2013. Fotografia (20).
- _____. **Elevadores do prédio da FACED**. 2013. Fotografia (21).
- _____. **Entrada da BIBFACED**. 2013. Fotografia (22).
- _____. **Rampa de acesso ao prédio da Faculdade de Arquitetura**. 2013. Fotografia (23).
- _____. **Porta de entrada da BIBARQ**. 2013. Fotografia (24).

- _____ . **Dispositivo de segurança da BIBARQ.** 2013. Fotografia (25).
- _____ . **Escada de acesso ao mezanino da BIBARQ.** 2013. Fotografia (26).
- _____ . **Mezanino da BIBARQ.** 2013. Fotografia (27).
- _____ . **Corredor de acesso principal ao acervo da BIBARQ.** 2013. Fotografia (28).
- _____ . **Mesas de estudo da BIBARQ.** 2013. Fotografia (29).
- _____ . **Armário guarda-volumes de maior altura da BIBARQ.** 2013. Fotografia (30).
- _____ . **Armário guarda-volumes de menor altura da BIBARQ** 2013. Fotografia (31).
- _____ . **Tapete de entrada da BC.** 2013. Fotografia (32).
- _____ . **Tapete de entrada da BIBFACED.** 2013. Fotografia (33).
- _____ . **Tapete da BIBARQ.** 2013. Fotografia (34).
- _____ . **Escada de acesso ao prédio da Reitoria (BC).** 2013. Fotografia (35).
- _____ . **Lance de escada do prédio da FACED.** 2013. Fotografia (36).
- _____ . **Escada de acesso ao mezanino da BIBARQ.** 2013. Fotografia (37).
- _____ . **Rampa do prédio da Faculdade de Arquitetura.** 2013. Fotografia (38).
- _____ . **Corredor principal de acesso ao acervo da BC.** 2013. Fotografia (39).
- _____ . **Corredor principal de acesso ao acervo da BIBFACED.** 2013. Fotografia (40).
- _____ . **Corredor da BIBARQ.** 2013. Fotografia (41).
- _____ . **Sanitário não-acessível no prédio da BC.** 2013. Fotografia (42).
- _____ . **SIA no sanitário da FACED.** 2013. Fotografia (43).
- _____ . **Corredor de acesso ao sanitário acessível misto da FACED.** 2013. Fotografia (44).
- _____ . **Sanitário misto acessível da FACED..** 2013. Fotografia (45).

_____. **SIA no sanitário acessível da Faculdade de Arquitetura.** 2013. Fotografia (46).

_____. **Sanitário acessível da Faculdade de Arquitetura.** 2013. Fotografia (47).

_____. **Balcão de atendimento da BC.** 2013. Fotografia (48).

_____. **Balcão de atendimento da BIBFACED.** 2013. Fotografia (49).

_____. **Balcão de atendimento da BIBARQ.** 2013. Fotografia (50).

_____. **Mesas de estudo da BC.** 2013. Fotografia (51).

_____. **Terminais de consulta da BIBFACED.** 2013. Fotografia (52).

_____. **Mesa de estudo da BIBARQ.** 2013. Fotografia (53).

_____. **Distância entre estantes da BC.** 2013. Fotografia (54).

_____. **Distância entre estantes da BIBFACED.** 2013. Fotografia (55).

_____. **Distância entre estantes da BIBARQ.** 2013. Fotografia (56).

APÊNDICE A – CHECKLIST DE AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS

LEGENDA:

S: SIM

N: NÃO

P: PARCIALMENTE

N/A: NÃO SE APLICA

1 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

1.1 Entorno da biblioteca

1.1.1 O transporte público no entorno da biblioteca é acessível, ou seja, dispõe de linhas de transporte urbano coletivo adaptado para o transporte de pessoas com limitações físicas ou mobilidade reduzida? (Conforme NBR 14022/2006.)

1.1.2 O percurso entre "o ponto" de embarque/desembarque do transporte coletivo até a entrada da biblioteca é livre de obstáculos (degraus, blocos de concreto, grelhas ou barras de ferro sobressalentes no piso)?

1.1.3 Próximo à entrada principal da biblioteca há faixa de pedestre com sinalização visual e sonora para pedestre?

1.1.4 As calçadas no entorno da biblioteca ou do prédio no qual está localizada apresentam rebaixamentos devidamente sinalizados (tátil e visual)?

1.1.5 A calçada que dá acesso à biblioteca apresenta-se em bom estado de conservação, sem buracos ou pedras soltas do pavimento?

1.1.6 Se existe uma rota acessível de acesso à biblioteca, mas esta não está localizada junto à entrada principal, esta rota não excede 6 (seis) vezes a trajetória principal utilizada por todos?

1.2 Estacionamento da Biblioteca

1.2.1 A biblioteca dispõe de estacionamento com vagas preferenciais para pessoas com limitação física ou mobilidade reduzida?

1.2.2 As vagas preferenciais para pessoas com limitações físicas ou mobilidade reduzida possuem sinalização horizontal (pintada no piso) e vertical com

o símbolo internacional de acesso? (Recomenda-se, ainda, que a vaga apresente placa por escrito com a informação relativa à condição de reserva de vaga e o público-alvo.)

1.2.3 As vagas preferenciais estão situadas em piso plano?

1.2.4 As vagas preferenciais contam com um espaço adicional de circulação com no mínimo 1,20 m de largura quando afastada da faixa de travessia de pedestres, de forma a evitar a circulação das pessoas com limitações físicas ou mobilidade reduzida entre os veículos?

1.2.5 As vagas preferenciais estão vinculadas a rebaixamento da calçada e/ou rampa para facilitar o acesso de pessoas em cadeiras de rodas e/ou pessoas com dificuldade de locomoção?

1.2.6 As vagas preferenciais estão vinculadas a rota acessível que interligue à biblioteca ou ao prédio no qual se localiza, livre de obstáculos como degraus, blocos de concreto, grelhas ou barras de ferro sobressalentes no piso? (Recomenda-se que as vagas preferenciais fiquem o mais perto possível da entrada principal ou da rota acessível opcional de entrada da biblioteca.)

1.2.7 Na impraticabilidade de se executar rota acessível entre o estacionamento e as entradas acessíveis da biblioteca, há vagas de estacionamento exclusivas para pessoas com limitações físicas ou mobilidade reduzida interligadas às entradas através de rotas acessíveis?

1.3 Entrada da Biblioteca

1.3.1 Se a entrada da biblioteca possui degrau ou escada, há uma entrada alternativa com rampa de acesso ou elevador (horizontal ou inclinado) para acesso de pessoas com limitações físicas e sensoriais, bem como com dificuldades de locomoção?

1.3.2 Se a entrada da biblioteca possui porta giratória ou outro dispositivo de segurança de ingresso que não seja acessível, há, junto a este, outra entrada que garanta condições de acessibilidade?

1.3.3 A circulação da entrada da biblioteca é contínua, sem obstáculos à circulação dos usuários com mobilidade reduzida?

1.3.4 A porta de entrada principal, bem como as internas, apresenta condições de acessibilidade, com um vão livre mínimo de 0,80 m e altura mínima de

| |
|---|
| 2,10 m? (Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter vão livre de 0,80 m.) |
| 1.3.5 As portas têm condições de serem abertas com um único movimento? (Recomenda-se que o mecanismo de acionamento das portas exija força humana direta igual ou inferior a 36 Newton – N9.) |
| 1.3.6 As maçanetas das portas são do tipo alavanca? |
| 1.3.7 As maçanetas das portas estão instaladas a uma altura entre 0,90 m e 1,10 m do piso? |
| 1.3.8 Se a biblioteca possui catracas na sua área de entrada principal, pelo menos uma em cada conjunto de catracas é acessível, ou seja, permite a rotação de 90° (1,20 m x 1,20 m) da cadeira de rodas? (Ver 4.3 .3 da NBR 9050/2004). |
| 1.3.9 As catracas acessíveis estão identificadas com a sinalização internacional de acessibilidade? |
| 1.3.10 A biblioteca dispõe de planos e mapas táteis (horizontais ou inclinados) para orientação dos usuários? (Recomenda-se inclinação de até 15% em relação ao piso). |
| 1.3.11 Os planos e mapas táteis horizontais ou inclinadas estão instaladas à altura entre 0,90 m e 1,10 m do piso permitindo o alcance manual e visual? |
| 1.3.12 Os planos e mapas táteis possuem uma reentrância na sua parte inferior com no mínimo 0,30 m de altura e 0,30 m de profundidade, para permitir a aproximação frontal de uma pessoa em cadeira de rodas? |
| 1.3.13 São disponibilizados, em bibliotecas muito extensas, equipamentos de auxílio à mobilidade para uso estrito ao espaço da biblioteca para usuários com dificuldades de locomoção? (Recomenda-se que a biblioteca disponibilize, por exemplo, cadeiras de rodas motorizadas.) |
| 1.4 Espaços Internos da Biblioteca |
| 1.4.1 Por toda biblioteca há uma rota acessível interligando o acesso de usuários a todas as áreas e setores desde a entrada principal? |
| 1.4.2 A organização interna dos espaços (layout) é claramente perceptível, evitando becos, áreas sem uso e qualquer outra configuração que possa causar confusão ou isolamento de pessoas com senso de orientação reduzido, como espelhos, portas de vidro e portas vai-vem, por exemplo? |

| |
|--|
| 1.4.3 Caso existam zonas não acessíveis, com corredores estreitos ou desníveis sem rampas, estes estão sinalizadas antecipadamente, para evitar acidentes e trajetos desnecessários? |
| 1.4.4 A área livre para circulação de uma pessoa possui largura mínima de 1,20m? |
| 1.4.5 A área livre para circulação de duas pessoas possui largura mínima de 1,80m? |
| 1.4.6 A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas (sem deslocamento) com rotação de 90° possui o mínimo de 1,20m x 1,20m? |
| 1.4.7 A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas (sem deslocamento) com rotação de 180° possui o mínimo de 1,50m x 1,20m? |
| 1.4.8 A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas (sem deslocamento) com rotação de 360° possui o mínimo de diâmetro de 1,50m? |
| 1.4.9 A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas com deslocamento de 90° possui o mínimo de 0,90m (largura) x 1,60m (profundidade de entrada) x 2,00 (profundidade de saída)? |
| 1.4.10 A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas com deslocamento de 180° possui o mínimo de 1,50m (largura) x 1,90m (profundidade)? |
| 1.4.11 O layout das salas de leitura e de estantes de livros considera a utilização de usuários em cadeira de rodas, pessoas com mobilidade reduzida, baixa estatura, obesas, etc.? |
| 1.4.12 As dimensões internas e a disposição do mobiliário permitem a mobilidade de todas as pessoas, com acessórios de mobilidade (bastões, muletas, andadores, cadeiras de rodas, etc.)? |
| 1.4.13 A altura de armários em geral, inclusive armários guarda volumes, está entre 0,40m a 1,20m? |
| 1.4.14 A altura dos fichários atende às faixas de alcance manual e visual entre 0,40m e 0,90m de altura do piso? |
| 1.4.15 Se a biblioteca dispõe de bebedouro, este apresenta altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso, permitindo a aproximação frontal? |
| 1.5 Pisos |

| |
|---|
| <p>1.5.1 Os pisos no interior da biblioteca apresentam superfície regular, firme, estável, sem trepidações que desencorajem o avanço normal no trajeto, considerando dispositivos com rodas?</p> |
| <p>1.5.2 O piso da biblioteca é antiderrapante sob qualquer condição, que não provoquem riscos tanto em seco como em molhado? (Recomenda-se que para tal constatação se realize provas no local, simulando as situações mais favoráveis ao deslizamento, como o acúmulo de pó ou limpeza com água ou cera).</p> |
| <p>1.5.3 A inclinação transversal do piso no interior da biblioteca é de, no máximo, 2% e a inclinação longitudinal de, no máximo, de 5%? (Inclinações superiores a 5% são consideradas rampas e, portanto, devem atender a 6.4 da NBR 9050/2004.)</p> |
| <p>1.5.4 A biblioteca apresenta uma área de descanso, fora da faixa de circulação, a cada 50 m, para piso com até 3% de inclinação?</p> |
| <p>1.5.5 A biblioteca apresenta uma área de descanso a cada 30 m, para piso de 3% a 5% de inclinação?</p> |
| <p>1.5.6 A biblioteca apresenta área de descanso para inclinações superiores a 5%? (Ver 6.5 da NBR 9050/2004.)</p> |
| <p>1.5.7 As áreas de descanso estão dimensionadas para permitir a manobra de cadeiras de rodas? (Recomenda-se, sempre que possível, que sejam previstos bancos com encosto nestas áreas para usuários com mobilidade reduzida ou possíveis acompanhantes de pessoas em cadeiras de rodas.)</p> |
| <p>1.6 Capachos, forrações, carpetes e tapetes</p> |
| <p>1.6.1 Os capachos utilizados da biblioteca estão embutidos no piso e nivelados de maneira que eventual desnível não exceda 5 mm? (Recomenda-se que tapetes sejam evitados em rotas acessíveis.)</p> |
| <p>1.6.2 Os carpetes e forrações apresentam as bordas firmemente fixadas ao piso de maneira a evitar enrugamento da superfície?</p> |
| <p>1.7 Desníveis</p> |
| <p>1.7.1 Desníveis de qualquer natureza são evitados? (Eventuais desníveis no piso de até 5 mm não demandam tratamento especial.)</p> |
| <p>1.7.2 Os desníveis de piso estão em altura máxima de 5 mm?</p> |

| |
|---|
| 1.7.3 Os desníveis de piso que estejam entre 5 mm e 15 mm são tratados em forma de rampa? |
| 1.7.4 Os desníveis superiores a 15 mm são tratados como degraus e devidamente sinalizados? |
| 1.8 Degraus e Escadas Fixas |
| 1.8.1 O acesso a ambientes com degraus e escadas fixas estão associados às rampas acessíveis ou a equipamento de transporte vertical/inclinado?(Recomenda-se evitar a presença de escadas em rotas acessíveis.) |
| 1.8.2 Os elevadores atendem integralmente ao disposto na ABNT NBR 13994, quanto à sinalização, dimensionamento e características gerais? |
| 1.9 Rampas |
| 1.9.1 A largura das rampas está de acordo com o fluxo de pessoas? (A largura livre mínima recomendável para as rampas em rotas acessíveis é de 1,50 m, sendo o mínimo admissível 1,20 m.) |
| 1.9.2 As rampas apresentam inclinação máxima de 8,33%? |
| 1.10 Corrimãos |
| 1.10.1 Os corrimãos estão instalados em ambos os lados dos degraus isolados, das escadas fixas e das rampas? |
| 1.10.2 Os corrimãos são feitos de material rígido? Possuem altura entre 0,70 m e 0,92 m do piso? |
| 1.10.3 Os corrimãos estão firmemente fixados às paredes, oferecendo condições seguras de utilização? |
| 1.10.4 Os corrimãos laterais são contínuos, sem interrupção nos patamares das escadas ou rampas? |
| 1.11 Corredores |
| 1.11.1 Os corredores estão dimensionados de acordo com o fluxo de pessoas? (Conforme 6.10.8 da NBR 9050/2004.) |
| 1.11.2 Os corredores de uso comum com extensão de até 4,00 m apresentam largura mínima de 0,90 m? |
| 1.11.3 Os corredores de uso comum com extensão de até 10,00 m apresentam largura mínima de 1,20 m? |

| |
|---|
| 1.11.4 Os corredores de uso comum com extensão superior a 10,00 m apresentam largura mínima de 1,50 m? |
| 1.11.5 Os corredores apresentam uma faixa ampla para a circulação, livre de jarros com vegetação ou outros obstáculos que obstruam a acessibilidade? |
| 1.12 Sanitários |
| 1.12.1 Se a biblioteca dispõe de sanitário para os usuários da biblioteca, este está acessível para pessoas com limitações físicas ou dificuldades de locomoção, de uso preferencial destas, conforme 7.3 da NBR 9050/2004? |
| 1.12.2 O sanitário acessível de uso preferencial está localizado dentro de uma rota acessível? |
| 1.12.3 O sanitário de uso preferencial por pessoas com limitações físicas ou dificuldades de locomoção está devidamente identificado pela sinalização internacional de acessibilidade? |
| 2 ACESSIBILIDADE DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS |
| 2.1 Balcão de Atendimento ao Usuário |
| 2.1.1 O balcão de atendimento aos usuários está localizado em rota acessível? |
| 2.1.2 No balcão de atendimento aos usuários, em algum trecho de sua longitude, por aproximadamente 0,90 m, apresenta altura de no máximo 0,90 m do piso, permitindo o contato visual entre o usuário (pessoas em cadeiras de rodas, pessoas de baixa estatura e crianças) e o bibliotecário/auxiliar? |
| 2.1.3 O balcão de atendimento aos usuários é acessível a pessoas em cadeiras de rodas, ou seja, apresenta um módulo de referência posicionado para a aproximação frontal ao balcão? (O módulo de referência deve apresentar altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso e profundidade livre inferior de no mínimo 0,30m para a aproximação frontal de pés e joelhos de pessoas em cadeiras de rodas.) |
| 2.2 Mesas ou Superfícies para Trabalho, Leitura e/ou Estudo |
| 2.2.1 No entorno das mesas é garantida uma faixa livre de circulação de 0,90 m e área de manobra para o acesso às mesmas? |
| 2.2.2 As mesas de leitura e estudo permitem a aproximação frontal completa, especialmente de pessoas em cadeiras de rodas, com altura livre inferior |

de no mínimo 0,73 m do piso, com módulo de referência possibilitando avançar sob as mesas ou superfícies até no máximo 0,50 m?

2.2.3 Pelo menos 5% das mesas ou superfícies para estudo, leitura ou trabalho são acessíveis? (Recomenda-se que, no mínimo, um do total das mesas, deve ser acessível e, pelo menos, 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.)

2.2.4 As cadeiras para uso nas mesas de estudo e leitura são flexíveis ao deslocamento? (Recomenda-se que as cadeiras não sejam fixadas no chão, mas reguláveis para se adaptar às características físicas dos usuários, permitindo uma postura ereta e cômoda.)

2.2.5 Pelo menos 5% do total de terminais de consulta por meio de computadores e acesso à internet são acessíveis a pessoa em cadeira de rodas ou mobilidade reduzida? (Recomenda-se que, no mínimo, um seja acessível e, pelo menos, 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.)

2.2.6 Os computadores destinados aos usuários estão acessíveis, ou seja, os elementos que garantem a sua acessibilidade integral como a sala, o mobiliário, as partes integrantes do computador e seus periféricos, atendem a requisitos de acessibilidade?

2.4 Estantes

2.4.1 As estantes de livros possuem, entre elas, distância mínima de 0,90m de largura? (Recomenda-se que a distância adequada seja de 1,80m, permitindo a mobilidade de até duas pessoas em cadeiras de rodas.)

2.4.2 Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, há um espaço que permita a manobra de cadeira de rodas?(Recomenda-se que o espaço atenda a uma área livre para manobra com deslocamento de 180°.)

2.4.3 A disposição dos livros nas estantes atende ao alcance manual confortável de, no máximo, 1,20 m de altura do piso?

APÊNDICE B - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS PARA COLETA DE DADOS SOBRE ACESSIBILIDADE A CADEIRANTES E PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA

| ENTREVISTA COM O BIBLIOTECÁRIO-CHEFE |
|---|
| <p>Nome:</p> <p>Idade:</p> <p>Formação:</p> <p>Tempo que está no cargo:</p> |
| Primeira Abordagem: acessibilidade de forma geral |
| <p>1) O que você entende por acessibilidade?</p> <p>2) Qual a importância da acessibilidade em uma biblioteca universitária?</p> <p>3) Qual a relação você percebe entre a biblioteca universitária, a acessibilidade e a inclusão social para pessoas com deficiência física?</p> |
| Segunda Abordagem: acessibilidade na biblioteca em questão |
| <p>4) A biblioteca que você atua aplica a norma NBR9050/2004- Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos?</p> <p>5) Você considera a biblioteca acessível às pessoas com deficiência física, como, por exemplo, cadeirantes e às pessoas com mobilidade reduzida, como idosos, gestantes e obesos?</p> <p>6) A biblioteca é utilizada por pessoas com deficiência física como cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida? Com qual frequência?</p> <p>7) Quais as principais barreiras que cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida enfrentam em relação ao acesso à biblioteca?</p> <p>8) Quais as modificações você sugere para que a biblioteca torne-se acessível?</p> <p>9) Existem recursos financeiros assegurados à biblioteca para que a mesma possa atender as padrões de acessibilidade?</p> |
| Terceira Abordagem: capacitação do bibliotecário para atender pessoas com deficiência |

10) Qual a sua opinião sobre a formação do bibliotecário e a capacitação através de cursos para oferecimento de serviços e atendimento às necessidades de pessoas com deficiência física na biblioteca?

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**A U T O R I Z A Ç Ã O**

Eu, _____ abaixo - assinado, autorizo Aline Sanders da Silva, estudante de Biblioteconomia, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título Acessibilidade Física na biblioteca da Faculdade de Educação, Arquitetura e Central da UFRGS a pessoas com deficiência física e está sendo orientado por/ pela Prof.(a.) Dr.(a.) Eliane Lourdes da Silva Moro.

Porto Alegre, ____ de _____ de 2013.

Assinatura do entrevistado